

# RELATÓRIO & CONTAS 2007

**BPN, SGPS, S.A.**



## ÍNDICE

---

Mensagem do Conselho de Administração	2
Órgãos Sociais	5
Estrutura Operacional	6
Análise financeira do Grupo BPN	9

---

<b>1. Relatório do Conselho de Administração</b>	
Enquadramento Económico	12
Principais Acontecimentos do Grupo	19
Grupo BPN	
Análise e Mapas Financeiros do Grupo BPN	21
Corporate Governance	30
Sector Financeiro	
Banca Comercial	32
Banca de Investimento	35
Gestão de Activos e Serviços Financeiros	38
Sector de Seguros	42
Crédito Especializado	46
Corretagem	52
A Gestão do Risco no Grupo BPN	53
Eventos ocorridos após o fecho do exercício	56
Perspectivas para 2008	56
Proposta de Aplicação de Resultados	57

---

<b>2. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas</b>	
Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas	60
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas	72

---

<b>3. Certificações do BPN, SGPS, S.A. (contas individuais e consolidadas)</b>	127
--	-----

---

<b>4. Mapas Financeiros do BPN, S.A.</b>	
Indicadores Financeiros Consolidados do BPN, S.A.	142
Demonstrações Financeiras Consolidadas do BPN, S.A.	151

---

<b>5. Certificações do BPN, S.A. (contas individuais e consolidadas)</b>	153
--	-----

## Mensagem do Conselho de Administração

A actividade económica durante o ano de 2007 pode ser dividida em duas partes muito distintas, de acordo com o respectivo dinamismo económico. O primeiro semestre foi, ainda, marcado por um crescimento forte e por pressões inflacionistas ao nível das matérias-primas (sobretudo petróleo e mercadorias agrícolas), as quais atingiram cotações máximas de sempre, desencadeando mesmo receios de escassez futura.

No segundo semestre tudo se alterou, no Verão, com o colapso dos mercados de crédito titularizado. A paragem da actividade nos mercados de titularização de crédito, em virtude de uma profunda crise de confiança que se instalou entre os investidores, originou uma crise bancária que gradualmente foi afectando o crescimento económico nas diversas regiões económicas do globo, originando uma travagem brusca do crescimento no segundo semestre de 2007.

Em Portugal, o ano de 2007 foi ainda de divergência relativamente à zona Euro, a qual cresceu 2,7%. Ainda assim, a aceleração recente da actividade económica em Portugal é positiva porque foi conseguida no âmbito de uma forte consolidação orçamental que se prolonga desde 2005 e que prejudica a obtenção de ritmos de crescimento mais elevados, em virtude do forte travão que a despesa pública tem aplicado ao crescimento da procura interna.

O BPN continuou a munir-se de meios que lhe permitam um crescimento sustentável. A aposta no crescimento por via do número de clientes, objectivo estratégico do Banco, teve os seus frutos em 2007, conseguindo-se captar 35 mil novos clientes, o que representa quase 20% face ao ano de 2006. É um número que nos orgulha e nos dá alento para continuar, merecendo destacar o bom trabalho efectuado pelas Redes de Empresas e de Agências, em parceria com o Marketing que tem dinamizado fortemente as suas campanhas.

O crescimento da rubrica de crédito a Clientes com notações de baixo risco, fruto da estratégia definida e que foi possível devido à operação de titularização de crédito, permitiu ao banco financiar-se em condições ímpares, o que o torna mais competitivo no mercado.

Tendo sempre presente a necessidade de acompanhar a constante actualização tecnológica e, ao mesmo tempo, as necessidades cada vez mais exigentes que derivam, maioritariamente, do crescimento do negócio, o Grupo teve, no ano de 2007, uma intensa actividade na melhoria e aperfeiçoamento de algumas funcionalidades informáticas. Na área de Crédito e Risco, foram implementados importantes instrumentos que permitem uma automatização e optimização dos processos desta área de negócio. É o caso do Sistema de Grelhas de Balanços que, em conjunto com a Aplicação de Notações de Risco possibilitam uma elevada eficiência ao nível da Análise de Risco.

A implementação da nova Solução de Suporte à Gestão do Crédito Vencido, que inclui toda a actividade de Contencioso, permite uma gestão mais eficiente no que concerne ao processo de recuperação do crédito em incumprimento. Esta nova solução, desenvolvida de raiz a pensar nas necessidades actuais e futuras, é uma solução funcionalmente evoluída, disponibilizando todas as ferramentas necessárias que permitem níveis acrescidos de eficiência na recuperação de crédito vencido do Banco.

O Banco Efisa, que protagoniza a banca de investimento, continuou a evidenciar-se como o braço internacional do Grupo, ao intervir nas diferentes áreas de negócio da banca de investimento. O mercado alvo é necessariamente Portugal, mas o conhecimento que se obtém trabalhando projectos e/ou produtos de países de grande potencial, como sejam o Brasil, Índia, Turquia, Médio Oriente, Países do Magreb, e também Angola e Moçambique, são valores inestimáveis pelos horizontes que nos abrem.

No BPN Crédito - IFIC, o ano de 2007 pautou-se pela continuidade inequívoca de um processo de mudança iniciado em 2005, no qual foi traçado um rumo orientativo através do denominado "Projecto Bússola", que nunca perdendo de vista o prazo imediato, tem privilegiado, sobretudo, uma estratégia consolidada no médio e longo prazo através da definição de objectivos concretos e ambiciosos. Tal orientação tem resultado num crescimento acentuado e sustentado da BPN Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.. O produto do crédito ao consumo apresenta um crescimento de 20% face a 2006.

A BPN Gestão de Activos, registou em 2007 uma quebra dos montantes sob gestão, à semelhança do que sucedeu à grande maioria das sociedades gestoras. Este decréscimo foi no caso da BPN Gestão de Activos exclusivamente devido ao efeito saída de capitais, não tendo havido performances negativas nos portfolios geridos. Na origem deste ambiente menos propício ao investimento em activos financeiros, esteve o aumento significativo da volatilidade, a escassa liquidez do mercado, nomeadamente de crédito, no rescaldo da crise do sub-prime na economia americana e a divulgação de dados macro que começavam a apontar no sentido de uma possível recessão na economia americana a curto prazo.

O BPN - IMOFUNDOS, S.A. continua a ocupar o terceiro lugar no ranking dos fundos nacionais, a pouco mais de 1% do primeiro lugar, só sendo possível pela qualidade dos seus activos. Em 2007 lançou três novos fundos de investimento fechados: o Mercapital, o Homeland e o Palazzo. Os dois primeiros são fundos especiais de investimento imobiliário.

A Real Seguros teve um crescimento acima do mercado, o qual, mais uma vez, ficou praticamente sem crescer, o que significa que pelo sétimo ano consecutivo a Real conquista quota de mercado, a qual se fixa, presentemente, na ordem de 2,89%. É também digno de registo o facto de a Great Place to Work (multinacional Americana, especialista na área de recursos humanos), ter qualificado a Real Seguros, pela sexta vez consecutiva, no quadro de honra das melhores empresas para trabalhar.

*Senhores Accionistas,*

Terminamos esta carta com o nosso público agradecimento:

Aos clientes que, privilegiando os nossos serviços, contribuem decisivamente para alimentar a chama inovadora que nos anima;

Aos Senhores Conselheiros, pelas esclarecida visão e apoio que sempre têm prestado na orientação estratégica do Grupo;

Aos Colaboradores que, pela sua dedicação e inestimável empenho, dão sustentabilidade à dinâmica que os negócios exigem;

Aos Senhores Administradores das empresas que integram o Grupo, pela inteligência e dedicação com que desempenham as suas funções;

À Autoridade Monetária e Financeira, ao Instituto de Seguros de Portugal, aos Auditores e ao Fiscal Único, pelo rigor e isenção no exercício das suas sempre delicadas tarefas.

Com os melhores cumprimentos de muita estima,

## Órgãos Sociais

### BPN - Banco Português de Negócios, S.A.

---

#### Mesa da Assembleia Geral

Fernando Aguiar Branco (Presidente)  
Armando Pinto (Secretário)

---

---

#### Conselho de Administração

Abdool Magid Abdool Karim Vakil  
António Coelho Marinho  
Armando José Fonseca Pinto  
José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa  
Teófilo Paulo Cadima Carreira  
António Manuel Alves Martins Franco

---

### BPN - SGPS, S.A.

---

#### Mesa da Assembleia Geral

Victor Castro Nunes (Presidente)  
António Coutinho Rebelo

---

---

#### Conselho de Administração

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa  
Francisco Gonçalves Sanches

---

---

#### Fiscal Único

Revisor Oficial de Contas (Efectivo)  
J. Monteiro & Associados, SROC  
representada por José Manuel Carlos Monteiro  
Revisor Oficial de Contas (Suplente)  
Salvador Figueiredo Vás Lima

---

---

#### Audidores

BDO bdc & Associados SROC, Lda

---

## Estrutura Operacional



### Banca Comercial e de Investimento

- BPN - Banco Português de Negócios
- BPN Cayman
- BPN Banque
- Banco Efisa
- BPN Brasil
- BPN IFI

### Gestão de Activos

- BPN Imofundos
- BPN Gestão de Activos

### Seguros

- Real Seguros
- Real Vida Seguros
- Nossa

### Corretores Seguros

- AVS
- Solução

### Crédito Especializado

- BPN Crédito IFIC

### Corretagem

- FINCOR

O Grupo BPN pauta a sua actividade por Valores, acreditando que através deles poderá servir bem o Cliente.

### **Qualidade**

O nosso posicionamento assenta no atendimento e aconselhamento personalizado, na flexibilidade de soluções, na transparência da informação prestada e na qualidade de Serviço. O nosso património é o vinculo de Serviço ao Cliente, uma ligação conseguida através do conhecimento e da experiência da relação de parceria.

A nossa estratégia tem os seguintes vectores de desenvolvimento:

- Qualidade e rapidez de resposta - alargamento da rede de Agências, desenvolvimento de novos canais de distribuição e forte investimento em sistemas e tecnologias de informação;
- Antecipação das necessidades dos Clientes - criação de novos Produtos e Serviços financeiros diferenciados;
- Cooperação - constituição de parcerias estratégicas e protocolos de colaboração com várias entidades nacionais e internacionais.

### **Responsabilidade**

O Grupo BPN é constituído por um conjunto de empresas, que desenvolvem Produtos e serviços para dar uma resposta financeira global às necessidades de Clientes particulares e de empresas.

BPN - Soluções globais, personalizadas e flexíveis apresentadas na Rede de Agências BPN, de Norte a Sul do país.

BPN Banque - Soluções financeiras específicas a aconselhamento profissional para a valorização das poupanças dos portugueses em França.

BPN Brasil - Banco de Investimento que começou a operar em Julho de 2003.

Banco Efisa - Produtos e serviços financeiros adaptados às necessidades dos Clientes com o acompanhamento de uma equipa especializada na área da Banca de Investimentos.

BPN Gestão de Activos - Serviços especializados de Gestão e de acessoria ao investimento para Clientes Particulares, Institucionais e Empresas.

BPN Imofundos - Oferta de Fundos Imobiliários geridos por especialistas.

Fincor - Serviços de Corretagem com oferta de suporte profissional através de uma Rede especializada.

BPN Crédito - Oferta de Leasing nas suas vertentes Mobiliárias e Imobiliárias para aquisição de todo o tipo de equipamentos, viaturas e imóveis; Aluguer de Viaturas com Serviço de assessoria permanente; Soluções globais de crédito ao consumo.

BPN Créditos Brasil - Crédito ao consumo para Clientes particulares.

Real Seguros - Ampla oferta no âmbito da segurança e da protecção pessoal e patrimonial.

### **Empenhamento**

Quatro áreas de actuação vão ao encontro dos interesses dos Clientes do Grupo BPN: Banca Comercial e de Investimento, Gestão de Activos e serviços Financeiros, serviços de Crédito Especializado e Seguros.

A diversidade das soluções propostas nestas quatro áreas permite disponibilizar Produtos e Serviços, geridos por especialistas, que respondem às necessidades de cada um dos nossos Clientes.

### **Flexibilidade**

O Banco Português de Negócios está cada vez mais próximo dos seus Clientes. Com uma rede de Agências muito capilarizada no território nacional, está também presente em França e no Brasil.

Com o BPN Interactivo, o Banco Português de Negócios passou a estar sempre disponível através de dois Serviços: o netBanking e o phoneBanking.

**Transparência**

Sabemos que a transparência está na base das nossas sólidas relações de parceria com os Clientes. Por isso, as informações que nos solicitam são sempre prestadas de uma forma clara, simples e acessível.

**Personalização**

Privilegiamos relações personalizadas com os nossos Clientes que nos levem a um conhecimento profundo das suas necessidades. Acreditamos que, só assim, podemos indicar sempre a solução mais adequada.

**Compromisso**

Comprometemo-nos com Pessoas e Organizações e fazemo-lo com profissionalismo, rigor e seriedade.

## Análise financeira do Grupo BPN

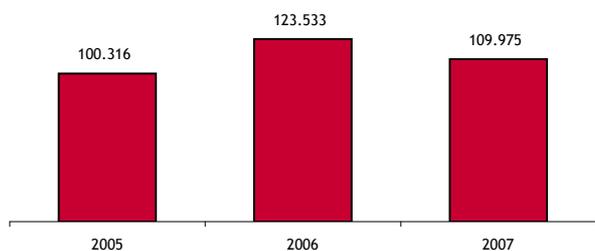
### Principais indicadores consolidados

Milhares € Var. %

	2007	2006	2005	07/06
<b>Demonstração de Resultados</b>				
Margem Financeira	188.265	163.862	158.885	14,9%
Produto da Actividade	334.050	323.264	271.088	3,3%
Custos de Estrutura	226.174	207.454	185.803	9,0%
Resultados Operacionais	73.296	77.188	51.869	-5,0%
Resultados antes de Imposto	79.630	85.899	61.959	-7,3%
Resultado Líquido do Exercício	56.752	65.316	47.527	-13,1%
EBITDA	109.975	123.533	100.316	-11,0%
<b>Balanço</b>				
Activo Líquido	8.025.374	7.226.017	5.854.752	11,1%
Situação Líquida	476.203	446.159	345.476	6,7%
Créditos sobre Clientes	5.798.283	4.906.877	4.393.052	18,2%
Gestão de Activos e Fundos de Investimento	2.266.216	2.522.073	2.470.621	-10,1%
Recursos totais de Clientes	4.786.549	4.107.530	3.994.578	16,5%
<b>Rácios</b>				
Rendibilidade média dos capitais próprios (ROAE)	14,2%	19,2%	15,6%	n.a.
Rendibilidade média do Activo (ROA)	0,7%	0,9%	0,8%	n.a.
Cost to Income	67,7%	64,2%	68,5%	n.a.
Fundos Próprios	506.524	437.745	409.595	n.a.
Activos ponderados pelo Risco	5.365.597	5.204.895	4.757.204	n.a.
Rácio de Requisitos de Fundos Próprios	8,24%	8,41%	8,61%	n.a.
Tier I	5,54%	6,83%	5,63%	n.a.
Rácio de Solvabilidade (BPN S.A.)	9,67%	9,83%	10,30%	n.a.
<b>Seguros</b>				
Prémios de seguro Vida	18.240	17.081	18.145	6,8%
Prémios de seguro Não Vida (Directo)	125.638	123.584	122.212	1,7%
<b>Número de Colaboradores</b>				
BPN	1.875	1.760	1.686	6,5%
Área Seguradora	412	391	380	5,4%
Grupo BPN	2.905	2.699	2.563	7,6%
<b>Número de Agências</b>				
Agências (Portugal e França)	213	205	203	3,9%

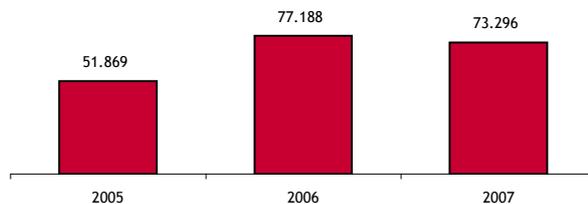
### Cash flow do exercício

milhares €



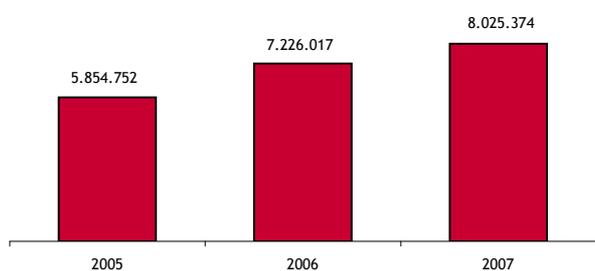
### Resultados Operacionais

milhares €



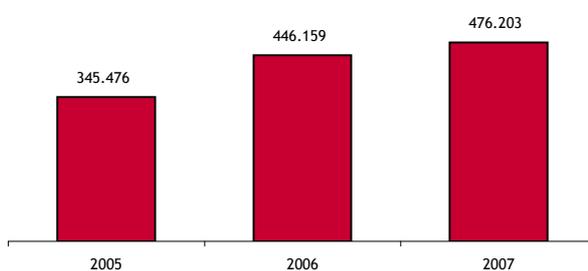
### Activo Líquido

milhares €



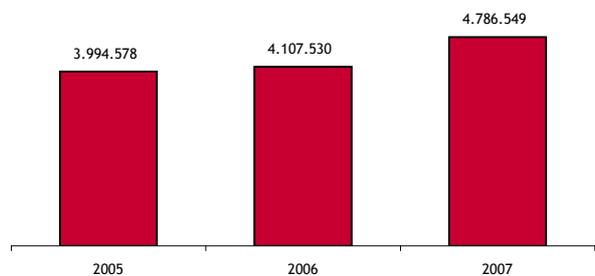
### Situação Líquida

milhares €



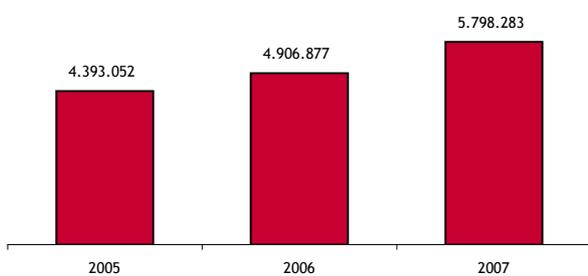
### Recursos Totais de Clientes

milhares €

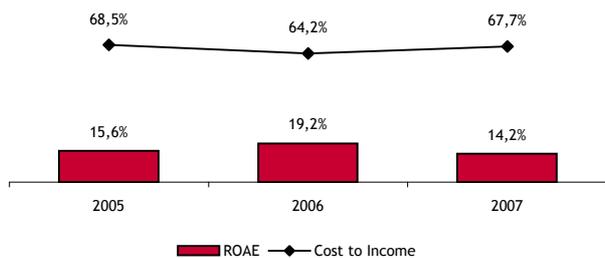


### Créditos sobre Clientes

milhares €



### Rendibilidade e Eficiência



1.

## Relatório do Conselho de Administração



## Enquadramento Económico

### A economia mundial

Durante 2007, a economia mundial cresceu a um ritmo de 4,9%, ponderada pelas paridades de poder de compra, contra 5,0% no ano anterior. Este ritmo decorreu do crescimento a uma taxa de 2,6% das economias mais desenvolvidas do Mundo (redução do valor de 3,0% no ano anterior) e uma ligeira aceleração de 7,7% para 7,8%, das economias em desenvolvimento e emergentes.

#### Crescimento Económico

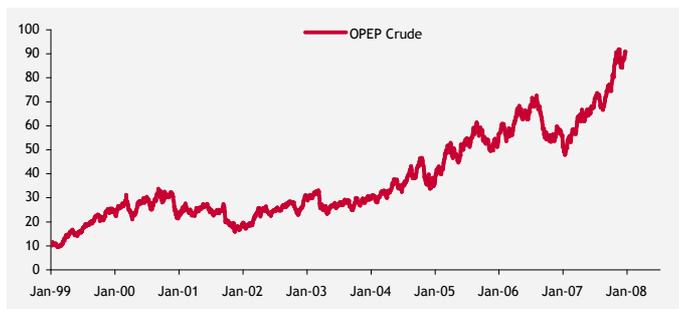
	2005	2006	Estimativas	Previsões
			2007	2008
Economia Mundial	4,4	5,0	4,9	4,1
Economia Avançadas	2,5	3,0	2,6	1,8
E. U. A.	3,1	2,9	2,2	1,5
Zona Euro	1,5	2,8	2,6	1,6
Japão	1,9	2,4	1,9	1,5
Economias Emergentes	7	7,7	7,8	6,9

Fonte: FMI

Embora nestas últimas economias, o crescimento se alargue a todo o globo (África, Médio Oriente e Ásia), o desempenho dos países asiáticos (onde pontificam a China e a Índia), continuou a surpreender pela positiva.

O crescimento na zona Euro ultrapassou o dos EUA em 2007, o que acontece pela primeira vez desde 2001. De facto, a zona Euro cresceu 2,7%, apesar da desaceleração marcada que se registou no quarto trimestre, enquanto o crescimento médio da economia norte-americana foi de apenas 2,2%.

A actividade económica durante o ano de 2007 pode ser dividida em duas partes muito distintas, de acordo com o respectivo dinamismo económico. O primeiro semestre foi ainda marcado por um crescimento forte e por pressões inflacionistas ao nível das matérias-primas (sobretudo petróleo e mercadorias agrícolas), as quais atingiram cotações máximas de sempre, desencadeando mesmo receios de escassez futura.



As preocupações de muitos bancos centrais estavam focadas na contenção da subida de inflação, por via do grande dinamismo da actividade económica. É de salientar que, o Banco Central Europeu (BCE) efectuou duas subidas da taxa directora do Eurosystema de 3,5% para 4,0%, durante o primeiro semestre e que a Reserva Federal dos EUA (FED), apesar ter parado as subidas das suas taxas directoras em 2006, também partilhava, nessa altura, as preocupações de outros bancos centrais mundiais relativamente à inflação.

Tudo se alterou no Verão de 2007 com o colapso dos mercados de crédito titularizado.

A paragem da actividade nos mercados de titularização de crédito, em virtude de uma profunda crise de confiança que se instalou entre os investidores, originou uma crise bancária que gradualmente foi afectando o crescimento económico nas diversas regiões económicas do globo, originando uma travagem brusca do crescimento no segundo semestre de 2007.

As previsões mais recentes para a economia mundial são do FMI e apontam para uma redução sensível do nível de actividade económica nas economias mais desenvolvidas. De facto, as expectativas vão agora no sentido de que a taxa de crescimento ponderada nestas economias seja de apenas 1,5% durante 2008, quando ainda em Outubro se esperava um valor de quase 2,0%, valor esse que já representava uma revisão em baixa das estimativas anteriores.

Terá chegado desta forma ao fim o padrão do crescimento mundial que se arquitectou depois da crise asiática de 1997. Nessa altura, o excesso de endividamento e investimento interno das economias asiáticas foi resolvido com base em desvalorizações das suas divisas e na reorientação da sua produção para o mercado interno dos EUA. Em contrapartida, este país experimentou uma expansão económica, em larga medida alicerçada no consumo dos particulares e no endividamento do sector privado.

Os desequilíbrios do sistema financeiro internacional (nomeadamente, o défice externo dos EUA e a elevada absorção da poupança excedentária a nível mundial que provoca), bem como a crescente probabilidade que esta vulnerabilidade do sistema financeiro mundial possa vir a ser corrigida de forma brusca, constituem a principal fonte de risco para a estabilidade financeira da zona Euro.

O crescimento é o “estado natural” do ciclo económico nas economias modernas. Anualmente, os agentes económicos preparam-se para a repartição dos frutos que esse crescimento económico irá proporcionar, assumindo responsabilidades para com os seus trabalhadores e accionistas, para com as empresas fornecedoras e clientes e com o sector bancário, caso tenham existido investimentos significativos.

A não ocorrência do crescimento previsto determina a adopção de um conjunto de medidas correctivas de redução da despesa e do investimento pelos agentes privados (empresas primeiro e particulares depois). É neste contexto que a actuação dos estabilizadores orçamentais automáticos assume um carácter tão importante.

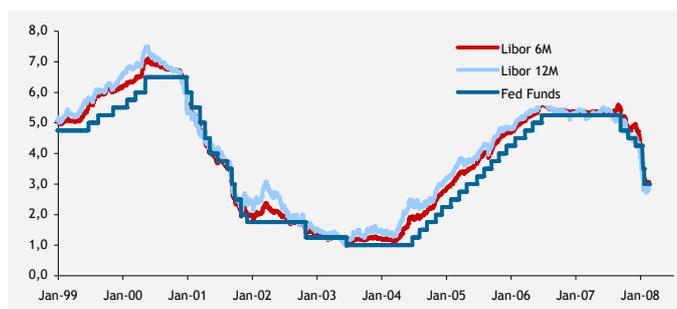
Para além destes estabilizadores, a política orçamental pode ser orientada para a implementação de estímulos fiscais discricionários pelos Governos, de forma a apoiar o rendimento e a manutenção do emprego na economia.

A actividade económica pode também ser influenciada positivamente pela condução das políticas monetárias dos Bancos Centrais, no sentido de proporcionar liquidez aos agentes económicos e de reduzir as taxas de juro.

A resposta conjunta da Administração norte-americana e da Reserva Federal à actual crise nos EUA acabou por ser muito significativa. Ambas compreenderam rapidamente que a evolução da economia podia mesmo colocar em causa a estabilidade do sistema financeiro.

Um pacote fiscal de USD 168 bn foi estruturado pela Administração e aprovado pelo Congresso em tempo recorde para um ano de eleições presidenciais. Este estímulo fiscal começará a chegar à economia dos EUA em Maio, ainda a tempo de beneficiar a actividade económica no segundo trimestre de 2008.

A Reserva Federal actuou de forma muito pró-activa através da redução das suas taxas directoras. A taxa de cedência (Fed Funds) foi reduzida em 1% durante a segunda metade de 2007 (de 5,25% para 4,25%) e de 1,25% no mês de Janeiro de 2008. A Reserva Federal também cedeu fundos aos mercados financeiros em diversas ocasiões e sob diversas formas, as quais envolveram mesmo outros bancos centrais mundiais.



Ao mesmo tempo, as agências governamentais e os bancos federais ligados ao crédito hipotecário aumentaram significativamente o seu envolvimento no refinanciamento de hipotecas e na sua titularização, as quais beneficiam de garantias, mais ou menos formais, do Tesouro do EUA.

A Administração americana promoveu também a adopção pelo sector bancário dos programas “Hope Now” e “Project Lifeline” que vão, respectivamente, suspender a subida da taxa de juro nas hipotecas de risco mais elevado por um período até cinco anos (nos mutuantes que sejam capazes suportar as actuais prestações) e promover moratórias na execução de hipotecas, de forma a estudar a possibilidade de refinanciamentos a taxa fixa, no segundo caso.

Apesar de ser cedo para tirar uma conclusão definitiva quanto à natureza do abrandamento, os dados económicos nos EUA são ainda mais compatíveis com a estagnação da economia, do que com a sua contracção (isto é, com a sua entrada em recessão), muito embora a manutenção da actual situação nos mercados de crédito rapidamente comprometeria este cenário mais optimista.

Por seu lado, o BCE apesar de não ter reduzido as suas taxas de juro em 2007, actuou de forma resoluta no mercado monetário interbancário do Euro, cedendo liquidez rapidamente e por prazos alargados em momentos de tensão, nomeadamente, na eclosão da crise de liquidez no Verão e novamente em Dezembro de 2007. Nesta última situação, perante o acumular das tensões de “final de ano”, o BCE cedeu ao mercado interbancário a quantia recorde de 380 biliões de euros.

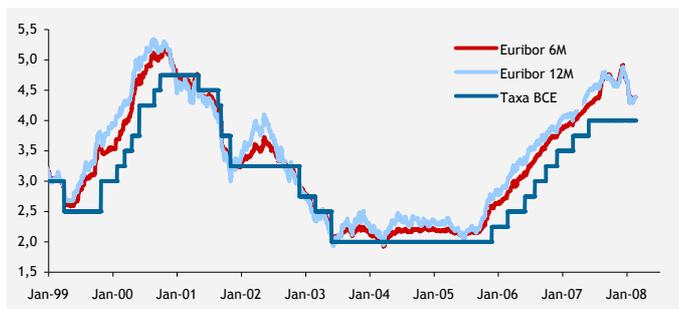
Embora não seja de prever uma resposta fiscal coordenada na zona Euro, o FMI veio incentivar os países com espaço para considerarem expansões das respectivas políticas orçamentais, com vista a minorarem os efeitos do abrandamento económico.

### Evolução Monetária e do Sistema Bancário Internacional

Regra geral, a análise da evolução dos mercados monetários das principais zonas monetárias (dólar, euro, iene e libra) resume-se ao acompanhamento da condução da política monetária dos respectivos Bancos Centrais.

As taxas de mercado monetário seguem as taxas directoras dos respectivos bancos centrais descontando os aumentos (ou reduções) de taxas que os investidores antecipam.

As taxas de juro de mercado (nos prazos até um ano) reflectem a ponderação das taxas directoras, actuais e futuras, dos bancos centrais. Tal foi a evolução das taxas da zona Euro durante o primeiro semestre com os investidores a preverem um patamar de taxas máximas pelo BCE entre os 4,5% e os 4,75%, e as taxas Euribor de 6 e 12 meses a reflectirem estes valores.



A restritividade das condições monetárias externas da zona Euro foi ainda aumentada pela acentuada valorização cambial do Euro, o qual durante o ano de 2007, se apreciou 12% contra o dólar, 5% face ao iene e 10% em relação à libra esterlina.



As condições de funcionamento dos mercados monetários interbancários alteraram-se drasticamente no Verão de 2007. Nesta altura, o modelo de originação de crédito pelo sector bancário, sua titularização e distribuição (sob a forma de “pools” de empréstimos) pelas carteiras dos investidores finais parou.

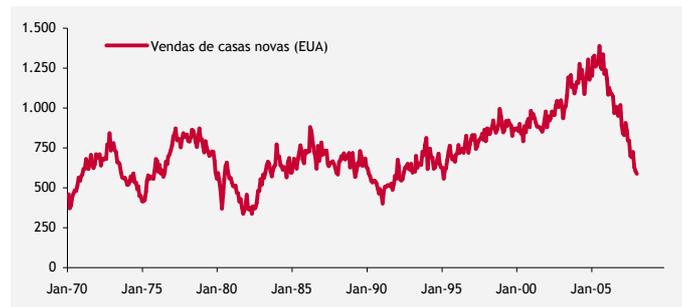
Neste modelo, aqueles que suportam o risco de crédito (os investidores finais), não estão envolvidos na avaliação da capacidade dos devedores, antes se apoiando nas análises das agências de “rating” para tal fim.

Apesar deste modelo já estar estabelecido há bastantes anos, a deterioração dos critérios de atribuição de crédito à habitação que teve lugar durante os anos de 2006 e início de 2007 (localizado no sector dos devedores de risco elevado), foi de tal magnitude que teve como consequência que o número de entradas em incumprimento, nas titularizações deste ano, fossem incompatíveis com os “ratings” atribuídos pelas agências de rating.

As agências de “rating” falharam ao não reconhecerem atempadamente que os dados de “perdas históricas” não podiam ser utilizados para estimar as perdas de crédito esperadas nas titularizações mais recentes, em face da grande degradação ocorrida nos critérios de atribuição de crédito hipotecário aos devedores de risco mais elevado.

A consequência foi a perda de confiança dos investidores em quase todos os “ratings” atribuídos pelas agências e, conseqüentemente, a paragem do mecanismo responsável pela criação de metade do crédito na economia dos EUA e de uma parcela importante na zona Euro.

Esta interrupção abrupta teve repercussões significativas sobre o crescimento da própria economia, originando a pior quebra do mercado da habitação residencial dos EUA em 26 anos, a qual fica marcada pela diminuição acentuada do número de casas vendidas (novas e usadas) e por quedas, mais ou menos significativas, nos respectivos preços de venda.



Acresce que os bancos se viram confrontados com a necessidade indesejada de aumentarem os seus balanços para aí acolherem os empréstimos que não tinham conseguido titularizar e outros que se encontravam em veículos a quem tinham prestado garantias de liquidez. Ao mesmo tempo tinham maior consumo de fundos próprios por via das desvalorizações do valor de mercado dos títulos que passaram a ter em carteira.

Inicialmente restrito ao segmento “subprime” (isto é, dos devedores hipotecários de maior risco), a crise de crédito generalizou-se a partir de Outubro, com o alargamento de “spreads” e a queda das cotações de outros instrumentos de dívida, em consequência da necessidade de diminuição brusca da alavancagem existente em muitas carteiras de investimento.

É preciso recuar a 1990, para encontramos algum paralelo à actual crise do sector bancário. Apesar do impacto originado pelos sucessivos anúncios de perdas por diversos bancos e os aumentos de capital associados, a verdade é que as necessidades de recapitalização que a banca dos EUA e do Japão tinham uma dimensão que era incomparavelmente superior à actual.

Mesmo assim, e fora dos segmentos de risco mais elevado do crédito hipotecário nos EUA, os mercados de capitais parecem agora demasiado pessimistas ao anteciparem perdas excessivas nas diversas vertentes do mercado de crédito, como por exemplo nos empréstimos sindicados ligados a operações de “private equity”.

Conclusões semelhantes poderiam ser alargadas ao crédito hipotecário de melhor risco, às obrigações de bancos e às obrigações de empresas, pelo que os “write-downs” que os balanços dos bancos possam ter que registar neste tipo de títulos poderão vir a ser de natureza temporária e reversível, se entretanto não ocorrerem vendas forçadas.

## A Economia Portuguesa

A economia portuguesa registou uma evolução favorável ao acelerar o seu crescimento económico em 2007 para 1,9%. Este valor é o ritmo de expansão mais elevado da economia nacional desde 2001.

### Portugal

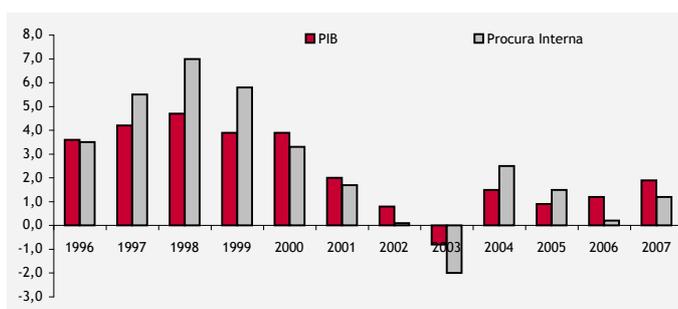
	2006	2007	Previsões	
			2008	2009
PIB	1,2	1,9	2,0	2,3
Consumo Privado	1,2	1,2	1,1	1,6
Consumo Público	-0,7	0,0	0,0	0,4
Formação Bruta de Capital Fixo	-1,8	2,6	3,3	3,1
Procura Interna	0,2	1,2	1,4	1,6
Exportações	9,1	7,0	4,9	6,0
Importações	4,3	4,1	2,9	3,7
<b>Contributo (em p.p.)</b>				
Exportações líquidas	1,0	0,6	0,5	0,5
Procura interna	0,2	1,3	1,5	1,8
Bal. Corrente + Bal. de Capital (%PIB)	-8,6	-8,2	-7,3	-6,4
Inflação (IHPC)	3,0	2,4	2,4	2,0

Fonte: Banco de Portugal (Janeiro de 2008)

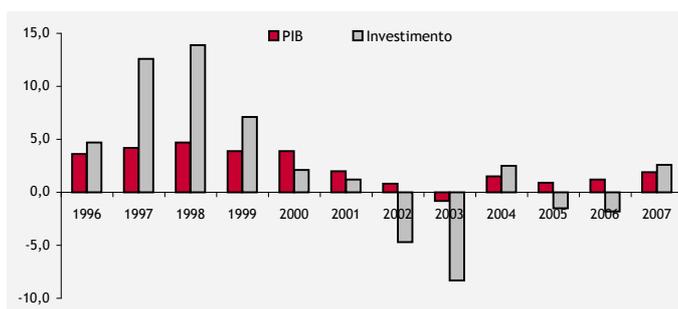
No quarto trimestre de 2007, Portugal cresceu 0,7% em cadeia (taxa anualizada 2,8% entre trimestres), mais do que a zona euro, a qual evoluiu a uma taxa mais moderada de 0,4%. Em termos anuais homólogos a expansão da economia portuguesa acelerou de 1,7% para 2,0%, do terceiro para o quarto trimestre.

O ano de 2007, foi ainda de divergência relativamente à zona Euro, a qual cresceu 2,7%. Ainda assim, a aceleração recente da actividade económica em Portugal é positiva porque foi conseguida no âmbito de uma forte consolidação orçamental que se prolonga desde 2005 e que prejudica a obtenção de ritmos de crescimento mais elevados, em virtude do forte travão que a despesa pública tem aplicado ao crescimento da procura interna.

Entre as principais componentes da procura interna é de destacar que o consumo privado cresceu a uma taxa de 1,2% (a mesma que em 2006), um valor que é inferior à taxa de expansão do PIB, em face das restrições orçamentais enfrentadas pelos agentes económicos privados. Já o consumo público teve uma variação real nula em 2007, depois de uma contracção de 0,7% em 2006.

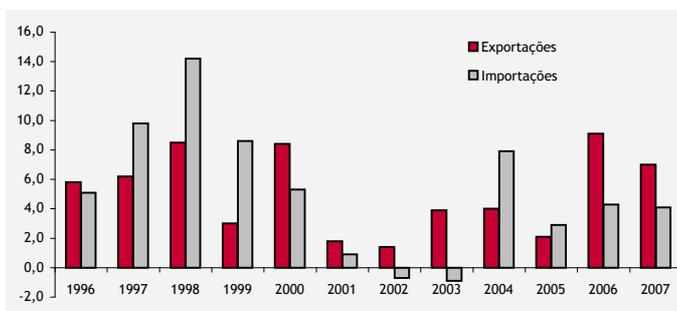


Mais importante, é o facto do investimento (medido pela FBCF) ter tido uma variação positiva de 2,6% em 2007, invertendo uma tendência negativa persistente que se registava desde o segundo semestre de 2002 e que só tinha sido interrompida em 2004.



As exportações continuaram a aumentar a um ritmo muito significativo (7% em 2007, depois de 9,1% em 2006). Esta evolução marca o fim de um período de perda de quota da produção nacional nos seus mercados externos (durante o biénio 2004/05), permitindo uma redução do défice da balança de bens e serviços.

Assim em 2007, o contributo da procura interna para o crescimento do PIB foi de 1,3% e da procura externa líquida foi de 0,6%, uma repartição mais equilibrada dos respectivos contributos do que a verificada em 2006, onde a estagnação da procura interna fez recair sobre as exportações líquidas o crescimento do PIB.



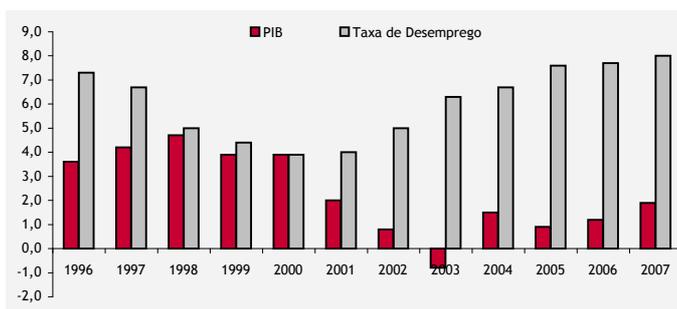
### Inflação e Desemprego

A taxa de inflação média (índice harmonizado), foi de 2,4% em 2007, moderando de um ritmo de 3,0% no ano anterior, o qual foi ainda influenciado pelo efeito de base do aumento em dois pontos percentuais da taxa do IVA, ocorrido em meados de 2005.

A inflação portuguesa deverá acompanhar a evolução da sua homóloga da zona Euro nos próximos dois anos, convergindo para 2,0% em 2009, não constituindo um elemento destabilizador da condução da política macroeconómica do país. Para tal deverá contribuir a moderação salarial resultante de uma situação ainda pouco favorável no mercado de trabalho.

Segundo os últimos dados divulgados pelo INE, o valor da taxa de desemprego atingiu os 7,8% no quarto trimestre de 2007. A taxa média anual foi de 8,0%, um acréscimo de 0,3% relativamente ao ano de 2006.

O valor mais baixo da actual série estatística que se iniciou em 1998 foi de cerca de 4% em 2000. Desde essa data, que marca também o início da divergência mais acentuada com o crescimento da zona Euro, o desemprego em Portugal tem vindo a aumentar atingindo, no final de 2007, os 448.6 mil trabalhadores.

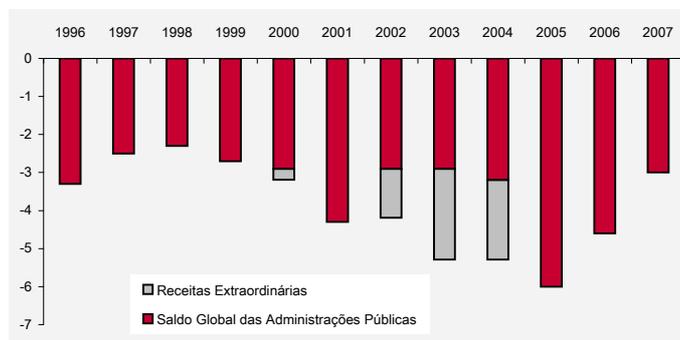


Apesar da população empregada ter aumentado cerca de 0,2%, o valor do crescimento económico dos últimos anos, consistentemente inferior a 2,0%, não tem permitindo a diminuição da taxa de desemprego.

A conjugação deste factor, com a reestruturação que a economia portuguesa tem sofrido, pela integração no comércio mundial de produtores com um padrão de especialização semelhante ao nosso e com custos de produção mais reduzidos, tem ditado o actual estado do mercado de trabalho nacional, onde a taxa de desemprego ultrapassou a sua correspondente da zona Euro.

## Finanças públicas

A consolidação fiscal empreendida desde 2005 permitiu a Portugal antecipar em um ano as metas de consolidação orçamental. O défice das administrações públicas é já inferior ao valor de 3%, pelo que, em Maio de 2008, na próxima comunicação no âmbito do procedimento de correcção dos défices excessivos, o nosso país será retirado da lista de países da zona Euro que excedem este valor do défice.



Em 2007, o impacto das medidas de consolidação da receita fiscal e contributiva atingiu os 1,3% do PIB, relativamente ao ano base de 2005.

Deste valor, 0,6% são devidos a alterações da estrutura dos impostos e 0,7% ao aumento da eficiência fiscal e contributiva.

No capítulo da moderação da despesa pública é de referir a introdução do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões, a penalização das reformas antecipadas e o congelamento das promoções automáticas de funcionários públicos.

A melhoria dos processos de planeamento e controlo orçamental e a racionalização da rede de cuidados de saúde primários, adaptando-a às vias de circulação e às novas realidades da distribuição territorial da população, ajudaram a moderar os custos orçamentais com o Sistema Nacional de Saúde.

A consolidação orçamental empreendida veio agora a revelar-se particularmente oportuna no tempo, porque permitiu reduzir o valor do défice para 3% já em 2007. Este facto, favorece a credibilização financeira externa do país, num momento de crise do sector bancário internacional e dos mercados monetários interbancários.

Para Portugal é importante prosseguir no caminho de consolidação orçamental encetada em 2005, de forma a atingir o valor de 0,5% para o défice estrutural das contas em 2010 e só quando existir folga (relativamente a este objectivo), é que se pode pensar em alterações da política fiscal.

A credibilização da economia que decorre da existência de finanças públicas equilibradas e sustentáveis é importante no actual contexto dos mercados de capitais mundiais, em face de risco sistémico existente nos mercados monetários e de capitais mundiais, o qual tem implicações importantes para Portugal, uma vez que uma parte importante do financiamento da sua economia é obtido nos mercados internacionais.

## Principais Acontecimentos do Grupo

### Janeiro

- O Banco Efisa, a ANA - Aeroportos de Portugal e Soares da Costa, juntamente com uma construtora do Kuwait (a IIG), formaram um consórcio que se qualificou no concurso para a reabilitação, expansão e operação do aeroporto internacional Rainha Alia, em Amã, capital da Jordânia;
- O BPN e a Seat Portugal organizaram um evento desportivo "Desafio SEAT by BPN", onde foi dada a oportunidade a jovens universitários para experimentarem uma competição automóvel.

### Fevereiro

- O Banco Efisa organizou um contrato para uma emissão obrigacionista no montante de 55 milhões de euros, celebrado pela Transtejo-Transportes Tejo.

### Março

- O Fundo BPN Conservador foi vencedor pela quarta vez consecutiva, ganhando o Prémio Diário Económico Standard & Poor`s na categoria Obrigações a Curto Prazo - Euro - Fundos Domésticos a 3 anos;
- O Fundo BPN Renda Mensal foi o premiado do Prémio Diário Económico Standard & Poor`s para os Melhores Fundos de Investimento nas categorias Obrigações a Curto Prazo - Euro - Fundos Domésticos a 1 ano e a 3 anos;
- O Fundo BPN Tesouraria foi o vencedor do Prémio Diário Económico Standard & Poor`s para os Melhores Fundos de Investimento nas categorias Tesouraria Euro Plus - Fundos Domésticos a 3 anos;
- O BPN assinou um protocolo de colaboração com as sociedades de garantia mútua, Norgarante, Garval e Lisgarante, tendo como objectivo possibilitar o acesso a operações de crédito a micro, pequenas e médias empresas (PME).

### Abril

- A Real Seguros obteve o 6º lugar na lista das 25 melhores empresas para trabalhar em Portugal, segundo um estudo coordenado pelo Great Places to Work Institute, que analisou mais de 1.800 empresas;
- Para reforçar o seu posicionamento junto do segmento de particulares, o BPN apostou nas figuras mediáticas, Catarina Furtado e Luís Figo para darem rosto à campanha que tem como headline " Um Banco com lugar para todos".

### Maio

- Abertura das agências do BPN em Odivelas e Bombarral;
- O BPN lançou a campanha "BPN 100% Cool", com o objectivo de promover a responsabilidade social e a segurança rodoviária entre as camadas mais jovens;
- O BPN assinou um protocolo de cooperação com a ANESPO - Associação Nacional do Ensino Profissional. Do acordo resultou a disponibilização, por parte do BPN, de até um máximo de 100 oportunidades de estágio no âmbito dos serviços centrais e da rede comercial de Agências.

### Junho

- O BPN, em parceria com a Anecra, lançou o cartão de crédito Visa BPN/ANECRA. Com este cartão os comerciantes podem apresentar aos seus clientes uma solução para o financiamento das suas compras, com a vantagem do comerciante receber a pronto. Para beneficiar destas vantagens o comerciante deve ter instalado um TPA Netpay;
- O BPN, juntamente com outras instituições financeiras, assinou um protocolo bancário com o Turismo de Portugal, visando a abertura de uma linha de crédito no valor de 120 milhões de euros, destinada a financiar projectos turísticos que se enquadrem nos objectivos do PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo).

## Julho

- Abertura da agência do BPN em Beja;
- O BPN é um dos fundadores da Fundação Alter Real, que herdou do Serviço Nacional Coudélico (SNC) extinto por decisão governamental, as coudelarias de Alter do Chão e Nacional, o laboratório de Genética Molecular e a Escola Portuguesa de Arte Equestre.

## Agosto

- O Banco Efisa, a KPMG II e a Deloitte viram as suas propostas ser aceites pela RAVE para o concurso público internacional que irá ditar a adjudicação da prestação de serviços de consultoria financeira do projecto português de Alta Velocidade;
- Abertura da agência do BPN em Viseu - Abraveses.

## Setembro

- O Banco Português de Negócios (BPN) prossegue a estratégia de crescimento sustentado da sua rede comercial com a abertura, no dia 21 de Setembro, de uma Agência em Peniche;
- Abertura da agência do BPN em Vale de Cambra;
- O BPN inaugura o Centro de Empresas de Santarém, uma iniciativa vocacionada para o meio empresarial, cujo objectivo é incrementar uma relação personalizada com os seus clientes;
- A BPN Imofundos lançou dois novos fundos de investimento imobiliário, o Mercapital e o Homeland.

## Outubro

- Abertura da agência do BPN em Alenquer;
- O BPN promove pelo segundo ano consecutivo o mês da Poupança, desta vez sob o conceito "Corrida à Poupança BPN", a campanha tem como objectivo incentivar os clientes a poupar com condições especiais;
- O BPN fechou um contrato sindicado de financiamento de 103 milhões de euros, colocados no mercado internacional.

## Novembro

- O BPN lançou uma campanha dedicada a cartões de crédito com a qual pretendia, dar a conhecer os cartões BPN Gold e BPN Classic, que "oferecem as taxas de juro mais baixas do mercado".

## Dezembro

- Abertura das agências do BPN em Vila Franca de Xira, Santiago do Cacém e Leiria;
- A Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARESP), homenageou o Banco Português de Negócios na categoria de Empresa;
- A Real Seguros obteve autorização do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), para constituir uma nova companhia de seguros, sob a designação de NSeguros, que deverá privilegiar a venda de seguros Não Vida através dos canais directos, como o telefone e a internet;
- A BPN Imofundos lançou um novo fundo de investimento imobiliário, o Palazzo.

## Análise e Mapas Financeiros do Grupo BPN

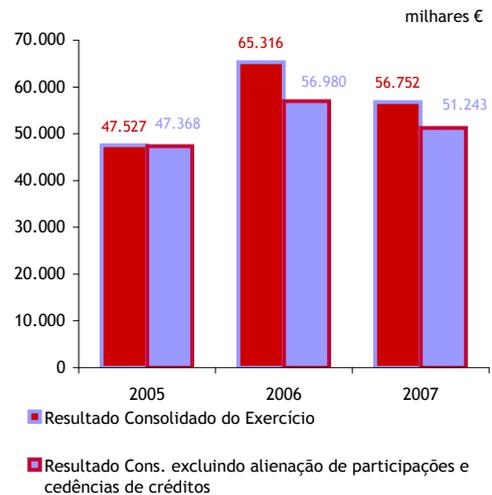
### Resultado consolidado do exercício

O Grupo BPN, SGPS encerrou o exercício de 2007 com um resultado líquido consolidado de 56,7 milhões de euros, representando um decréscimo de cerca de 13% face ao resultado líquido registado em 2006 e um aumento de cerca de 19,4% face ao resultado líquido de 2005. A evolução negativa de 2007 está relacionada principalmente com as condições desfavoráveis que se verificaram nos mercados financeiros no segundo semestre do ano decorrentes da crise do crédito imobiliário de alto risco dos Estados Unidos da América (*subprime*).

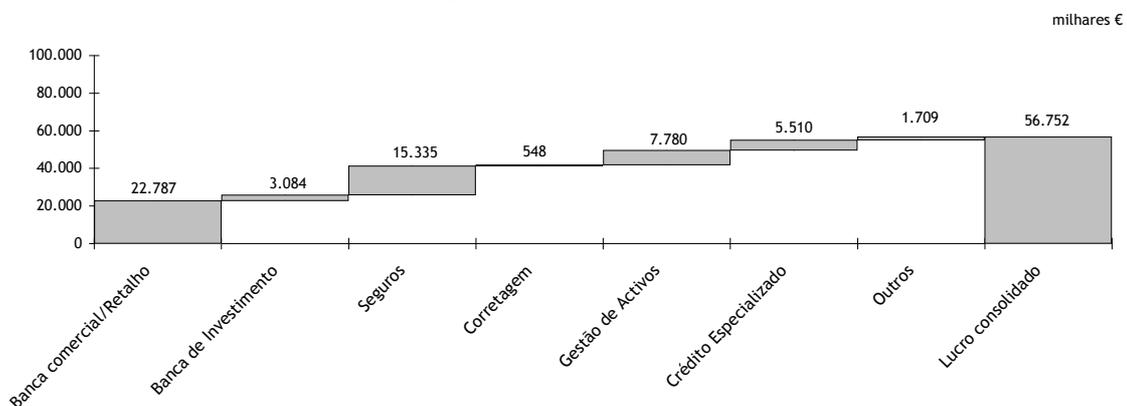
Na análise comparativa dever-se-á ter em conta que a alienação de participações financeiras e a alienação de créditos, geraram mais valias líquidas de cerca de 5.509 mil euros em 2007, 8.336 mil euros em 2006 e 159 mil euros em 2005. O resultado consolidado de 2007, sem estes ganhos líquidos de natureza não recorrente, apresentam uma diminuição de 10% face a 2006 e um aumento de 8,2% face a 2005.

Em termos comparativos, os resultados da actividade comercial propriamente dita (produto bancário antes de resultados em operações financeiras) aumentaram 7,1% como reflexo do incremento do volume de negócios na banca comercial .

### Resultado Consolidado do Exercício



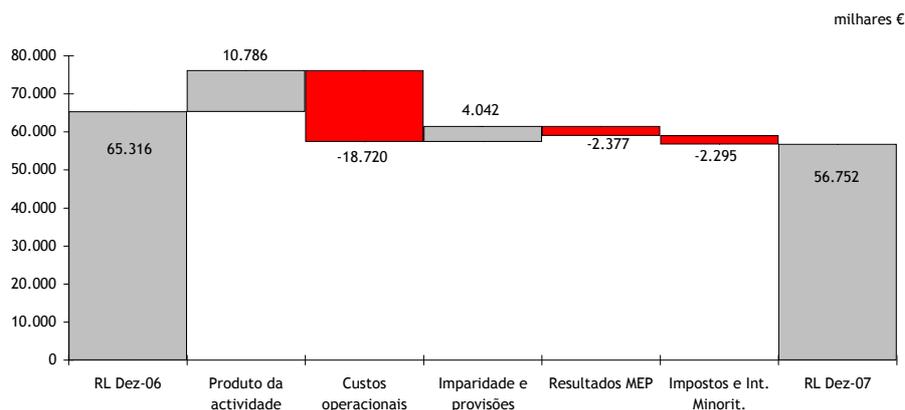
### Contributo de cada área de negócio para o Resultado Consolidado do Exercício



### Resultado consolidado por área de negócio

O resultado consolidado do BPN, SGPS de 2007 ascendeu a 56.752 milhares de euros, tendo como principais contributos: a banca comercial /retalho com cerca de 40,2%, a área seguradora com 27%, e a gestão de activos com 13,7%, respectivamente. A área Outros que incluiu as holdings, bem como empresas que actuam em áreas não financeiras contribuíram com 1.709 milhares de euros. O Grupo BPN, SGPS assume-se assim como um Grupo financeiro orientado para a banca comercial e de retalho e para o sector segurador.

## Evolução do Resultado Consolidado do Exercício



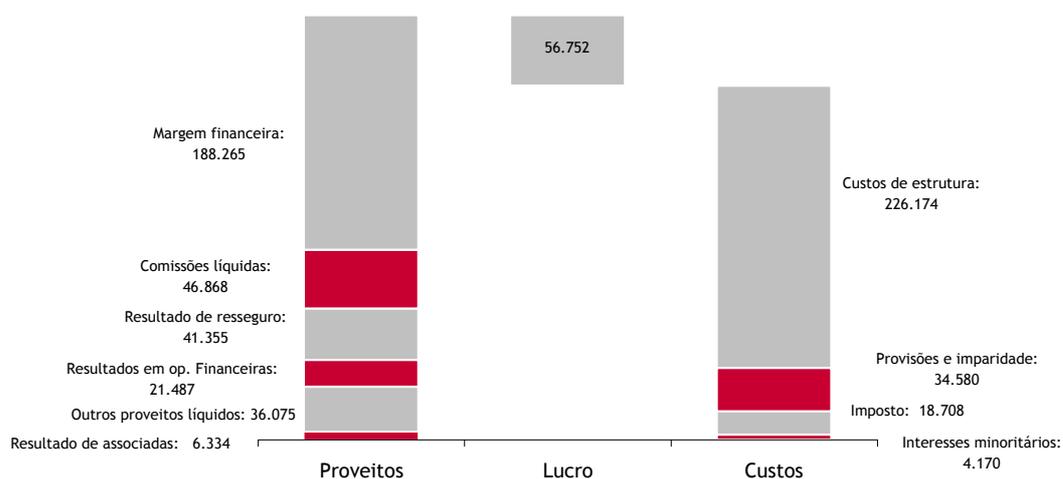
## Demonstração dos Resultados Consolidados

milhares €

	2007	2006	2005	Δ %
<b>Margem financeira</b>	188.265	163.862	158.885	14,9%
Comissões líquidas	46.868	43.271	34.752	8,3%
Resultados em operações financeiras	21.487	31.367	20.985	-31,5%
Resultados líquido de resseguro	41.355	27.496	25.425	50,4%
Outros proveitos líquidos	36.075	57.268	31.041	-37,0%
<b>Produto da actividade</b>	334.050	323.264	271.088	3,3%
Custos operacionais	226.174	207.454	185.803	9,0%
Provisões e imparidade	(34.580)	(38.622)	(33.416)	10,5%
Resultado de associadas	6.334	8.711	10.090	-27,3%
<b>Resultado antes de impostos e minoritários</b>	79.630	85.899	61.959	-7,3%
Impostos	18.708	20.415	14.142	-8,4%
Interesses minoritários	4.170	168	290	2382,1%
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	56.752	65.316	47.527	-13,1%

A expansão da actividade comercial processou-se a um bom ritmo resultante da dinâmica verificada na actividade creditícia, facto que resultou num aumento de 7,1% do produto bancário comercial (produto da actividade excluído dos resultados em operações financeiras).

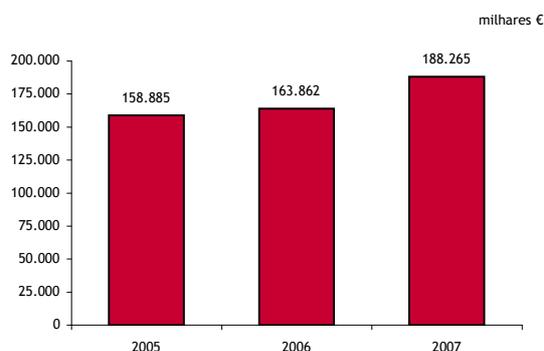
## Repartição das Rúbricas de Resultados



## Margem financeira

A margem financeira cresceu em valor cerca de 14,9% relativamente a 2006, ascendendo a 188 milhões de euros, como resultado de um aumento do volume de negócios que se traduziu num crescimento de 18,6% do crédito concedido a clientes e um acréscimo de 16,5% nos recursos de clientes.

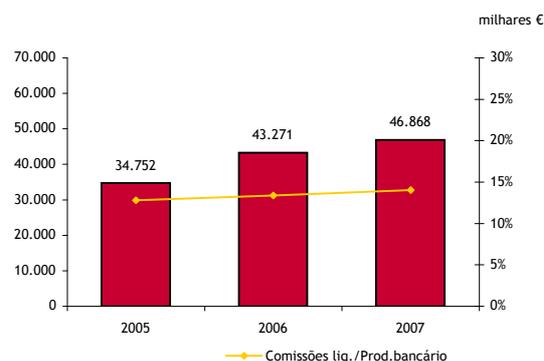
A estratégia de defesa da margem financeira permitiu manter a taxa a valores semelhantes aos de 2006, de cerca de 2,7%.



## Comissões

A prestação de serviços a clientes originou comissões na ordem dos 46,9 milhões de euros (valor líquido), representando um crescimento de 8,3% face a 2006, influenciado positivamente pela actividade comercial, particularmente as comissões relativas ao processamento dos cartões de débito e crédito, nos terminais POS da rede Netpay, e negativamente pelo ambiente de instabilidade e volatilidade do mercado de capitais com reflexos nas actividades de gestão de activos e banca de investimentos do Grupo.

As áreas que mais contribuíram para esta rubrica foram a banca comercial e de investimento e a gestão de activos.

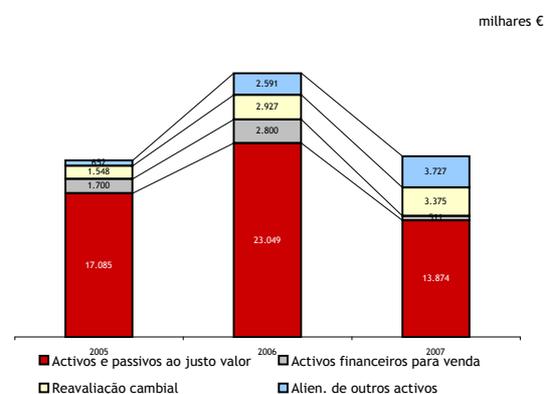


CONSOLIDADO BPN SGPS	Banca comercial	Banca Investimento	Gestão de activos	Crédito Especializado	Seguros	Corretagem	Outros	Total
Rendimentos de serviços e comissões	45.533	9.392	14.079	929	8.979	4.043	-	82.955
Encargos com serviços e comissões	18.237	693	112	85	15.353	284	1.323	36.087
Saldo	27.296	8.699	13.967	844	(6.374)	3.759	(1.323)	46.868

## Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras foram de 21.487 milhares de euros, ou seja, menos 31,5% do que os registados em 2006 (31.367 milhares de euros). Estes resultados incluem os ganhos e perdas potenciais (mark to market) com as actividades de trading, e os resultados realizados dos activos financeiros clasificados como disponíveis para venda.

A diminuição dos resultados associados aos activos financeiros está relacionada com a crise desencadeada pelo crédito *subprime*, que implicou um alargamento dos spreads de crédito em virtude da redução dos níveis de liquidez em todo o tipo de instrumentos financeiros.



	Banca comercial	Banca Investimento	Gestão de activos	Crédito Especializado	Seguros	Corretagem	Outros	Total
Res. de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(2.011)	(632)	-	-	16.500	17	-	13.874
Res. de activos financeiros disp. p/ venda	(798)	564	(1)	-	746	-	-	511
Resultados de reavaliação cambial	3.390	35	-	(14)	4	(65)	25	3.375
Resultados de alienação de outros activos/Rends li	-	3.484	-	-	-	-	243	3.727
Total	581	3.451	(1)	(14)	17.250	(48)	268	21.487

## Outros Proveitos Líquidos

Esta rubrica inclui essencialmente os proveitos e custos de natureza não recorrente ou não directamente relacionados com a actividade financeira do Grupo, nomeadamente mais e menos valias com a alienação de participações e de imobilizado, volume de negócios de empresas não financeiras, entre outros. De seguida apresenta-se um resumo dos principais contributos desta rubrica:

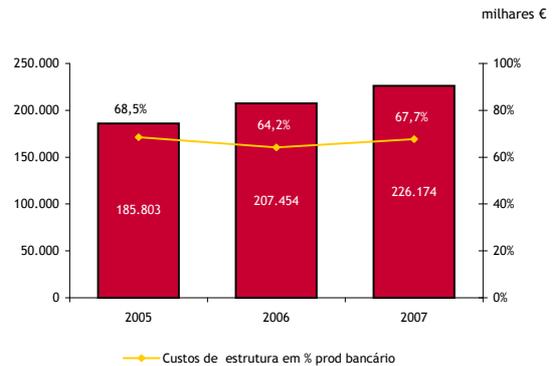
milhares €

Outros Proveitos Líquidos	2007	2006
Proveito de Subsidiárias não Financeiras (*)	19.037	40.200
Reconhec. de Receita da Venda Certificados Residuais da Securitização (Chaves IV)	4.215	12.600
Venda de Créditos	(1.226)	2.843
Alienação de Participações Financeiras	6.735	5.493
Outros	7.314	(3.868)
<b>Total</b>	<b>36.075</b>	<b>57.268</b>

(\*) A diminuição verificada em Proveitos de subsidiárias não financeiras resulta da alteração do perímetro de consolidação, resultante da alienação de uma participação financeira.

### Custos de estrutura

Os custos de estrutura, que incluem os custos com pessoal, os fornecimentos e serviços de terceiros e as amortizações, registaram um acréscimo de 9,0% face a 2006. O investimento contínuo no crescimento orgânico do Grupo, consubstanciado na abertura de oito novas agências em 2007, que implicaram um aumento do número de colaboradores, dos fornecimentos e serviços externos e dos custos de funcionamento, combinado com os investimentos em marketing e publicidade justificam este acréscimo.



### Custos de estrutura

milhares €

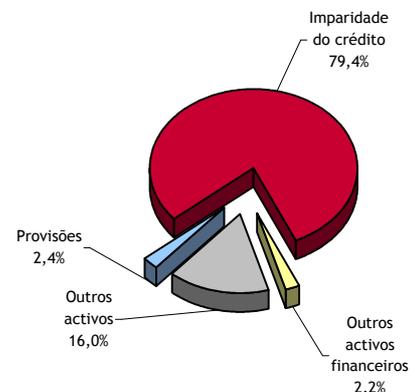
	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Custos com pessoal	109.942	49,0%	99.766	48,1%	10,2%
Gastos gerais administrativos	97.589	43,0%	88.093	42,5%	10,8%
Custos de funcionamento	207.531		187.859		10,5%
Amortizações	18.643	8,0%	19.595	9,4%	-4,9%
<b>Custos de estrutura</b>	<b>226.174</b>	<b>100,0%</b>	<b>207.454</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,0%</b>
Custos com pessoal em % prod bancário	32,9%		30,9%		
Custos de funcionamento em % prod bancário	62,1%		58,1%		
Custos de estrutura em % prod bancário	67,7%		64,2%		

### Provisões e imparidade

O reforço das provisões e imparidade em 2007 foi de 34.580 milhares de euros, sendo 80% deste valor relacionado com imparidade para crédito.

O custo com a constituição de perdas por imparidade de crédito em 2007 diminuiu 15,8% face ao ano anterior. Esta redução resulta do facto de grande parte da imparidade da carteira actual de crédito ter sido reconhecida em anos anteriores. Em 2007, as perdas por imparidade (líquidas de reversões e recuperações) ascenderam a 27.471 milhares de euros, representando 0,51% do saldo médio da carteira de crédito, sendo que em 2006 as perdas por imparidade líquidas ascenderam a 32.625 milhares de euros, correspondendo a 0,67% do saldo médio da carteira de crédito.

Em 2007, as demonstrações financeiras consolidadas do BPN, SGPS reflectem a manutenção de um nível de provisionamento adequado, tendo o rácio Perdas por Imparidade / Saldo da Carteira de Crédito evoluído de 2,8% em 2006 para 2,4% em 2007. Tal evolução é fundamentada pelo comportamento da carteira de crédito, pois o incumprimento da carteira verificou uma evolução favorável, tendo passado o rácio de crédito vencido sobre crédito total de 2,6% para 2,0%.



Imparidade (líquida de reversões e recuperações)

milhares €

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Imparidade do crédito</b>					
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	n.a.
Crédito a clientes	27.471	81,4%	32.625	98,0%	-15,8%
<i>Dotações</i>	50.300		54.315		
<i>Reversões</i>	(22.829)		(21.690)		
	27.471		32.625		-15,8%
<b>Imparidade de outros activos</b>					
Outros activos financeiros	759	2,2%	(703)	-2,1%	n.a.
Outros activos	5.523	16,4%	1.358	4,1%	306,7%
	6.282		655		858,9%
	33.753	100,0%	33.280	100,0%	1,4%
<b>Indicadores</b>					
	2007		2006		
Saldo médio da carteira de crédito	5.352.580		4.869.380		
Impar. constit. no exerc. em % do valor médio da carteira	0,51%		0,67%		
Saldo da carteira de crédito	5.798.283		4.906.877		
Perdas por Imparidade reflectidas no balanço	140.910		137.242		
Imparidade total em % carteira	2,4%		2,8%		
Crédito vencido	115.202		126.885		
Crédito vencido / Saldo da carteira de crédito	2,0%		2,6%		

## Balanço consolidado

O Grupo BPN, SGPS finalizou o exercício de 2007 com um Activo líquido consolidado de cerca de 8.025 Milhões de euros, representando um crescimento de 11,1% face a 2006. A forte dinâmica comercial teve os seguintes efeitos na actividade do Grupo:

- aumento do crédito concedido a clientes (valor líquido) de 18,6%, tendo atingido os 5.657 Milhões de euros contra os 4.770 Milhões de euros registados em 2006;
- acréscimo dos recursos totais de clientes de 16,5% cifrando-se nos 4.787 Milhões de euros em 2007.

### Evolução das Rúbricas do Balanço Consolidado

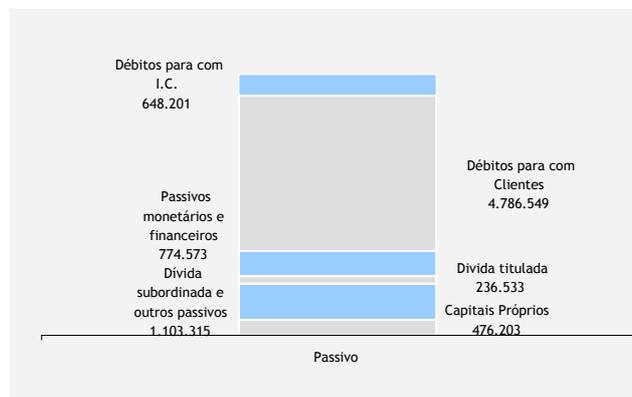
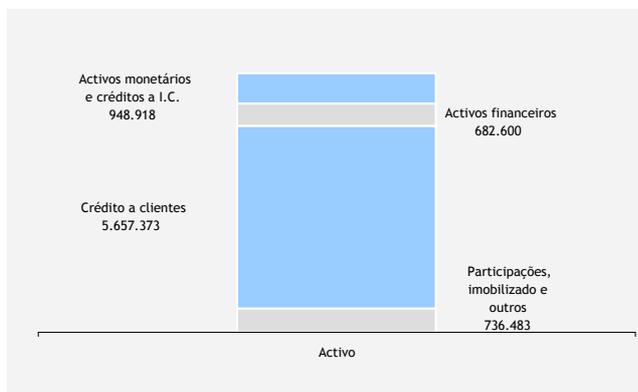
milhares €

	2007	2006	2005	Δ %
<b>Activo</b>				
Activos monetários e créditos a I.C.	948.918	1.107.602	582.179	-14,3%
Activos financeiros	682.600	807.396	502.725	-15,5%
Crédito a clientes	5.657.373	4.769.635	4.262.876	18,6%
Participações, imobilizado e outros	736.483	541.384	506.972	36,0%
	8.025.374	7.226.017	5.854.752	11,1%
<b>Passivo</b>				
Débitos para com I.C.	648.201	556.672	524.387	16,4%
Débitos para com Clientes	4.786.549	4.107.530	3.994.578	16,5%
Passivos monetários e financeiros	774.573	593.659	16.146	30,5%
Dívida titulada	236.533	250.835	39.543	-5,7%
Dívida subordinada e outros passivos	1.103.315	1.271.162	934.622	-13,2%
	7.549.171	6.779.858	5.509.276	11,3%
<b>Capitais Próprios</b>	476.203	446.159	345.476	6,7%
	8.025.374	7.226.017	5.854.752	11,1%

### Repartição das Rúbricas do Balanço Consolidado

milhares €

milhares €

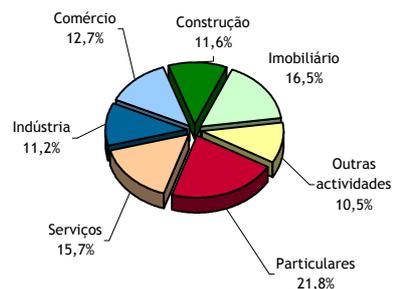


## Crédito a clientes

O crédito a clientes representa 70,5% do activo do Grupo BPN, SGPS, evidenciando o peso da Banca Comercial.

Apesar da crise do subprime e seus reflexos na liquidez dos mercados financeiros, o equilíbrio da política de financiamento do Grupo manteve-se. O segmento do crédito a empresas continua a ser preponderante, tendo apresentado uma variação positiva de 25%, beneficiando da melhoria gradual da economia portuguesa.

O crédito vencido (Imparidade) representou 2,4% do total do crédito em 2007 (2,8% em 2006).



## Crédito a clientes por segmento

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Particulares</b>	1.263.873	21,8%	1.278.403	26,1%	-1,1%
<i>dos quais crédito à habitação</i>	345.208	6,0%	282.571	5,8%	22,2%
<i>dos quais outros</i>	918.665	15,8%	995.832	20,3%	-7,7%
<b>Empresas</b>					
Serviços	907.189	15,7%	882.731	18,0%	2,8%
Indústria	647.040	11,2%	547.171	11,2%	18,3%
Comércio	738.203	12,7%	615.806	12,5%	19,9%
Construção	673.179	11,6%	573.862	11,7%	17,3%
Imobiliário	958.463	16,5%	811.451	16,5%	18,1%
Outras actividades	610.336	10,5%	197.453	4,0%	209,1%
	4.534.410		3.628.474		25,0%
Crédito bruto	5.798.283		4.906.877		18,2%
Imparidade	(140.910)		(137.242)		2,7%
<b>Total</b>	<b>5.657.373</b>		<b>4.769.635</b>		<b>18,6%</b>

O crédito à habitação representou em 2007 cerca de 27,3% do endividamento a particulares (345.208 milhares de euros), registando um aumento de 22,2% em relação a Dezembro de 2006 (282.571 milhares de euros).

## Activos Financeiros

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor e disponíveis para venda</b>					
Obrigações	443.400	52,2%	564.168	58,7%	-21,4%
Acções	137.311	16,2%	84.466	8,8%	62,6%
Outros títulos	78.859	9,3%	127.939	13,3%	-38,4%
Instrumentos derivados	23.030	2,7%	30.823	3,2%	-25,3%
	682.600	80,4%	807.396	84,0%	-15,5%
<b>Investimentos em Associadas e Filiais excluídas da Consolidação</b>	166.063	19,6%	153.626	16,0%	8,1%
<b>Total</b>	<b>848.663</b>	<b>100,0%</b>	<b>961.022</b>	<b>100,0%</b>	<b>-11,7%</b>

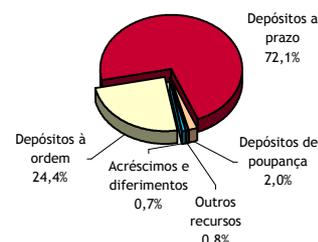
Os activos financeiros correspondem a 13,3% do total do Activo Consolidado, ou seja uma diminuição de 2,7% face a 2006, justificada pela política de prudência do Grupo em termos da exposição ao risco do mercado de capitais. A carteira de títulos do Grupo é constituída maioritariamente por activos de rendimento fixo (obrigações).

## Recursos totais

O passivo consolidado atingiu os 7.549 Milhões de euros, representando um crescimento de 11,3% relativamente a 2006, assente essencialmente no aumento dos débitos para com clientes. A captação de recursos de clientes atingiu os 4.787 Milhões de euros, constituindo a principal fonte de financiamento do Grupo (69%).

O rácio de transformação de recursos de clientes deteriorou-se ligeiramente, evoluindo de 116% para 118%, em resultado de uma menor dinâmica verificada na captação de recursos face à concessão de crédito.

Apesar da instabilidade dos mercados, o Grupo BPN, SGPS concluiu com sucesso em Outubro de 2007 um empréstimo sindicado de 103 Milhões de euros, no âmbito da política de diversificação dos recursos financeiros do Grupo.



## Recursos de clientes

milhares €

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Recursos de clientes de Balanço</b>					
Depósitos à ordem	1.170.069	24,4%	1.323.723	32,2%	-11,6%
Depósitos a prazo	3.450.389	72,1%	2.634.309	64,1%	31,0%
Depósitos de poupança	95.504	2,0%	93.755	2,3%	1,9%
Outros recursos	36.526	0,8%	33.579	0,8%	8,8%
Juros a pagar	34.061	0,7%	22.164	0,6%	53,7%
	<b>4.786.549</b>	<b>100%</b>	<b>4.107.530</b>	<b>100%</b>	<b>16,5%</b>

## Money Market

Tendo em conta a estratégia de captação junto do retalho do Banco, a actividade interbancária do Banco é normalmente como colocador diário de fundos no mercado monetário. Esta situação pode no entanto ser alterada sempre que exista necessidade de captação de fundos através desta via.

## Programa EMTN

Durante o ano de 2006 o BPN iniciou o seu Programa de EMTN ( Euro Medium Term Notes) no valor de 1.000 Milhões de euros e com uma emissão inicial de FRN de 200 Milhões de euros lançada com bastante sucesso em Setembro 06, dando assim início a uma política de presença regular no Mercado de Capitais como fonte alternativa de financiamento:

Tipo de contrato	Entidade	Montante (M €)	Index	Spread (bps)	Início	Anos
FRN (Bonds issue)	BPN Cayman	200	Euribor3M	37	Set-06	3

## Empréstimos Sindicados

Desde 2004, que o Grupo BPN, SGPS, através do BPN, SA, tem uma presença regular no mercado de empréstimos sindicados e acordos bilaterais com um conjunto de operações que totalizam desde então 413 Milhões de euros:

Tipo de contrato	Entidade	Montante (M €)	Index	Spread (bps)	Início	Anos
Syndicated Loan	BPN, S.A.	110	Euribor3M	35	Nov-04	3
Syndicated Loan	BPN, S.A.	130	Euribor3M	32,5	Out-05	5
Syndicated Loan	BPN, S.A.	103	Euribor3M	22,5	Out-07	5
Schuldschein	BPN, S.A.	10	Euribor3M	30	Mar-06	3
Schuldschein	BPN, S.A.	15	Euribor3M	30	Mar-06	3
Private placem.	BPN, S.A.	15	Euribor3M	28	Mar-06	2
Private placem.	BPN, S.A.	30	Euribor3M	26	Jun-05	3

Apesar da instabilidade dos mercados, o Grupo BPN, SGPS concluiu com sucesso em Outubro de 2007 um empréstimo sindicado de 103 Milhões de euros, no âmbito da política de diversificação dos recursos financeiros do Grupo.

## Securitizações

O Grupo BPN, SGPS já realizou 5 operações de securitização, num valor de aproximadamente 1.400 Milhões de euros.

Destas destacamos, pela sua dimensão e actualidade, a última transacção, Chaves SME CLO No1, que consistiu numa securitização de empréstimos a PMEs e que foi organizada pelo Royal Bank of Scotland e pelo Banco Efisa em Dezembro de 2006, num valor de 601.0 Milhões de euros e com um Spread médio sobre a Euribor de 24 b.p.. O sucesso desta operação, que tem revolving até Dezembro de 2009, é bem patente no pricing da tranche de AAA (rating da Moody's e S&P) que foi estabelecido com um Spread de 18 bps sobre a Euribor resultante da elevada procura da subscrição de 122%.

Outras securitizações de empréstimos originados: Chaves 1, Chaves 2 e Chaves 3 foram organizados pelo antigo Crédito Suisse First Boston ("CSFB") em 2000, 2001, 2002, respectivamente e o Chaves 4, concluída em Junho de 2004, foi liderada por HSBC Securities. Estas operações ocorreram no perímetro da BPN Crédito tendo como subjacente as carteiras de crédito ao consumo.

## Dívida subordinada

Através da sua rede comercial, o BPN colocou, desde 2003, 4 emissões de dívida subordinada no valor total de 150 Milhões de euros. A maturidade inicial das emissões foi de 10 anos, resgatáveis no 5º ano após aprovação do Banco de Portugal, conforme tabela em anexo:

Entidade	Montante (M €)	Início	Maturidade
BPN, S.A. (SFE)	25	Mai-03	Mai-13
BPN, S.A.	50	Jun-03	Jun-13
BPN, S.A.	25	Jun-03	Jun-13
BPN, S.A.	50	Dez-05	Dez-15

## Situação líquida

Os capitais próprios consolidados atingiram os 476 Milhões de euros, representando um acréscimo de 6,7% face a 31 de Dezembro de 2006 como consequência do resultado líquido consolidado de 2007 e do resultado consolidado de 2006 retido para autofinanciamento (acréscimo das Outras Reservas).

A rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) foi de 14,2% (19,2% em 2006). O rácio de solvabilidade e o rácio *Core Tier I* do BPN, SA, atingiram em 2007 os 9,67% e 6,09%, respectivamente. A diminuição do rácio de solvabilidade (9,83% em 2006) decorre do aumento dos activos de risco, resultante essencialmente do aumento da carteira de crédito.

## Capitais próprios consolidados

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Capital	360.000	75,6%	360.000	80,7%	-
Outras reservas e resultados transitados	39.343	8,3%	12.649	2,8%	211,0%
Diferenças cambiais	2.871	0,6%	2.492	0,6%	15,2%
Resultado líquido	56.752	11,9%	65.316	14,6%	-13,1%
Interesses minoritários	17.237	3,6%	5.702	1,3%	202,3%
	<b>476.203</b>	<b>100,0%</b>	<b>446.159</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,7%</b>

## Capitais Próprios e Equiparados



Os capitais próprios e equiparados sofreram uma evolução semelhante aos capitais próprios, uma vez que não se registaram variações ao nível passivos subordinados (não existiram novas emissões em 2007, nem reembolsos).

## Corporate Governance

### Gabinete de Compliance

#### Estrutura e funcionamento do Gabinete de Compliance em 2007

O Conselho de Administração do BPN SGPS é o responsável pela supervisão da gestão do risco de Compliance e pela divulgação das suas políticas pela Instituição e suas participadas que actuam em Portugal ou no estrangeiro.

Criado em Abril de 2006, no âmbito do BPN, SGPS, SA, e tendo em vista a total abrangência da área financeira do Grupo SLN, o **Gabinete de Compliance** tem a seu cargo exercer, de forma permanente e independente, a função de gestão do risco de Compliance. O Gabinete, que depende directamente do Conselho de Administração da holding financeira, tem por missão supervisionar o cumprimento e a correcta aplicação nas empresas do Grupo das disposições legais, regulamentares, estatutárias e éticas, bem como das recomendações e orientações emitidas pelas entidades supervisoras competentes, assegurando também que a definição e execução das políticas no Grupo cumprem com as leis e regulamentos nacionais, comunitárias e internacionais aplicáveis.

Por outro lado e tendo em conta as normas sobre segregação de funções estabelecidas pelo Banco de Portugal, desde Outubro de 2006, que, por decisão do Conselho de Administração, passou a competir ao Gabinete de Compliance a implementação e execução do plano estratégico de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, anteriormente competência da Direcção de Auditoria e Inspecção.

Em resultado desta alteração, foram revistas as normas internas sobre a Estrutura Orgânico-Funcional do Gabinete de Compliance e sobre a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como postas em prática as medidas organizativas necessárias e adequadas ao seu funcionamento.

Conforme previsto no Relatório e Contas de 2006, o Conselho de Administração do BPN, SGPS, SA aprovou o Manual Geral de Compliance, aplicável a todas as sociedades participadas, documento base para orientação dos Órgãos Sociais, dos Quadros superiores, e dos restantes Colaboradores em matéria de Compliance. O Manual foi divulgado na intranet possibilitando, assim, o acesso generalizado a todos os colaboradores.

No âmbito da actividade de detecção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, o Gabinete tem vindo a participar activamente nos testes de exequibilidade das aplicações informáticas de AML (Anti-Money Laundering), na administração de acções internas de formação dos colaboradores das áreas comerciais e nas reuniões mensais da Comissão de Prevenção à Fraude e do Branqueamento de Capitais. O Gabinete está igualmente representado no Comité de Risco Operacional, Órgão que tem por missão apoiar o Conselho de Administração na definição e supervisão da estratégia, políticas e gestão do Risco Operacional do Grupo.

Com vista ao estabelecimento de orientações e avaliação do estado de implantação do espírito/cultura de Compliance no Grupo, foram instituídas reuniões trimestrais do Gabinete com a presença de todos os Compliance Officers do Grupo nomeados.

Em 2007 foram realizadas 16 reuniões nos meses de Junho, Setembro e Dezembro nas quais foram debatidos diversos assuntos, previamente agendados, com especial relevância para as questões relacionadas com o exercício da função e gestão do risco de Compliance.

Tendo em vista a criação de um canal privilegiado de interacção do Gabinete de Compliance com a estrutura do Grupo, desencadeou-se um processo de criação de uma “página” própria na intranet que se prevê estar operativa durante o primeiro trimestre de 2008.

Para o ano de 2008 o Gabinete de Compliance propõe-se cumprir um conjunto de iniciativas, das quais se salientam:

1. Colaborar activamente na implementação do Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) e da Estratégia de Sustentabilidade no Grupo;
2. Adoptar um sistema integrado de acompanhamento (registo) e avaliação da adequação e eficácia das medidas e procedimentos seguidos para detectar qualquer risco de incumprimento, bem como das medidas tomadas para corrigir deficiências e que possibilite a prestação imediata ao Conselho de Administração de informação sobre quaisquer violações de obrigações legais, de regras de conduta ou quaisquer outras que possam causar danos ao Grupo;
3. Promover uma divulgação institucional do Gabinete utilizando a intranet e outras linhas de comunicação, bem como a realização de iniciativas/eventos que favoreçam a implantação generalizada da cultura de Compliance;

4. Efectuar um conjunto de reuniões sectoriais para identificação e avaliação dos riscos de Compliance a que estão sujeitos os respectivos serviços e as medidas de controlo instituídas;
5. Impulsionar acções de formação e sensibilização em matérias de Compliance dirigidas a um leque alargado de colaboradores do Grupo;
6. Rever os Códigos de conduta vigentes no Grupo;
7. Elaborar e submeter à apreciação do Conselho de Administração o relatório anual da função e do risco de Compliance para integrar o relatório de controlo interno;
8. Produzir e apresentar relatórios semestrais ao Conselho de Administração e ao Órgão de Fiscalização, identificando os eventuais incumprimentos de obrigações legais e de normas internas verificados, as medidas adoptadas para corrigir eventuais deficiências que os determinaram, bem como reportar sobre a actividade desenvolvida pelo Gabinete.

## **Gabinete de Provedoria do Cliente**

No decorrer do ano de 2007, prosseguiu a actividade do Gabinete de Provedoria do Cliente, criado em 2005, com vista ao atendimento e esclarecimento das reclamações apresentadas pelos clientes.

Registando uma redução significativa em 2007, as reclamações continuaram a abranger grande variedade de questões e de graus de importância, 90% das quais foram esclarecidas e resolvidas, o que revela o grande empenhamento posto no esclarecimento das insatisfações dos clientes, por forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo BPN.

## Sector Financeiro

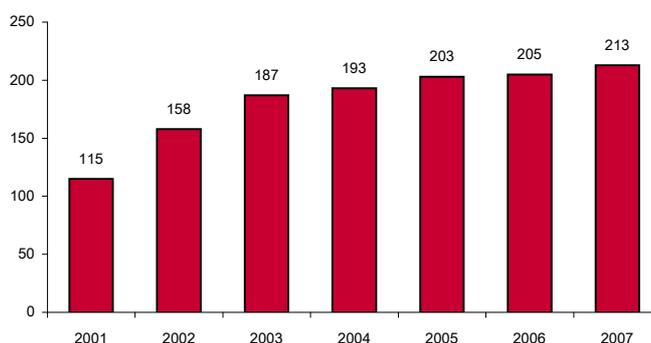
### Banca Comercial

#### Banco Português de Negócios

Em 2006 o BPN sofreu uma alteração profunda na sua estrutura comercial, apostando claramente na especialização das duas redes: a) Rede de Agências orientada para o segmento de particulares, pequenas e médias empresas e b) a Rede de Empresas vocacionada para clientes com volume de negócios superiores a 10.000 milhares de euros. Durante o exercício de 2007 assistiu-se ao processo de consolidação da segmentação.

O BPN deu continuidade à expansão da sua rede comercial com a abertura de 10 novas Agências. A política de abertura privilegiou as zonas urbanas, com destaque para a Grande Lisboa, onde a sua presença deve ser reforçada e onde esperamos abrir mais 6 novas agências em 2008. Os clientes, em 2007, tinham ao seu dispor 213 agências, 4 das quais em França e 13 Centros de Empresa.

Evolução do número de Agências



Para além da Rede de Agências, os clientes BPN podem também beneficiar dos serviços prestados pelos canais automáticos netBanking e phoneBanking, cuja adesão face ao ano anterior foi na ordem dos 31%, com uma taxa de penetração de 16%.

Foram realizadas, através dos canais automáticos, 6.290.560 transacções no valor de 269.936 milhares de euros, das quais 50,4% realizadas por Clientes Particulares e 49,6% por Clientes Empresa.

A Rede de Empresas, durante o ano de 2007, foi determinante para o crescimento da rubrica de crédito a clientes com notações de baixo risco, fruto da estratégia definida e que foi possível devido à operação de titularização de crédito, que permitiu ao banco financiar-se em condições ímpares, tornando-o mais competitivo no mercado.

O aumento da base de clientes é um dos principais objectivos estratégicos do Banco. A força de vendas e as campanhas de Marketing têm vindo a ser fortemente dinamizadas no sentido da captação de novos clientes e o resultado traduziu-se em mais de 35.000 novos clientes em 2007, o que representa um crescimento de 17% face ao ano anterior. Atingimos 204.000 clientes vivos.

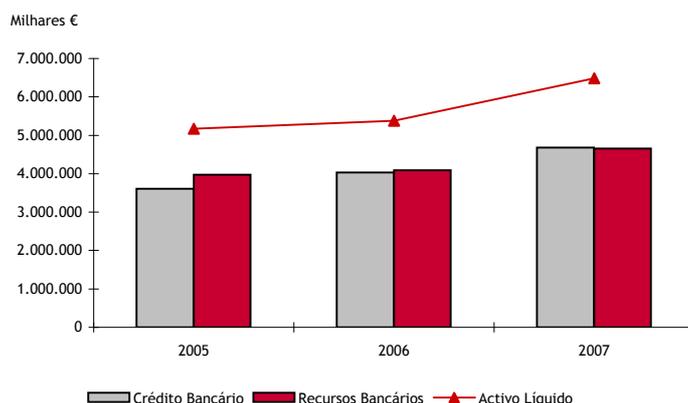
A Rede de Promotores Assurfinance conta já com 620 promotores. Esta rede complementar às redes tradicionais afigura-se como uma alternativa em crescendo e estratégica no futuro crescimento do negócio bancário, em 2007 foi responsável pela captação de 1.794 novos clientes e um volume de negócios na ordem dos 205.332.954 euros, o que representa um crescimento de 24% face ao ano anterior. O seu contributo no crédito habitação atingiu o valor de 19 milhões de euros e representa um crescimento de 121%, face a 2006.

Em 2007 o BPN deu continuidade à sua política de captação de crédito à habitação, tendo o valor em carteira crescido 40% e o número de contratos 43%.

A função de acquiring do BPN foi reforçada durante o ano de 2007, com um crescimento na ordem dos 61% no nº de equipamentos colocados, tendo chegado ao final do ano com 22.650 TPA's instalados. Foram efectuadas 23.795.347 transacções no valor de 1.165.231 milhares de euros.

Para a boa performance da Rede Netpay também contribuiu de forma decisiva o Departamento de Dinamização Comercial criado no início de 2007, constituído por uma equipa com 16 colaboradores, sendo responsável pela colocação de 1.510 terminais e pela captação de 903 novos clientes. O objectivo desta equipa comercial especializada na comercialização dos produtos considerados estratégicos visa os clientes potenciais e apresenta-se como uma força de vendas direccionada para conquistar quota de mercado tanto no Netpay, como na abertura de novas contas, cartões de débito e crédito e no futuro poderá ser alargada à comercialização de outros produtos.

### Evolução da Actividade (\*)



(\*) Inclui a actividade do BPN, S.A., Cayman, Cabo-Verde, Paris e SFE da Madeira

No âmbito dos cartões de crédito o BPN lançou no decorrer do ano os seus novos cartões Classic e Gold com chip e utilização obrigatória de PIN aumentando assim o nível de segurança na utilização deste meio de pagamento. Em Outubro de 2007 foi lançado o cartão de crédito BPN PLATINUM, um cartão exclusivo com elevado limite de crédito e um abrangente pacote de seguros.

De Janeiro a Outubro de 2007, decorreu o Projecto 'Cultura Comercial BPN', dirigido a toda a estrutura da Rede de Agências. Ajudar a promover a mudança e investir nas pessoas foi uma decisão da administração comercial que se impunha face à reestruturação ocorrida na área comercial, através da realização de um intenso programa formativo que consolidasse no terreno, a estratégia orientadora de uma nova forma de estar e actuar no negócio.

A adopção de uma cultura coerente na rede comercial do Grupo, foi mais um passo no sentido de melhoramento dos procedimentos e fortalecimento da identidade do BPN junto dos seus Clientes.

Esta formação contou com a presença de mais de 1.100 Colaboradores, de Norte a Sul do País, tendo sido dirigido, quer às chefias quer aos restantes colaboradores da área comercial.

Ao final de quase 12 meses, podemos concluir que o Projecto Cultura Comercial BPN teve um impacto marcadamente positivo, quer a nível das Direcções, quer das equipas, nomeadamente, em mudanças de comportamento na forma como se lideram as equipas, através de um melhor planeamento; feedback mais positivo; acompanhamento mais frequente e estruturado.

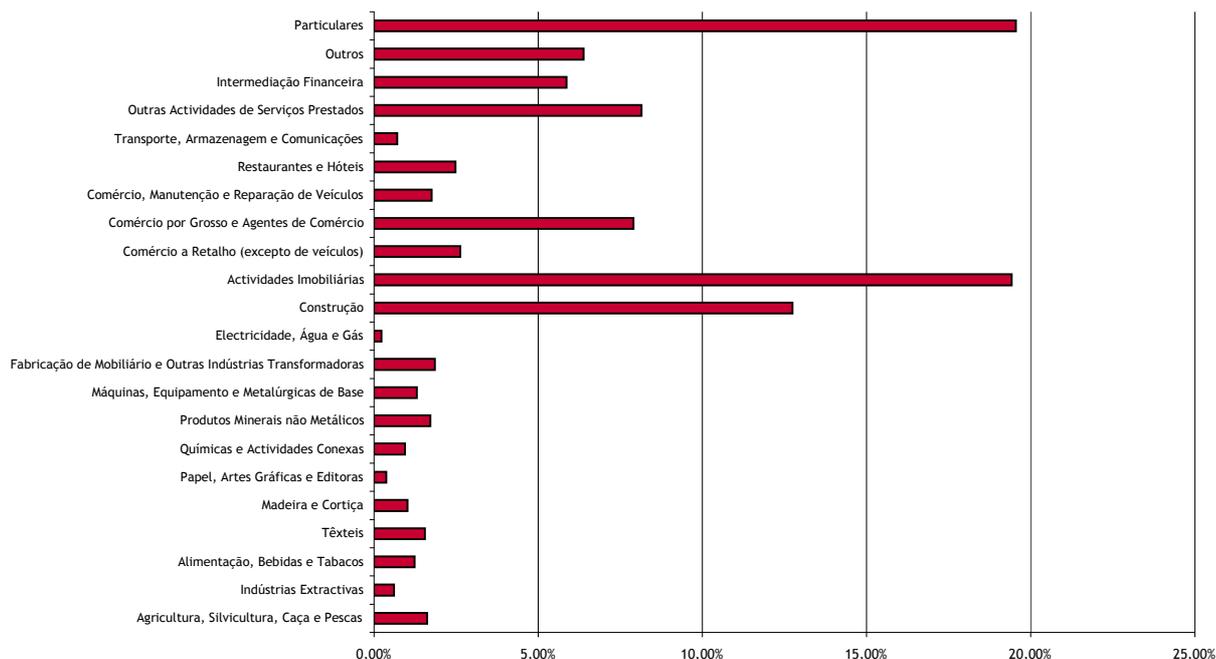
Durante o ano de 2008 iremos dar continuidade ao programa "Cultura Comercial" como forma de estender as fundações de uma cultura de valores e princípios aos novos Colaboradores, admitidos para as áreas comerciais.

De entre os produtos e campanhas lançadas destacamos:

- BPN 100% Cool (solução que pretende dinamizar o segmento de clientes dos 18 aos 34 anos, com uma oferta que vai desde a conta ordenado, aos produtos de poupança e crédito);
- Campanha de Transferência de Crédito Habitação;
- Campanha de Abertura de Contas;
- A Campanha Emigrante que decorreu entre 2 de Julho e 30 de Setembro permitiu captar novas poupanças neste segmento de clientes;
- Campanha Crédito Escolar;
- O BPN mais uma vez não quis deixar de assinalar o dia 31 de Outubro, Dia Mundial da Poupança, para o efeito efectuou uma campanha denominada Mês da Poupança, que decorreu de 15 Outubro a 16 de Novembro, com condições especiais nos produtos de poupança;
- Campanha de Cartões de Crédito Pré-Aprovados;
- Campanha de Crédito Especializado.

Ao nível dos Instrumentos de Captação de Aforro Estruturados (ICAE's), foi lançado em Abril o "BPN Dividendos", pelo prazo de 2 anos e em Junho o "BPN Private Equity", pelo prazo de 3 anos. Ambos os produtos têm capital garantido e remuneração mínima garantida.

### Distribuição do Crédito por Sector de Actividade <sup>(1)</sup>



<sup>(1)</sup> Inclui a actividade do BPN, S.A., Cayman, Cabo-Verde, Paris e SFE da Madeira

### Private Banking

O Private Banking contribuiu positivamente para os resultados atingindo um volume de negócios de 1.150 milhões de euros, tendo registado, em simultâneo, um aumento de 8% da rentabilidade líquida.

Apesar do ambiente macroeconómico adverso registado em 2007, foi possível manter um elevado grau de satisfação das soluções por nós apresentadas, através do acompanhamento muito próximo dos nossos clientes actuais, bem como da captação de novos clientes, quer no Mercado Nacional, quer com o alargamento da intervenção em Mercados exteriores, foi possível manter um elevado grau de satisfação através das soluções por nós apresentadas.

A actuação do CIP (Centro de Investimentos do Private) ao longo do ano, que se traduziu numa estratégia globalmente defensiva, mas ao mesmo tempo procurando criar valor em outro tipo de activos, garantiu-nos ganhos substanciais quando comparados com os principais concorrentes. Mantendo a sua postura de Independência e Rigor foi possível crescer com os mesmos meios humanos e materiais, num ambiente claramente adverso para a nossa actividade.

A introdução de normativos de controlo com elevada carga administrativa, bem como o acumular de funções antes cometidas aos organismos oficiais, traduziram-se num ano de esforço sem precedentes, mas ao mesmo tempo altamente compensador pelos resultados conseguidos e pelo elevado grau de qualidade humana do serviço prestado, que foi, é, e será o grande elemento diferenciador da nossa actividade.

### Principais Indicadores de actividade do BPN, S.A. <sup>(1)</sup>

	Milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	7.090.777	6.482.469	9,4%
Situação líquida	416.593	385.526	8,1%
Resultados líquidos	35.223	31.401	12,2%
Margem Financeira	146.949	135.204	8,7%
Produto Bancário	199.704	204.834	-2,5%
Débitos para com Clientes	4.654.210	4.092.147	13,7%
Créditos sobre Clientes	4.586.038	3.941.800	16,3%
Rácio de solvabilidade, BPN, S.A.	9,7%	9,8%	-
ROE	9,2%	8,9%	-
Número de Colaboradores	1.875	1.760	6,5%
Número de Agências	213	205	3,9%

(1) Inclui a actividade de Cayman, Cabo-Verde, Paris e SFE da Madeira

## Banca de Investimento

### Banco Efisa

Ao longo de 2007 o Banco Efisa procurou potenciar oportunidades de mercado em linha com as suas valências específicas no domínio da banca de investimento:

Através de estratégias de “buy and build” no Mercado Ibérico logrou posicionar-se com sucesso como prestador de serviços de fusões e aquisições, estruturador de LBO's e providenciador de dívida sénior.

No que respeita a project finance, nas suas vertentes de assessoria e financiamento, o Banco Efisa reforçou o seu posicionamento quer do lado do concedente quer do concessionário. Assim interveio em projectos de parceria público-privada e concessões no domínio das infraestruturas (aerportos, rodovias, hospitais, telecomunicações, instalações portuárias, etc.) e de energias alternativas (parques eólicos e fotovoltaicos) com especial enfoque no mercado nacional, Brasil, Jordânia, Índia e Europa Central.

No domínio das titularizações, assinala-se a obtenção de um importante mandato no Brasil, mercado que foi alvo duma prospecção dirigida ao longo de todo o ano de 2007.

No que concerne às actividades de Private Equity, o esforço concentrou-se na identificação de novas oportunidades, a par da preparação e realização de alguns desinvestimentos, fechando-se o ciclo de transacções anteriormente iniciadas a par do estudo e investimento em novas oportunidades.

No domínio do crédito estruturado, a actividade continuou a centrar-se em grandes empréstimos sindicados, nacionais e internacionais, e na montagem de estruturas de dívida titularizada (papel comercial, obrigações, etc.).

A colocação de emissões accionistas de empresas indianas continuou a constituir um importante nicho de mercado do Banco Efisa.

No seguimento das iniciativas já encetadas nos últimos anos, o Banco Efisa enveredou por uma estratégia mais efectiva de abordagem de negócios junto de agentes económicos do mercado IBSA (Índia, Brasil e África do Sul).

O Banco continua a manter uma presença forte na Guiné Bissau através de uma participação no BAO - Banco da África Ocidental.

Em 2007 o Banco procedeu à alienação da sua participação no banco moçambicano (BDC) ao First National Bank, não obstante, mantém este mercado como um mercado target.

O Banco em conjunto com o BERD manteve a sua actuação no mercado dos B-Loan e os mesmos níveis de instrumentos financeiros no seu portfólio de investimentos.

### Tesouraria e Mercados

Na área financeira, o Banco continuou empenhado na gestão da carteira de títulos e derivados. Ao nível do rendimento fixo, a composição da carteira baseou-se em activos de qualidade, tendo-se mantido uma intervenção activa nos segmentos do crédito estruturado e dos derivados de crédito.

A originação de produtos estruturados com capital garantido, colocados através da Rede Comercial do BPN, permaneceu um importante vector de actividade.

A gestão da tesouraria e a prestação de serviços no âmbito do mercado cambial continuou a ser assegurada, numa óptica integrada, pelo BPN.

### Corporate Finance

O exercício de 2007 ficou caracterizado por um crescimento da actividade de Corporate Finance a todos os títulos excepcional, não só duplicando o volume de proveitos face ao exercício anterior (o qual tinha já observado um crescimento face a 2005) - atingindo valores nunca anteriormente alcançados.

Este crescimento foi particularmente notório na área de Project & Leveraged Finance onde o volume de proveitos praticamente triplicou, secundado pela área de Fusões & Aquisições cujo desempenho foi igualmente bastante relevante tendo duplicado o seu volume de proveitos, ambos face a 2006. Apenas a área de Titularizações & Mercado de Capitais teve um desempenho aquém do esperado, em grande medida devido à crise do “subprime” verificada nos mercados financeiros internacionais a qual atrasou a execução de algumas transacções.

É de salientar que para este crescimento contribuiu também o aumento da actividade internacional do Banco, em particular nos mercados brasileiro e espanhol, onde o portfolio de mandatos atinge já uma relevância significativa.

Destacam-se, um conjunto de operações em diversos sectores de referência no panorama económico nacional e internacional, nomeadamente na Saúde, Media, Handling Aeroportuário, Serviços, Tecnologias de Informação e Energias Renováveis.

O ano de 2007 assinala também o aumento da actividade da área de F&A a nível internacional, estando em curso diversos mandatos de assessoria financeira em sectores como o das Tecnologias de Informação, Mineração e Energias Renováveis.

Em 2008, é também expectável que o Banco continue a consolidar as suas actividades de Corporate Finance através da presença internacional e da assessoria em transacções Cross Border em particular em mercados emergentes como o Brasil e Índia. Esta estratégia é cada vez mais uma realidade, resultado de um conjunto alargado de oportunidades que têm vindo a ser trabalhadas de modo a prestar assessoria a Grupos empresariais internacionais em diversas regiões do globo.

### **Corporate Banking**

O ano de 2007 foi um ano marcado pelo lançamento de várias operações de financiamento de longo prazo por parte de empresas públicas, sendo de realçar as operações para o Metro de Lisboa, Metro do Porto, REFER, Câmara Municipal de Lisboa, entre outros, com elevado interesse para as carteiras de investidores internacionais. Foi uma área de intervenção importante para o Banco e seus parceiros internacionais na apresentação de propostas quer de financiamentos simples (plain vanilla) quer mais estruturados, sendo de realçar a apresentação de estruturas de cross-border lease, cessão de créditos, operações de swaps com vista à optimização de libertação de cash-flows, operações com vista à optimização e rentabilização da utilização de património imobiliário e assessoria financeira a clientes na obtenção de notação de rating internacional.

Em termos de actuação geográfica, e atendendo ao alargamento da base não só de investidores mas também de clientes que necessitam de trabalho especializado na estruturação e montagem de operações de dívida, o mercado brasileiro tem merecido especial atenção.

O alargamento da base de investidores internacionais continua a marcar toda a actividade desenvolvida. Neste âmbito é de salientar a conclusão da operação de commodity finance, no âmbito da aquisição de duas empresas do sector de tabaco e respectivos stocks mantidos nos países onde está localizada a respectiva produção.

Uma outra área que continua a merecer toda a atenção é a constituição e colocação de unidades de fundos de investimento imobiliários, bem como a estruturação e montagem de operações com vista ao desenvolvimento de projectos imobiliários associados ao desenvolvimento turístico e residencial. Neste âmbito é de realçar o trabalho desenvolvido na estruturação de operações de dívida sénior e mezzanine, sobretudo junto de investidores internacionais.

Quer de forma individual, quer em parceria com o BPN Brasil, o Banco Efisa tem vindo a trabalhar na estruturação de operações de dívida no Brasil, em especial emissões em USD para colocação junto de investidores internacionais, associado à reabilitação de plataformas petrolíferas, perspectivando-se a sua conclusão no decurso do primeiro trimestre de 2008.

Adicionalmente, o Banco tem vindo a estruturar e participar em operações de Papel Comercial. Trata-se de um segmento de negócio onde o Banco pretende continuar a crescer.

No que respeita a actividade de Trade Finance & Forfaiting no ano de 2007 é de realçar o aumento da actividade na Guiné-Bissau e Moçambique.

### **Special Projects**

Não sendo uma área de produto por excelência, o Special Projects oferece uma panóplia de serviços e produtos desenvolvidos internamente ou em articulação com os outros departamentos do Banco Efisa, nomeadamente Corporate Finance e Corporate Banking.

Neste âmbito, o Special Projects tem três grandes áreas de actuação:

- Concessão e Gestão de Créditos - a empresas Portuguesas e estrangeiras com especial destaque para empresas Indianas, que representam grande parte da actual carteira de créditos;
- Identificação e Apoio a Investimentos - identificação, estruturação e promoção de investimentos, com ênfase em mercados emergentes e sectores infraestruturais;
- Originação e Assessoria Financeira - identificação de novas oportunidades de negócio em mercados emergentes prioritários para as áreas de produto do Banco, em especial Corporate Finance e Corporate Banking.

Este primeiro ano de actuação do Departamento Special Projects (SP) pautou-se por ser muito positivo, dado o forte crescimento dos mercados emergentes, o Special Projects foi o resultado de uma aposta mais forte e mais completa da actuação do Banco em alguns mercados emergentes com grande potencial, dos quais se destaca o mercado indiano.

#### Private Equity

No ano de 2007 a Private Equity continuou a sua política de expansão da actividade, reforçando a sua posição em entidades participadas, assim como identificando outras oportunidades de investimento.

#### Principais Indicadores de actividade do Banco EFISA, S.A.

	Milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	453.984	342.211	32,7%
Situação líquida	28.031	28.807	-2,7%
Resultados líquidos	1.452	3.711	-60,9%
Margem Financeira	4.453	5.225	-14,8%
Produto Bancário	14.285	17.026	-16,1%
Débitos para com Clientes	195.389	82.446	137,0%
Créditos sobre Clientes	322.062	243.505	32,3%
ROE	5,5%	14,8%	-

#### BPN Brasil

O Brasil foi identificado como mercado prioritário da expansão internacional da actividade do Grupo BPN, seguindo uma estratégia idêntica à desenhada em Portugal, em que o BPN no Brasil foca a sua actividade essencialmente nas Pequenas e Médias Empresas (PME's), oferecendo um vasto leque de produtos e serviços, que vão desde o financiamento à tesouraria, trade finance até à assessoria financeira em projectos de investimento.

Em linha com esta estratégia o BPN Brasil apresentou em 2007 um desempenho financeiro assinalável, sendo de salientar o aumento de 114,7% da carteira de crédito atingindo os 93.948 milhares de euros em Dezembro 2007 (Dezembro 2006: 43.761 milhares de euros), valor acima do crescimento médio registado no sector financeiro durante 2007. Para suportar este crescimento é de salientar o reforço da diversificação das fontes de financiamento, com especial destaque para os empréstimos concedidos pelo IFC & IIC - entidade subsidiária do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O modelo de negócio de fornecimento de serviços de banca de investimento a pequenas e médias empresas, tem permitido ao BPN crescer no Brasil não só em dimensão, mas também em resultados, tendo em 2007 atingido um resultado líquido de 2.037 milhares de euros (ROE 11%), facto que perspectiva um bom desempenho para o ano de 2008.

#### Principais Indicadores de actividade do BPN Brasil

	Milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	167.322	876.379	-80,9%
Situação líquida	20.491	16.887	21,3%
Resultados líquidos	2.037	(651)	413,0%
Margem Financeira	14.080	7.863	79,1%
Produto Bancário	14.434	8.593	68,0%
Débitos para com Clientes	25.725	16.545	55,5%
Créditos sobre Clientes	93.948	43.761	114,7%
ROE	11,0%	-3,7%	-

## Gestão de Activos e Serviços Financeiros

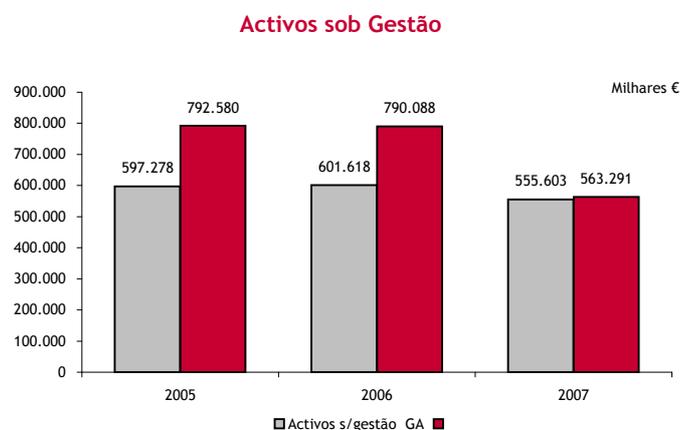
### BPN Gestão de Activos

O ano de 2007 marcou uma ruptura face aos últimos anos no que respeita a um enquadramento favorável ao investimento em activos financeiros. Apesar de um primeiro semestre muito em linha com anos anteriores, o segundo revelou-se muito negativo para o investimento em activos mobiliários.

Na origem deste ambiente menos propício ao investimento em activos financeiros, esteve o aumento significativo da volatilidade, a escassa liquidez do mercado nomeadamente de crédito no rescaldo da crise do sub-prime na economia americana e a divulgação de dados macro que começavam a apontar no sentido de uma possível recessão na economia americana a curto prazo.

No rescaldo deste contexto, o ano de 2007 assistiu a uma quebra significativa dos activos sob gestão das sociedades gestoras. Este movimento também se estendeu ao mercado português.

A BPN Gestão de Activos, registou em 2007 uma quebra dos montantes sob gestão, à semelhança do que sucedeu à grande maioria das sociedades gestoras. Este decréscimo foi no caso da BPN Gestão de Activos exclusivamente devido ao efeito saída de capitais, não tendo havido performances negativas nos portfolios geridos.



O volume sob gestão da BPN Gestão de Activos nas duas áreas de negócio passou de 1.391.706 milhares de euros no final de 2006, para 1.118.894 milhares de euros no final de 2007. A sociedade gestora, registou assim em 2007, uma quebra de 272 milhões de euros nos activos sob gestão, ou seja cerca de 20%.

Na gestão de fundos de investimento, a quebra foi de 29%, os activos sob gestão passaram de 790 milhões de euros no final de 2006, para 563 milhões de euros no final de 2007, uma diminuição de 226 milhões de euros.

Na gestão discricionária, a quebra foi de 7,5%. O volume sob gestão passou de 602 milhões de euros no final de 2006, para 555 milhões de euros no final de 2007.

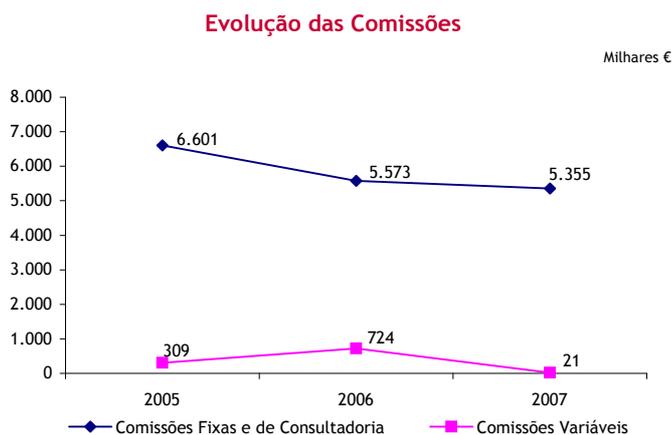
A quebra mais acentuada no segmento dos fundos de investimento teve a ver fundamentalmente com o facto de a sociedade gestora ter uma forte concentração em fundos de crédito, nomeadamente de tesouraria e obrigações. Esta categoria de fundos tem uma sensibilidade muito forte às taxas dos depósitos a prazo. A forte subida que as taxas dos depósitos patentearam em 2007, principalmente ao longo do segundo semestre, no rescaldo da crise de liquidez, proporcionou uma onda esmagadora de resgates nestes FIMs, por transferência para depósitos a prazo.

No segmento da gestão discricionária, o número de carteiras sofreu uma redução de 8%, sendo o número das mesmas e montantes mais significativos no perfil de obrigações. A crise do crédito e de liquidez, em simultâneo com a subida das taxas de depósitos a prazo, provocou também nesta categoria de carteiras uma onda de resgates por transferência para depósitos a prazo.

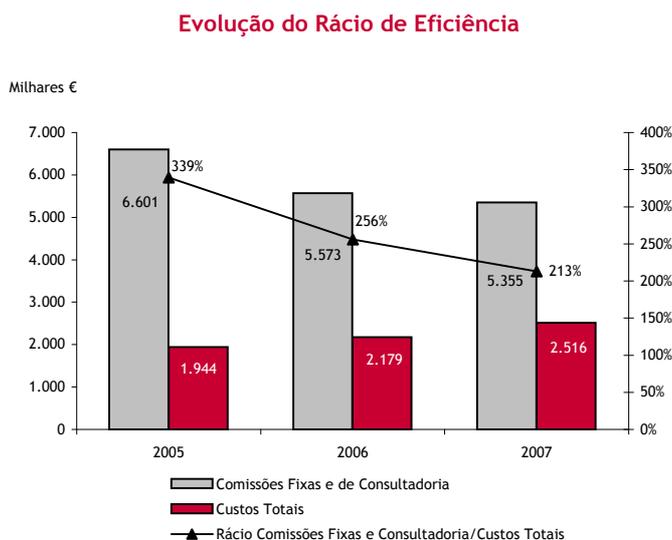
Em 2007 os fundos BPN Tesouraria, BPN Conservador e BPN Renda Mensal, venceram os prémios da Standard & Poor's / Diário Económico para melhores do ano de 2006 (Tesouraria, primeiro lugar por três anos; Conservador primeiro lugar por três anos; e Renda Mensal, primeiro lugar por um ano e segundo lugar por três anos). Atendendo à respectiva performance em 2007, já confirmada pela informação sobre rentabilidades disponibilizada pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento Pensões e Patrimónios (APFIPP), os mesmos fundos deverão repetir o sucesso alcançado nos últimos quatro anos (2004 a 2007).

Em 2007 o resultado líquido depois de impostos foi de 2.092 milhares de euros que corresponde a uma rentabilidade dos capitais próprios de 75%. Estes indicadores, apesar de extremamente positivos, representam uma diminuição face ao ano anterior, devido essencialmente as más condições de mercado a partir de Agosto de 2007 que reduziram os activos sob gestão e originaram uma descida das comissões fixas. As comissões variáveis apresentaram uma redução face aos anos anteriores o que contribuiu também para o decréscimo na facturação.

Mesmo assim a sociedade continuou a apresentar um desempenho interessante em todos os indicadores. A facturação atingiu o montante de 5.376 milhares de euros, distribuída conforme mostra o gráfico seguinte:



Em termos de custos totais, e apesar de um aumento de 15%, o rácio Comissões Fixas/Custos Totais continuou a manter um valor extremamente positivo, cerca de 213%, continuando assim a estar assegurada a rentabilidade da sociedade antes do apuramento de comissões variáveis. Este rácio permite manter a confiança no desempenho futuro da sociedade, mesmo nas situações adversas com que se iniciou o ano, já que mesmo que ocorra uma descida significativa dos activos sob gestão, com a actual estrutura de custos será possível assegurar resultados positivos.



Ao nível do balanço, a sociedade continua a apresentar um nível patrimonial sólido, com o rácio de autonomia financeira a atingir cerca de 88%. Em anexo o quadro com os indicadores mais relevantes dos últimos dois anos:

#### Principais Indicadores de actividade da BPN Gestão de Activos, S.A.

	Milhares €		Var. %
	2007	2006	07/06
Activos Sob Gestão	1.118.894	1.391.706	-19,6%
Carteiras Activas - Gestão Discricionária	416	466	-10,7%
Nº Fundos sob Gestão	10	10	-
Activo Líquido	5.503	6.085	-9,6%
Comissões Totais	5.376	6.297	-14,6%
Rácio Comis. Fixas e Consul./Custos Totais	213%	256%	-
Resultado Líquido	2.092	3.118	-32,9%
ROE	75,0%	139,0%	-

## BPN Imofundos

Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., registou um ligeiro acréscimo da sua actividade. Em 31 de Dezembro de 2007, os activos administrados pela sociedade atingiram um valor global de 1.147.322 milhares de euros, um crescimento de 1,3%, 15.107 milhares de euros, acima do valor registado em 2006. Para esta performance foi determinante o lançamento de três novos fundos de investimento fechados: o Mercapital, o Homeland e o Palazzo sendo que os dois primeiros são fundos especiais de investimento imobiliário.

### Valor líquido global dos fundos imobiliários

Designação	Milhares €		Var. %
	2007	2006	
BPN Imonegócios	597.422	597.673	-0,04%
BPN Real Estate	104.204	104.221	-0,02%
BPN Imoglobal	141.802	140.135	1,19%
BPN Imoreal	195.554	212.909	-8,15%
BPN Imoamarinas	56.245	55.592	1,17%
Euroreal	21.770	21.685	0,39%
Mercapital	16.028	-	n.a.
Homeland	9.298	-	n.a.
Palazzo	4.999	-	n.a.
<b>Total</b>	<b>1.147.322</b>	<b>1.132.215</b>	<b>1,33%</b>

## Evolução do sector

Segundo dados da CMVM, em 31 de Dezembro de 2007 existiam em actividade 33 sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário, que no seu conjunto administravam activos no valor de 10.448,7 milhões de euros. Este valor reflecte um crescimento do sector de 7,1%, quando comparado com os 9.757,6 milhões de euros registados em 31 de Dezembro de 2006. Como se poderá verificar pela análise do quadro seguinte a indústria tem apresentado um crescimento sustentado ao longo dos últimos seis anos, tendo registado algum abrandamento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

### Evolução da indústria dos Fundos de Investimento Imobiliários

	2007	2006	2005	2004	2003	2002
N.º de entidades gestoras	33	32	28	26	26	26
N.º Fundos abertos	16	16	15	14	13	14
N.º Fundos fechados	189	165	67	51	38	33
<b>TOTAL</b>	<b>205</b>	<b>181</b>	<b>82</b>	<b>65</b>	<b>51</b>	<b>47</b>
VLG Fundos abertos (10 <sup>6</sup> EUR)	4.580,1	4.723,6	4.465,9	3.862,8	3.309,6	3.088,9
% TOTAL	43,8%	48,4%	54,7%	54,8%	56,6%	61,6%
VLG Fundos fechados (10 <sup>6</sup> EUR)	5.868,6	5.034,0	3.698,2	3.187,7	2.540,8	1.925,9
% TOTAL	56,2%	51,6%	45,3%	45,2%	43,4%	38,4%
<b>TOTAL (10<sup>6</sup> EUR)</b>	<b>10.448,7</b>	<b>9.757,6</b>	<b>8.164,1</b>	<b>7.050,5</b>	<b>5.850,4</b>	<b>5.014,8</b>
Taxa de crescimento	7,1%	19,5%	15,8%	20,5%	16,7%	21,4%

Fonte: www.cmvm.pt

Verifica-se que o número de FII Abertos se tem mantido praticamente inalterado, sendo de notar o grande incremento do número de FII fechados e em especial dos Fundos Especiais de Investimento Imobiliário, com efeito em 31 de Dezembro de 2007 existiam em actividade 54 FEII.

Ao longo do exercício a quota de mercado da BPN Imofundos decresceu 0,62 pontos percentuais, fixando-se nos 11,0% em 31 de Dezembro de 2007, este valor determina que a BPN Imofundos seja agora a terceira maior sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário, em termos de activos sob gestão. A líder do mercado tem uma quota de 12,3%, um valor muito próximo da entidade que está em segundo lugar, com 12,2%.

O aumento de actividade permitiu à sociedade registar um crescimento ao nível dos proveitos de exploração. Assim, em 31 de Dezembro de 2007 o total de proveitos da BPN Imofundos era de 9.987 mil euros, dos quais 9.720 respeitavam a comissões e 267 mil euros a juros e rendimentos similares. Ou seja, as comissões representavam 97,3 % do total dos proveitos.

Quando comparados com idêntico período no exercício anterior, verifica-se que os proveitos totais cresceram 1,1 %, as comissões 0,7% e os juros e rendimentos similares 34,8%.

O incremento da actividade traduziu-se também num crescimento dos custos operacionais da sociedade que registaram um crescimento global de 23,8 %, quando comparados com o período homólogo de 2006, observando-se agora um valor total de 2.178 milhares de euros.

Dos custos operacionais, a rubrica mais significativa refere-se a gastos gerais administrativos com um valor de 1.060 mil euros, mais 23,5 % que o valor registado em 31 de Dezembro de 2006, seguindo-se-lhes os custos com pessoal com um valor total de 888 milhares de euros, os quais cresceram 7,5%.

Daquela evolução resultou que, em 31 de Dezembro, fossem obtidos resultados antes de impostos de 7.810 mil euros, tendo-se apurado 2.118 mil euros de imposto sobre o rendimento e menos 12 mil euros de impostos diferidos, carga fiscal que determinou uma taxa efectiva de tributação de 27,0%. Assim, obtiveram-se resultados líquidos de 5.704 milhares de euros, o que comparado com os 5.891 mil euros registados no exercício de 2006, representou uma redução de 3,2% do lucro líquido.

#### Principais Indicadores de actividade da BPN Imofundos, S.A.

	Milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	8.732	8.749	-0,2%
Situação líquida	7.741	7.537	2,7%
Activos sob gestão	1.147.322	1.132.215	1,3%
Resultados líquidos	5.704	5.891	-3,2%
ROE	280,0%	357,9%	-
Nº de participantes	16.185	13.895	16,5%

## Sector de Seguros

### Ramo Vida

#### O Sector em 2007

Invertendo os resultados obtidos em 2006 (com perdas na ordem dos 6%), o mercado segurador Vida cresceu neste ano cerca de 7%, superando assim o valor de 9.200 milhões de euros em volume de prémios. Para esta performance, muito contribuiu o ramo dos Produtos de Capitalização que, ao crescer 12% (contra o recuo de 16% verificado em 2006), representa agora cerca de 63% do total da Carteira Vida.

As Operações de Capitalização mantiveram o bom ritmo de evolução obtido nos últimos anos, tendo crescido cerca de 24% neste ano.

Embora tenham recuado cerca de 13%, os Produtos Poupança Reforma constituem cerca de 18% da carteira, com um volume de prémios na ordem dos 1.700 milhões de euros.

Os Produtos de Risco e Rendas, que representam 9% do total, registaram um acréscimo de 6% relativamente a 2006.

#### A Real Vida Seguros

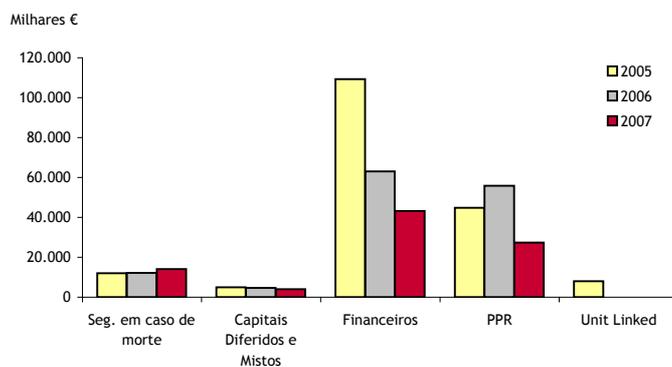
A Real Vida Seguros S.A. atingiu, em 2007, um volume de prémios acima dos 88 milhões de euros, o que representa um recuo de cerca de 35% face ao ano anterior.

O ramo com maior preponderância continua a ser o de Produtos de Capitalização (Financeiros), que diminuiu 30,5% em 2007, apresentando, no entanto, uma ligeira melhoria em relação a 2006 (-44,7%). Esta evolução encontra-se em contra-ciclo com o mercado que registou um acréscimo de 12%.

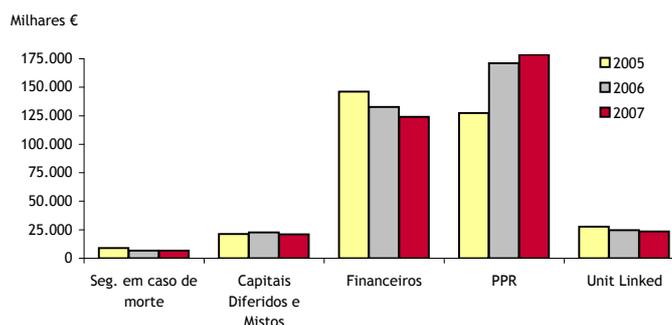
De realçar o óptimo desempenho dos Produtos de Risco e Rendas (com acréscimos na ordem dos 15%), bem acima do ritmo de crescimento do mercado (que cresceu cerca de 6%), fazendo subir para 17% o peso desta rubrica no total de prémios.

Apesar do aumento do número de apólices em vigor, a Real Vida Seguros, S.A. diminuiu ligeiramente a sua quota de mercado, que passou a ser, em 2007, de 1%.

#### Prémios Processados



#### Responsabilidades (provisões)



### Taxa de Encerramento de Sinistros (em número)

	Em Curso		Abertos		Encerrados		Tx
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	Encerramento
Acidentes e Doença	3.404	3.751	15.987	17.694	16.334	17.019	102,2%
Incêndio	637	832	4.293	4.579	4.488	4.376	104,5%
Automóvel	4.916	4.183	30.161	25.875	29.428	25.663	97,6%
Transportes	50	53	135	156	138	162	102,2%
Responsabilidade Civil	580	532	1.127	970	1.079	828	95,7%
Diversos	34	32	3.820	5	3.818	1	99,9%
<b>Total</b>	<b>9.621</b>	<b>9.383</b>	<b>55.523</b>	<b>49.279</b>	<b>55.285</b>	<b>48.049</b>	<b>99,6%</b>

### Principais Indicadores de actividade da Real Seguros, S.A.

	Milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	207.459	190.926	8,7%
Prémios processados *	125.638	123.584	1,7%
Situação líquida	47.436	39.041	21,5%
Resultados líquidos	9.121	7.261	25,6%
ROE	23,8%	22,8%	-

\* Prémios líquidos de resseguro aceite

### AVS - Corretores de Seguros, S.A.

O Sector Segurador, fruto do fraco desempenho da Economia, tem vindo a evidenciar crescimentos residuais nos últimos anos, sendo que em 2007 - particularmente na área dos chamados ramos Não Vida - culminou com um “crescimento” de 0,1%, isto é, crescimento real negativo quando corrigido da taxa de inflação verificada. (Fonte: Estatística Mensal da APS, para uma amostra de 98,7% do mercado).

Esta realidade não deixa, naturalmente, de afectar de igual modo a actividade de Corretagem de Seguros.

Com efeito, sendo irrelevantes os novos investimentos e, conseqüentemente, a existência de nova “matéria” segurável, vimos assistindo a uma concorrência feroz e, na maioria das vezes, pouco ética entre os diversos operadores do Mercado, o que provoca uma exagerada pressão sobre o “pricing” - ao arrepio das mais elementares regras técnicas do negócio - e a inevitável retirada de valor e redução das margens, seja dos Seguradores, seja da Corretagem.

Ainda assim, a AVS tem conseguido manter um assinalável equilíbrio no seu desempenho, evidenciando um grau elevado de fidelização da sua Clientela e assegurando a manutenção do 5º. lugar no ranking da Actividade, com uma quota de mercado superior a 5%.

Esta performance é, obviamente, consequência da estratégia seguida pela Empresa, focalizando a sua acção comercial em áreas de negócio onde tem vindo a consolidar um nível elevado de especialização, a par de uma escolha criteriosa dos parceiros Seguradores aconselháveis a cada momento e de acordo com a tipologia de Cliente/Risco, mas sempre salvaguardando a sua independência e privilegiando os interesses e a qualidade dos serviços prestados ao Cliente.

Gerindo uma carteira de Clientes que regista um significativo número de entidades - mais de 25.000 entre Empresas e Particulares - em conjugação com uma implantação geográfica impar no mercado (Lisboa, Porto, Coimbra, Portimão e Funchal), reforça-se a nossa convicção em manter estável e sustentado o crescimento do negócio.

### Principais Indicadores de actividade da AVS - Corretores de Seguros, S.A.

	Milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	14.607	13.525	8,0%
Prémios processados *	52.161	51.459	1,4%
Situação líquida	2.044	1.855	10,2%
Resultados líquidos	614	523	17,4%
ROE	42,9%	39,3%	-

\* Prémios líquidos de resseguro aceite

## Solução - Corretores e Consultores de Seguros

Num contexto altamente favorável à procura de condições melhoradas de prémios e coberturas para os nossos Segurados, teremos conseguido alcançar os objectivos pretendidos e, simultaneamente, compensar a redução de carteira pela via das reduções de taxas com a captação de novos segurados e concretização de novos seguros junto dos actuais segurados.

Perto do final do ano, a Solução adquiriu a carteira da Luso Atlântica na sua componente externa. Trata-se de uma carteira associada a contratos de crédito e locação.

Em Setembro de 2007, assistiu-se à entrada do Grupo SLN/BPN na estrutura accionista da Solução, o que, só por si, para além dar uma maior perspectiva de desenvolvimento sustentado, permite que, em conjunto com a AVS, estejamos em presença da maior corretora de seguros do mercado Português, numa altura em que este sector vive alterações significativas.

### Principais Indicadores de actividade da Solução - Corret. e Cons. de Seguros, S.A.

	Milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	207.459	192.855	7,6%
Prémios processados *	63.631	62.053	2,5%
Situação líquida	1.986	1.933	2,7%
Resultados líquidos	1.038	478	117,2%
ROE	109,5%	32,9%	-

\* Prémios líquidos de resseguro aceite

## Crédito Especializado

### BPN Crédito IFIC

O ano de 2007 pautou-se pela continuidade inequívoca de um processo de mudança iniciado em 2005, no qual foi traçado um rumo orientador através do denominado “Projecto Bússola”, que nunca perdendo de vista o prazo imediato, tem privilegiado, sobretudo, uma estratégia consolidada no médio e longo prazo através da definição de objectivos concretos e ambiciosos.

No que respeita à actividade desenvolvida, o produto crédito ao consumo apresenta um crescimento de 20% face a 2006. Tal significa que conseguimos manter um nível de crescimento muito próximo do que tinha sucedido em 2006 face a 2005, representando uma evolução de 53% no espaço de 2 anos, o que se revela extremamente significativo, se levarmos em consideração que o sector onde operamos preferencialmente neste produto, financiamento automóvel, tem apresentado nos últimos anos crescimentos marginais. No que respeita ao produto crédito stock, produto de crédito vocacionado para o apoio ao desenvolvimento da actividade dos pontos de venda, o seu volume mais do que duplicou, passando de 10 Milhões de euros em 2006, para 22 Milhões de euros em 2007.

Na globalidade, o produto crédito (crédito ao consumo + crédito stock) atingiu uma produção total de 185 Milhões de euros, contra 147 Milhões de euros em 2006 e 118 Milhões de euros em 2005, o que representa um crescimento de 57% em 2 anos.

O produto de locação, que em 2006 tinha apresentado um crescimento de 13% face a 2005, manteve, em 2007, níveis de produção idênticos aos do ano anterior, o que consideramos como bastante positivo, se levarmos em consideração que a Rede Comercial da nossa empresa, que maioritariamente dinamiza este produto, passou no exercício findo, por um período de profunda reestruturação e reorganização. Apesar desta forte contingência, conseguimos manter os mesmos níveis de produção do exercício anterior, o que muito nos apraz.

No produto de factoring atingiu-se pela primeira vez na história da empresa, a barreira dos 500 Milhões de euros de facturação tomada. Este valor constitui um marco relevante de que muito nos orgulhamos, sobretudo se levarmos em consideração que em 2007 se verificou a integração definitiva deste produto na Rede Banco, com os necessários ajustes a nível operativo, proporcionando a tão desejada transversalidade da abordagem comercial. Mas, não foi só na facturação tomada que o ano de 2007 se revelou particularmente proveitoso para o produto de factoring. Assume também particular relevo, os 3,29 Milhões de euros de produto bancário atingidos em 2007, face aos 2,65 Milhões de euros que se haviam alcançado em 2006, o que representa um crescimento de 24% neste indicador de actividade. Por último, a conta corrente de factoring sob gestão apresentava, em 31 de Dezembro de 2007, um volume de 153 Milhões de euros, apresentando uma evolução de 10%, face aos 139 Milhões de euros, verificados em igual período do ano transacto.

No que concerne à carteira total de crédito sob gestão, atingimos, em 31 de Dezembro de 2007, o montante de 885 Milhões de euros, o que significa um crescimento de 7% face a 2006, e 14% relativamente a 2005.

### Enquadramento sectorial

Em 2007, a BPN Crédito manteve a mesma forma de abordagem ao mercado, fazendo apenas alguns reajustamentos nas equipas comerciais, de forma a melhor acompanhar este negócio, cada vez mais competitivo.

Para melhor percebermos este negócio, vamos fazer uma ligeira abordagem ao nível dos diversos mercados, e depois o enquadramento da actividade desenvolvida pela BPN Crédito nos mesmos.

### Financiamento Automóvel

Fazendo uma breve análise ao Mercado Automóvel em Portugal, conseguimos compreender melhor as performances e tendências do crédito especializado auto, nomeadamente o Crédito e a Locação.

#### Evolução das Vendas do Mercado Automóvel em Portugal

	2007	2006	Δ %
Automóveis Ligeiros de Passageiros *	201.868	194.684	3,7%
Veículos Comerciais Ligeiros	68.447	64.489	6,1%
<b>Total de Ligeiros</b>	<b>270.315</b>	<b>259.173</b>	<b>4,3%</b>
Veículos Comerciais Pesados **	6.369	5.985	6,4%
<b>Total do Mercado Automóvel Novos</b>	<b>276.684</b>	<b>265.158</b>	<b>4,3%</b>

\* Inclui: Todo-o-Terreno \*\* Inclui: Autocarros

Fonte ACAP

## Principais Indicadores de actividade da Real Vida Seguros, S.A.

	Milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	385.616	394.678	-2,3%
Prémios processados	88.796	135.697	-34,6%
Prémios processados <sup>(1)</sup>	18.240	17.081	6,8%
Situação líquida	18.359	18.532	-0,9%
Resultados líquidos	429	2.108	-79,6%
ROE	2,4%	12,8%	-

<sup>(1)</sup> Com a aplicação da IFRS 4

### Ramo Não Vida

#### O Sector em 2007

Acompanhando a tendência verificada nos anos anteriores, o crescimento do conjunto de ramos Não Vida, em 2007, foi praticamente nulo (+ 0,4%) [Fonte APS].

Para este desempenho pesou essencialmente a queda do volume de prémios nas duas maiores linhas de negócio, os seguros de Automóvel e os seguros de Acidentes de Trabalho.

O ramo Automóvel, que detém praticamente metade do volume total dos prémios (com cerca de 47%), perdeu valor relativamente a 2006, recuando 2,7%, evidenciando o resultado da forte actividade concorrencial que caracteriza actualmente este mercado.

A redução do volume de prémios de Acidentes de Trabalho (-1,6%) não se reflectiu no ramo onde se integra - o ramo de Acidentes e Doença - que registou um crescimento positivo em 2007 (+7,8%), por força da expansão dos seguros de Doença (+7,8%). Os restantes ramos (Incêndio e Outros Danos, Transportes, Responsabilidade Civil Geral, e Outros) tiveram desempenhos positivos.

#### A Real Seguros

A Real Seguros S.A. conseguiu em 2007 um aumento da produção Não Vida de 1,7%, destacando-se assim do mercado, que apresentou um crescimento praticamente nulo (0,4%). O volume de prémios rompeu a fasquia dos 125.500 milhares de euros.

Por ramos, destaca-se o bom desempenho do ramo Automóvel (com um crescimento de 3%), em contraponto com o recuo do mercado neste segmento (- 2,7%).

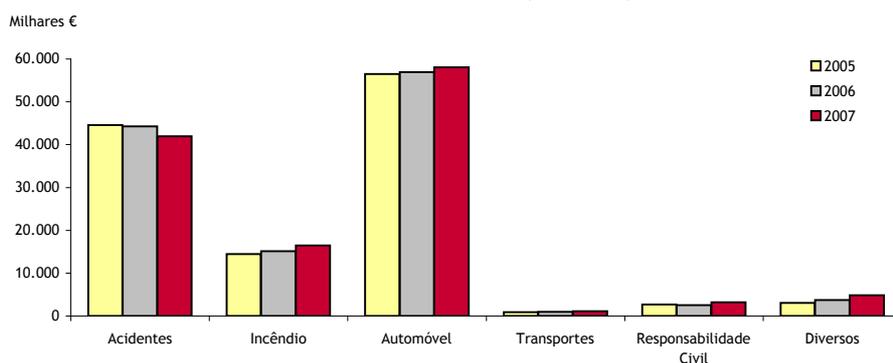
O volume de prémios referente à classe Incêndio e Outros Danos Em Coisas apresentou, como nos últimos anos, um forte crescimento (+ 8,5%), fazendo aumentar a quota de mercado da Real Seguros, S.A. neste segmento.

O ramo Acidentes e Doença foi o único a recuar, apresentando uma diminuição de 5,8% face a 2006. Contudo, em sintonia com o mercado, registou-se um crescimento no sub-ramo Doença (+43%).

As restantes rubricas registaram subidas de dois dígitos, com realce para o ramo Diversos, com um crescimento de 87,4%.

A quota de mercado da Real Seguros S.A. no sector Não Vida aumentou no ano de 2007, atingindo os 2,89%. Este resultado é o reflexo do bom desempenho da receita da companhia, permitindo a consolidação da sua posição num mercado praticamente estagnado em termos de crescimento global.

#### Prémios Processados (Não Vida)

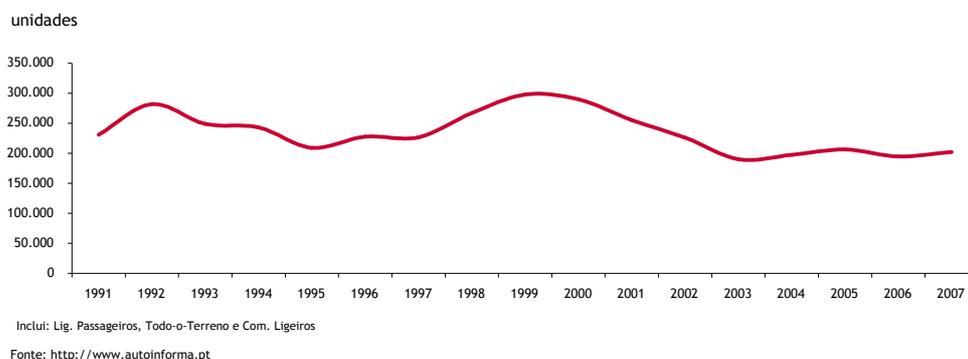


Após a queda verificada em 2006, o mercado de veículos novos voltou a recuperar, situando-se ao nível das vendas de 2005. Esta análise não reflecte a venda de veículos novos importados, que continua a crescer, embora de forma moderada.

O mercado de viaturas ligeiras teve uma recuperação de 4,3% face ao período homólogo, que poderá ter sido consequência de uma antecipação das compras por força da alteração do novo Imposto Único de Circulação (IUC).

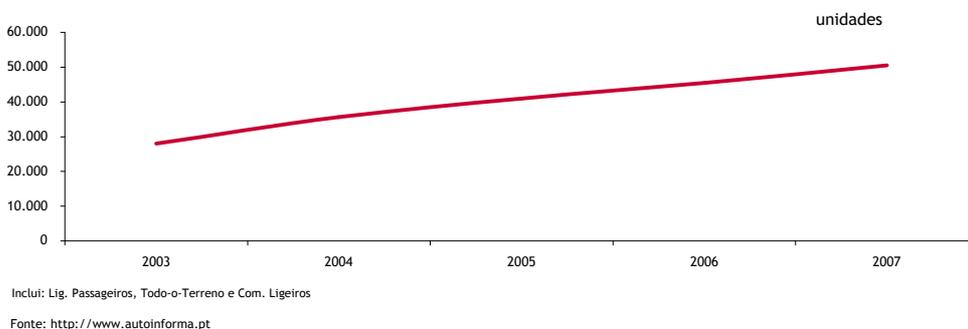
O mercado de viaturas comerciais pesadas continua em crescimento, 6,4% face ao período homólogo, embora agora de uma forma mais moderada do que em 2006, onde este crescimento tinha sido de 11%.

### Evolução da Venda de Veículos Ligeiros em Portugal



O mercado de viaturas usadas (importados) continua com um crescimento cada vez mais forte, que pouco contribui para a renovação do parque automóvel, dada a idade dos veículos importados. Com a entrada em vigor do novo Imposto Único de Circulação (IUC) prevemos uma estabilização deste mercado.

### Evolução da Venda de Veículos Ligeiros Usados (Importados) em Portugal



### Crédito ao Consumo Automóvel

Com o mercado de viaturas usadas a crescer e a terem um peso cada vez maior na venda de veículos automóveis, o produto crédito ao consumo vai tendo cada vez mais relevo na área do financiamento automóvel.

### Locação Automóvel

O sector de locação financeira mobiliária manteve, em 2007, um interessante ritmo de crescimento alcançando um total de 4,12 mil Milhões de euros de produção de novos créditos. Este montante representou uma variação de produção na ordem dos 18% face ao ano de 2006.

No subsector de Locação Financeira Mobiliária de Veículos (Ligeiros e Pesados), verificamos igualmente um crescimento de produção no exercício de 2007, que se cifrou nos 11% de crescimento. Este crescimento, quando comparado com o crescimento do total de produção de Locação Financeira Mobiliária, revela uma diminuição do peso relativo deste subsector passando dos 51,9% de 2006 para os 49% em 2007. O crescimento deste subsector, é tipicamente suportado pelo crescimento dos níveis globais de recurso ao crédito, pela evolução positiva das vendas de viaturas novas e, especialmente, pelo crescimento das vendas de viaturas novas importadas.

## Locação Imobiliária

O sector imobiliário nacional manteve, em 2007, as dificuldades que tem vindo a apresentar nos últimos anos. Nomeadamente o sector da construção civil, que atravessa desde há vários anos uma grave crise, manteve em 2007 registo de actividades negativas. Não obstante esse facto as perspectivas para os próximos anos são mais animadoras, tendo o mercado dado bons indicadores nos últimos meses de 2007.

Apesar das dificuldades, o sector específico de Locação Financeira Imobiliária verificou um crescimento na ordem dos 20% face ao período homólogo, tendo atingido um total de crédito concedido de 2,61 mil Milhões de euros.

## Locação de Equipamentos

Acompanhando o crescimento, já identificado, da produção de Locação Financeira Mobiliária, o subsector de Locação Financeira Mobiliária de Equipamentos atingiu níveis de crescimento na ordem dos 22%.

Neste subsector destaca-se claramente a Locação Financeira de Máquinas e Equipamentos Industriais, com um peso significativo nos valores de produção anual.

Por outro lado, a evolução positiva deste tipo de financiamento, tem em muito contribuído para a própria evolução do investimento da economia nacional, sendo de destacar a evolução extremamente relevante do peso da Locação Financeira Mobiliária nos valores de Formação Bruta de Capital Fixo (Mobiliário) em Portugal, tendo já em 2006 ultrapassado os 30%.

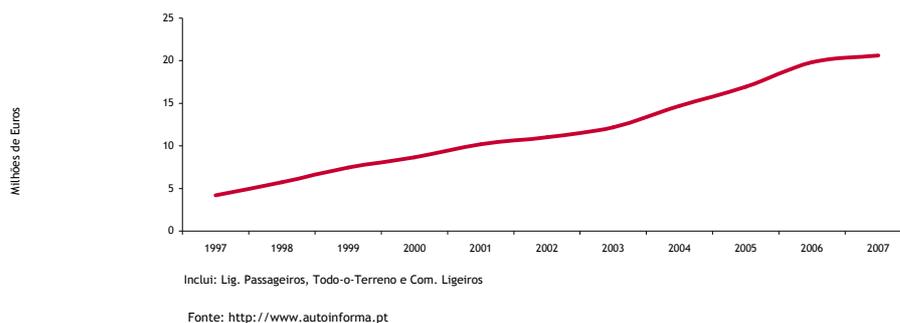
## Crédito Lar

Este mercado continua em queda aparente, pois na realidade o que acontece é uma transferência do crédito ao consumo para os cartões e para o crédito pessoal. Em 2007, verificou-se um abrandamento do crédito ao consumo na ordem dos 20%.

## Factoring

A actividade de factoring em Portugal no exercício de 2007, ficou marcada pela manutenção da tendência de crescimento que se tem verificado na última década. Não obstante a tendência de crescimento verificada, em 2007 registou-se um abrandamento no ritmo de crescimento, alcançando 4% de evolução face ao período homólogo contra os 17% e 15% verificados em 2006 e 2005, respectivamente.

### Evolução da Facturação Tomada em Portugal



Ao nível da carteira de crédito verificou-se um crescimento significativo alcançando os 5,46 mil M€, que representa um incremento de 15% face aos valores de 2006.

A evolução da actividade de factoring em Portugal depende da vitalidade demonstrada pelas pequenas e médias empresas e, ao mesmo tempo, dos níveis de investimento público face ao elevado peso que o sector público administrativo mantém na actividade económica nacional.

Assim, a reduzida evolução das condições económicas nacionais justifica parcialmente o menor crescimento da actividade de factoring em 2007.

## Actividade Desenvolvida

### Financiamento Automóvel

Em 2007 a BPN Crédito deu continuidade à aposta feita no mercado automóvel, tendo efectuado 16.610 contratos, num valor que ronda os 205 Milhões de euros, o que representou um crescimento perto dos 8%.

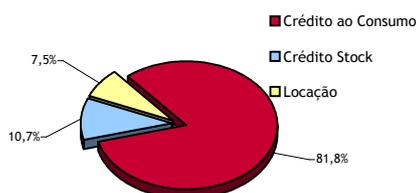
#### Distribuição do financiamento automóvel por produto

Aproveitando da melhor forma o incremento na venda de viaturas usadas, a BPN Crédito consolidou a produção do crédito ao consumo no financiamento automóvel, situando-se agora acima dos 74,2%.

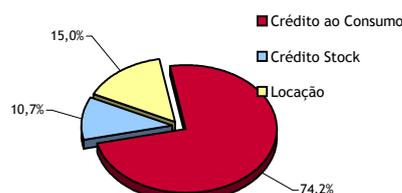
A dinamização do Crédito Stock, fazendo deste produto um apoio essencial ao crescimento do crédito ao consumo, veio dar-lhe mais importância no contexto do crédito automóvel, equivalendo a 10,8% do total da produção auto.

A Locação Auto, com um decréscimo face a 2006, perdeu peso na relação do financiamento automóvel dentro da BPN Crédito, representando agora apenas cerca de 15% do negócio auto.

Financiamento Automóvel por Produto (nº contratos)



Financiamento Automóvel por Produto (valor financiado)

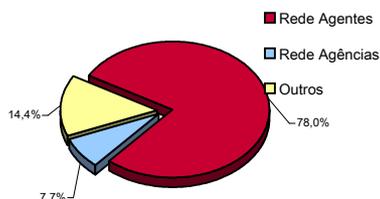


#### Distribuição do financiamento automóvel por redes de negócio

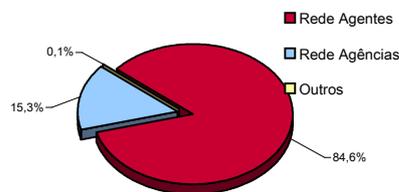
O crescimento do negócio auto teve por base a Rede Agentes, que assim aumentou o seu peso para 84,6%, sendo que cerca de 99% do seu negócio é efectuado em crédito ao consumo.

A rede de Agências do BPN, representando 15,3% do negócio auto, tem a locação como seu principal negócio, com um peso de 93%.

Distribuição por Redes de Negócio (nº contratos)



Distribuição por Redes de Negócio (valor financiado)

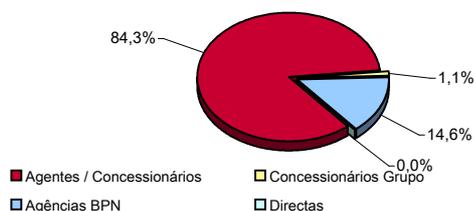


#### Financiamento automóvel por Canais de Angariação

Acompanhando o peso do crédito ao consumo no financiamento automóvel, também os Agentes Auto/usados, e os Concessionários, têm uma maior importância neste tipo de financiamento, 84,3%, dado até tratar-se do mercado onde opera a nossa Rede Agentes.

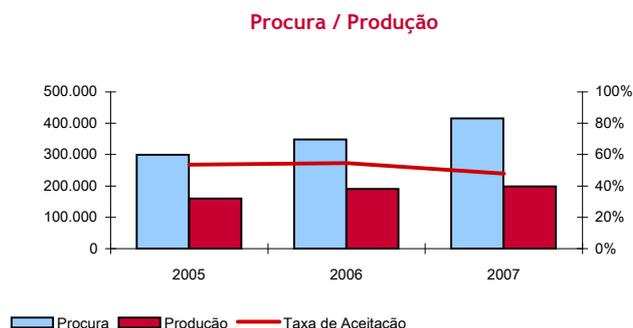
As Agências BPN representam 14,6% do financiamento automóvel feito na Empresa, e os Concessionários do Grupo BPN apenas 1,1%.

Distribuição por Canais de Angariação (valor financiado)



## Procura / Produção

O controlo do risco continua a ser uma preocupação para a BPN Crédito e, nesta perspectiva, é significativa a diminuição na taxa de aceitação de produção nova. Assim, em 2007, a taxa de aceitação atingiu os 47,8% contra os 54,6% verificados em 2006.



## Leasing Imobiliário

Com um ligeiro crescimento em termos de valor financiado, a locação Imobiliária continua a ser estratégica para a BPN Crédito, pelas características do próprio negócio, que transmitem alguma sustentabilidade à carteira. O seu peso no volume total de negócios da Empresa, subiu 9,8%.

	Milhares €		
	2007	2006	Δ %
N.º Contratos	125	153	-18,3%
Valor Financiado	42.209	38.697	9,1%

## Leasing de Equipamentos

Esta actividade é desenvolvida em exclusivo pela rede Banco junto da Agências BPN, e apresentou uma evolução bastante favorável em relação ao ano transacto. Este crescimento só foi possível graças ao empenho das Agências BPN na colocação dos NetPay junto dos seus clientes, associados a um contrato de Locação. O seu crescimento foi de 20,3%.

	Milhares €		
	2007	2006	Δ %
N.º Contratos	7.127	8.446	-15,6%
Valor Financiado	60.069	49.947	20,3%

## Crédito Lar

Em 2007 a Rede Lar deixou de existir como direcção, passando a ser uma Unidade Comercial integrada na Direcção Comercial Norte da Rede Agentes. A Unidade Comercial Lar realizou 51.128 contratos, num total de 10.249M€, que representa um crescimento de 152 % face ao ano anterior.

## Factoring

O ano de 2007 revelou-se muito positivo para a BPN Crédito no que ao produto Factoring diz respeito. Com efeito, pela primeira vez desde a constituição da sociedade, foi ultrapassado o valor de 500 Milhões de Euros de facturação tomada.

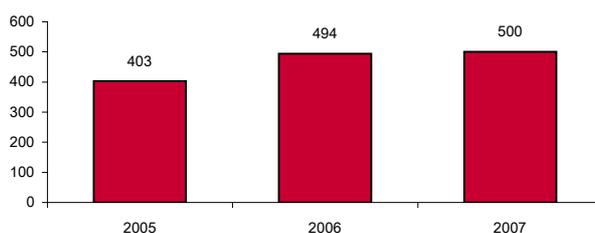
Por outro lado, importa realçar a reorganização da abordagem comercial deste produto que, finalmente, é efectuada conjuntamente com a Locação e o Crédito, originando significativas sinergias no acompanhamento da Rede Bancária do BPN, principal canal de angariação de operações.

Esquemáticamente e de uma forma muito sucinta a evolução da actividade desenvolveu-se da seguinte forma:

	Milhões €		
	2007	2006	Δ %
Facturação Tomada	500	494	1,2%
Proveitos (Juros + Comissões)	8	6	37,9%
Carteira de Crédito	208	207	0,5%

### Facturação Tomada

Milhões €



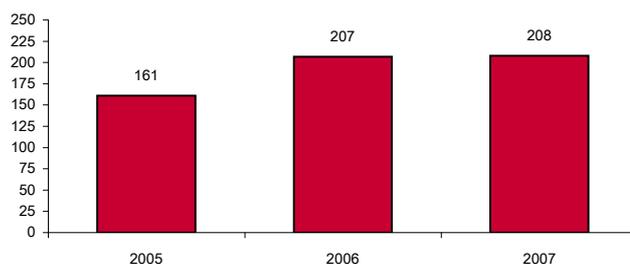
Merece natural destaque o significativo crescimento do Produto Bancário gerado, ainda mais tendo sido obtido num clima de forte concorrência e concomitante pressão sobre as taxas de juro/comissões.

Nesse sentido, perspectivamos para 2008, um crescimento de 10% ao nível da facturação tomada, face à necessária ponderação que a rentabilidade dos contratos nos merece.

Em termos de posicionamento sectorial constata-se que a BPN Crédito alcançou uma quota de mercado de 2,4 % em termos de créditos tomados, subindo para 3,4 % quando relativa ao total de proveitos.

### Carteira de Crédito

Milhões €



### Principais Indicadores de actividade do BPN Crédito IFIC

	Milhares €		Var. %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	806.856	671.042	20,2%
Crédito a Clientes	733.526	624.161	17,5%
Situação líquida	75.035	84.718	-11,4%
Resultado Líquido	5.316	10.220	-48,0%
ROE	7,6%	13,7%	-

## Corretagem

### Fincor

O ano de 2007 marcou de forma inequívoca a viragem da Fincor em termos de exploração.

Em 2007 continuou a modernização de processos e procedimentos na parte operacional da filial Fincor Corretora, o que contribuiu em larga escala para o sucesso comercial alcançado. Relativamente à aplicação AXON, e depois de já em 2006 se ter notado uma melhoria significativa em termos de performance resultante da implementação desta plataforma, em 2007 houve claros aumentos de produtividade quer em termos da rede comercial quer em termos de back-office.

Em 2007 a Fincor Corretora concluiu as candidaturas a membro efectivo das Bolsas de Paris, Amsterdam e Bruxelas, o que a prazo irá permitir a negociação nesses mesmos mercados com custos mais reduzidos. Tal permitirá também a prática de preços mais competitivos por parte da Fincor Corretora aos seus clientes, o que por certo aumentará o volume de comissões cobradas nesta empresa do Grupo.

No âmbito da transposição da DMIF para a legislação portuguesa, o conselho de administração acompanhou todas as iniciativas necessárias por parte da Fincor Corretora, para cumprir a nova legislação.

Atendendo a que a Fincor Corretora dispõe de uma razoável quota de mercado e sendo uma presença constante nos lugares cimeiros dos rankings de corretoras, a Fincor SGPS perspectiva que 2008 será um ano de reforço dessa quota de mercado da corretora, com manutenção de uma rentabilidade semelhante ou até melhor que o ano anterior.

Em 2007 o Grupo apresentou resultados positivos no montante de 711 milhares de euros, confirmando-se a ideia de que após 2006 ter sido um ano de consolidação, nos anos seguintes seria possível aumentar a rentabilidade para níveis bem mais interessantes.

As comissões cobradas líquidas de encargos evoluíram de 3.146 milhares de euros em 2006 para 3.759 milhares de euros em 2007, um aumento de 19 % obtido simultaneamente com o acréscimo de comissões e com a redução dos respectivos encargos. Relativamente aos custos operacionais tiveram um aumento marginal face a 2006 confirmando a política de contenção de custos que tem vindo a ser seguida.

O rácio Comissões Líquidas/Custos Operacionais também evoluiu de forma bastante favorável de 100 % em 2006, para 125 % em 2007, o que abre óptimas perspectivas para os próximos anos.

Para 2008 manter-se-ão quer na Fincor SGPS quer na filial Fincor Corretora, a política de contenção de custos, quer operacionais quer de transacção, e serão exploradas novas oportunidades de negócio que permitam aumentar as comissões cobradas e incrementar a rentabilidade do Grupo Fincor.

#### Principais Indicadores de actividade da Fincor, SGPS, S.A.

	Milhares €		Var. %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	26.814	39.177	-31,6%
Resultados líquidos	711	11	6428,3%
Situação líquida	1.597	1.587	0,6%
Quota de mercado	6,5%	7,6%	-

# A Gestão do Risco no Grupo BPN

## Riscos de Mercado

### Introdução

O actual desenvolvimento, dinamismo e complexidade dos mercados financeiros, associado às exigências do novo Acordo de Basileia II, requerem que todas as Instituições Financeiras, nomeadamente os Bancos, estejam dotadas de mecanismos que lhes permitam de forma eficaz e em tempo útil, medir, monitorizar e controlar os riscos resultantes, quer da sua actividade de banca tradicional, quer da actividade inerente às suas carteiras de negociação.

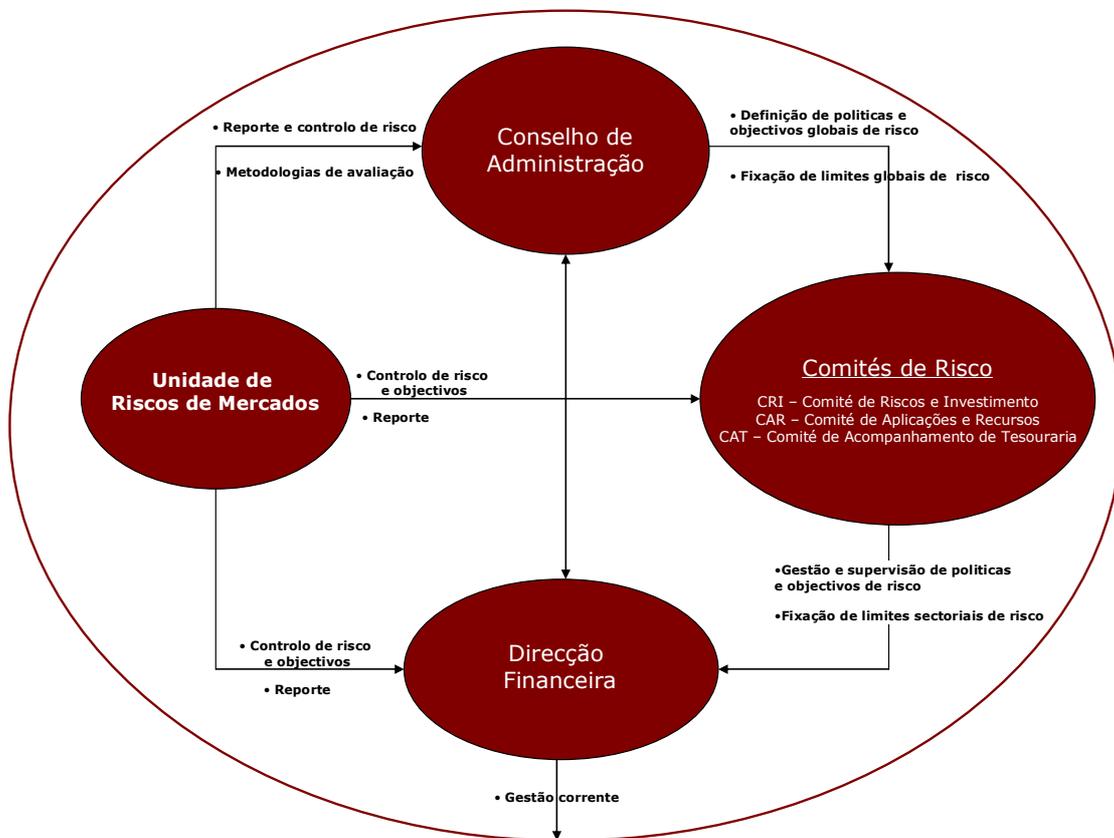
Os riscos decorrentes da variação nos preços dos activos e passivos a que uma determinada carteira está sujeita, bem como o risco de uma instituição não possuir, em determinado momento, recursos suficientes para honrar os seus compromissos de curto prazo são geralmente designados por Riscos de Mercado.

Neste âmbito o BPN, tem vindo a implementar, no decorrer dos últimos anos, uma estrutura organizacional que transporta o grau de controlo e gestão dos riscos de mercado para níveis adequados à sua realidade e exigências. Partindo do Conselho de Administração a definição das políticas globais de risco e seus objectivos, chegou-se a uma estrutura onde a segregação de funções e os controlos interagem, resultando no que podemos considerar um modelo moderno e adequado à evolução que pretendemos do nosso Banco nestes domínios.

### Organização interna

A definição das políticas e objectivos globais de risco são da competência do Conselho de Administração.

A sua implementação é realizada através de uma estrutura organizacional que prima pela segregação de funções em órgãos de supervisão interna, de reporte e de gestão.



Compete à Direcção Financeira do BPN, realizar a gestão corrente dos riscos de mercado (Taxa de Juro, Cambial e Liquidez) no âmbito das carteiras de negociação que obedecem aos limites de exposição estabelecidos pelo Conselho de Administração e na execução das estratégias de cobertura dos riscos de mercado da carteira bancária que são definidas no domínio dos Comités de Risco.

Os comités de risco são presididos por órgãos da Administração (CEO ou CFO) e integram também quadros directivos de primeira linha das áreas directamente relacionadas com os riscos de mercado:

- Comité de Aplicações e Recursos (CAR)
- Comité de Risco e Investimentos (CRI)
- Comité de Acompanhamento de Tesouraria (CAT)

No âmbito destes comités é supervisionada a aplicação pelas áreas de gestão de risco, das metodologias e limites estabelecidos para os riscos de mercado, com especial enfoque para o Risco de Liquidez que é analisado no âmbito do CAR e para os Riscos de Taxa de Juro e Cambial no âmbito do CRI e CAT.

A Unidade de Riscos de Mercado (URM) reporta directamente à Administração, trabalhando de forma independente das áreas de negócio. Este departamento é directamente responsável pelo reporte dos resultados e riscos de mercado, bem como pela concepção e implementação de políticas e metodologias para apuramento dos mesmos.

### **O Risco de Liquidez**

A gestão de liquidez, como é normal, é da maior importância no Grupo BPN e está centralizada na Direcção Financeira do BPN.

A estratégia actual e passada de gestão de liquidez no nosso Grupo tem tido como objectivo principal dotar o Grupo, de uma forma sistemática, de uma posição estruturalmente longa de liquidez. Por este facto, o Grupo tem sido historicamente colocador de fundos no mercado monetário e tem crescido de uma forma sustentada, ultrapassando os momentos de maior escassez de liquidez dos mercados com tranquilidade.

As principais directivas da política de gestão de liquidez são as seguintes:

- Forte interacção com rede comercial, como principal fornecedor de liquidez;
- Posição estrutural longa de liquidez;
- Acesso estratégico ao mercado de capitais e ao mercado monetário como alternativa de captação de recursos;
- Alongamento temporal das responsabilidades como factor de mitigação do risco;
- Risco de liquidez em regime de contingência permanente.

Neste último ponto, os factores chave do plano de contingência são:

- Unificação e centralização da gestão de liquidez do Grupo ;
- Posição excedentária de liquidez na ordem de grandeza de 5% do total de depósitos;
- Monitorização e discussão semanal do risco de liquidez em Comité de Tesouraria presidido pelo Administrador do pelouro financeiro;
- Monitorização e discussão mensal do risco de liquidez em sede de ALCO.

Enquadrado nos pontos anteriores a Direcção Financeira tem como responsabilidade analisar as condições de mercado e alertar de imediato os órgãos superiores referidos sempre que eventos como:

- Problemas de liquidez em outros bancos do Sistema;
- Movimentos bruscos e imprevistos nas taxas de juro dos mercados monetários;
- Deterioração dos indicadores económicos do Grupo BPN que possam de alguma forma afectar a sua capacidade creditícia;
- Alterações imprevistas no funcionamento ou aumento de volatilidade nos mercados financeiros decorrentes de factores de origem fundamental ou geopolítica;
- Alteração do risco de crédito da Republica Portuguesa.

O risco de liquidez pode ser definido como o risco de uma instituição não possuir, em determinado momento, recursos suficientes para honrar os seus compromissos à vista.

No Grupo BPN a boa gestão do risco de liquidez, sempre foi entendida como garante da actividade global da Instituição e do seu crescimento.

O controlo e reporte do risco de liquidez é efectuado mensalmente ao Banco de Portugal ao abrigo das exigências regulamentadas na Instrução nº 1/2000 - Rácio de Liquidez. Para além destas medidas emanadas da supervisão, o controlo e reporte da liquidez é feito numa base diária pela Direcção Financeira ao Administrador do Pelouro e analisado em base semanal no Comité de Acompanhamento de Tesouraria (CAT). Mensalmente, é realizado o Comité de Aplicações e Recursos (CAR) onde é debatido e supervisionado o risco de liquidez global do Grupo, cuja gestão se encontra integrada no BPN, S.A..

## O Risco de Taxa de Juro

O Grupo BPN monitoriza o risco de taxa de juro da carteira bancária com base em análises de sensibilidade da margem financeira e da situação líquida face a um choque standard na taxa de juro de 200 p.b. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de “Gap Analysis”, segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro e não associáveis às carteiras de negociação são distribuídos de acordo com as suas maturidades ou datas de “repricing”. Esta análise é elaborada de acordo com o disposto na Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal, que segue as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia.

A 31 de Dezembro de 2007 o risco de taxa de juro da carteira bancária para um choque paralelo das taxas de juro de 200bp em termos de situação líquida situou-se nos -3.795 milhares de euros (-4.513 milhares de euros em Dezembro de 2006), e em termos de margem financeira nos 18.021 milhares de euros (9.842 milhares de euros em Dezembro de 2006), tal como se pode observar nos quadros seguintes:

Milhares €

<b>Impacto na Situação Líquida de um choque paralelo nas taxas de juro de 200bp</b>		
<b>Banda Temporal</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
à vista - 1 mês	-1.216	30
1 - 3 meses	509	-3.226
3 - 6 meses	4.428	1.498
6 - 12 meses	3.382	4.972
1 - 2 anos	-767	-985
2 - 3 anos	-2.588	-997
3 - 4 anos	-2.145	-1.716
4 - 5 anos	-2.727	-1.820
5 - 7 anos	-2.007	-1.413
7 - 10 anos	-364	-332
10 - 15 anos	-130	-200
15 - 20 anos	-10	-128
> 20 anos	-160	-196
<b>Total</b>	<b>-3.795</b>	<b>-4.513</b>

Milhares €

<b>Impacto na Margem Financeira de um choque paralelo nas taxas de juro de 200bp</b>		
<b>Banda Temporal</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
à vista - 1 mês	1.812	-13.006
1 - 3 meses	27.433	11.773
3 - 6 meses	-2.903	-3.910
6 - 12 meses	106	19.461
1 - 2 anos	-1.803	-315
2 - 3 anos	-1.443	279
3 - 4 anos	-4.024	-2.248
4 - 5 anos	-170	-863
5 - 7 anos	-485	-630
7 - 10 anos	-368	-443
10 - 15 anos	-59	-169
15 - 20 anos	-21	-65
> 20 anos	-54	-22
<b>Total</b>	<b>18.021</b>	<b>9.842</b>

## Eventos ocorridos após o fecho do exercício

Em 19 de Fevereiro de 2008, o Dr. José de Oliveira Costa apresentou a sua renúncia ao cargo de Presidente do BPN, SGPS, S.A. e de todas as participadas do Grupo em que desempenhava funções.

Na mesma data foram estabelecidas as novas responsabilidades de gestão das áreas de negócio, tendo sido aprovado a atribuição ao Dr. Abdool Vakil da responsabilidade pela gestão dos negócios da área financeira.

## Perspectivas para 2008

A actual conjuntura financeira internacional vai impor novos desafios a toda a actividade do Grupo.

O Grupo tem pontos fortes únicos materializados numa rede de Agências profundamente entrosada no tecido económico nacional e numa enorme diversidade de actividades que, optimizadas, podem vir a gerar valor adicional para o accionista.

O ano de 2008 vai implicar um reforço assinalável de todos os que são indispensáveis ao sucesso do nosso projecto: colaboradores, clientes e accionistas.

O Grupo irá apostar de forma determinada na consolidação da qualidade dos recursos humanos adoptando políticas de rejuvenescimento e melhoria da qualidade dos nossos colaboradores.

O ano de 2008 representa igualmente um importante desafio para os accionistas que serão chamados a apoiar um projecto com enormes potencialidades mas que, a mesmo tempo, impõe reforço da sua capacidade financeira.

Finalmente faremos uma aposta na inovação dos nossos serviços nas várias áreas em que actuamos, seja no sector financeiro, seja no sector não financeiro, conscientes de que o sucesso do nosso projecto depende, em primeira instância, de continuarmos a merecer a confiança dos nosso clientes e de conseguirmos conquistar novos mercados.

## Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado do exercício, no montante de 36.478.706,93 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	1.823.935,35 €
Para Distribuição de Dividendos	30.000.000,00 €
Para Reservas Livres	4.654.771,58 €

O resultado consolidado foi de 56.752 milhares de Euros.

Lisboa, 7 de Abril de 2008

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,**

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa  
Vogal

Francisco Gonçalves Sanches  
Vogal

## ANEXO I

Para efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2007, era a seguinte:

Abdool Magid Abdool Karim Vakil (1)  
Não possui quaisquer acções

António Coelho Marinho (2)  
Não possui quaisquer acções

Armando José Fonseca Pinto (2)  
Não possui quaisquer acções

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa (2 e 3)  
Não possui quaisquer acções

Teófilo Paulo Cadima Carreira (2)  
Não possui quaisquer acções

António Manuel Alves Martins Franco (2)  
Não possui quaisquer acções

Francisco Gonçalves Sanches (3)  
Não possui quaisquer acções

(1) Presidente do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, S.A.

(2) Membro do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, S.A.

(3) Membro do Conselho de Administração da BPN – SGPS, S.A.

## ANEXO II

Para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

### A) BPN - BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

Accionistas com, pelo menos, metade do capital:  
BPN - SGPS, S.A.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital:  
Nada a referir

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital:  
Nada a referir

### B) BPN - SGPS, S.A.

Accionistas com, pelo menos, metade do capital:  
SLN – Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital:  
Nada a referir

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital:  
Nada a referir

2.

## Demonstrações Financeiras e Notas às Contas



## Balanço Individual (BPN - SGPS, S.A.)

milhares €

	Notas	31.12.07		31.12.06	
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	856	-	856	941
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito		-	-	-	-
Crédito a Clientes		-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	4	14	13	1	2
Activos intangíveis		-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5	365.857	-	365.857	357.975
Activos por impostos correntes	6	7	-	7	8
Activos por impostos diferidos		-	-	-	-
Outros activos	7	44.115	-	44.115	39.714
<b>Total de Activo</b>		<b>410.849</b>	<b>13</b>	<b>410.836</b>	<b>398.640</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	8	-	-	4.866	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos		-	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes		-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	9	-	-	573	722
<b>Total de Passivo</b>				<b>5.439</b>	<b>722</b>
<b>Capital Próprio</b>					
Capital	10	-	-	360.000	360.000
Prémios de emissão		-	-	-	-
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-
Acções próprias		-	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	11	-	-	8.918	5.441
Resultado líquido do exercício		-	-	36.479	32.477
Dividendos antecipados		-	-	-	-
<b>Total de Capital Próprio</b>				<b>405.397</b>	<b>397.918</b>
<b>Total de Passivo e de Capital Próprio</b>				<b>410.836</b>	<b>398.640</b>

## Demonstração de Resultados Individual (BPN - SGPS, S.A.)

milhares €

	Notas	31.12.07	31.12.06
		Valor líquido	Valor líquido
Juros e rendimentos similares	12	5	-
Juros e encargos similares	12	70	-
<b>Margem financeira</b>		<b>(65)</b>	<b>-</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	13	37.336	32.968
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões		-	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	14	(13)	(11)
<b>Produto da actividade</b>		<b>37.258</b>	<b>32.957</b>
Custos com pessoal	15	59	19
Gastos gerais administrativos	16	715	458
Amortizações do exercício	4	1	2
<b>Custos operacionais</b>		<b>775</b>	<b>479</b>
Provisões liquidas de reposições e anulações		-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (liq. reposiç. e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros liquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos liquida de reversões e recuperações		-	-
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>36.483</b>	<b>32.478</b>
Impostos			
Correntes	6	4	1
Diferidos		-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>36.479</b>	<b>32.477</b>
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		-	-

## Demonstração de Fluxos de Caixa

milhares €

	31.12.07	31.12.06
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais:</b>		
Juros e comissões recebidas	4	-
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	-	-
Pagamento de juros e comissões	(4)	-
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(734)	(477)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(12)	(11)
Recuperação de créditos incobráveis	-	-
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais</b>	<b>(746)</b>	<b>(488)</b>
<b>(Aumentos) Diminuições dos activos operacionais</b>		
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Créditos a clientes	-	-
Activos ao Justo valor por resultados	-	-
Derivados de Cobertura	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-
Outros activos	(35)	3.131
<b>Fluxo dos activos operacionais</b>	<b>(35)</b>	<b>3.131</b>
<b>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de instituições de crédito	4.800	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros passivos	(190)	(46.724)
<b>Fluxo dos passivos operacionais</b>	<b>4.610</b>	<b>(46.724)</b>
<b>Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento</b>	<b>3.829</b>	<b>(44.081)</b>
Impostos pagos	(2)	(39)
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>3.827</b>	<b>(44.120)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento:</b>		
Dividendos recebidos	32.969	18.801
Aquisição de activos disponíveis para venda	-	-
Alienação de activos disponíveis para venda	-	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-	(2)
Vendas de activos tangíveis	-	-
Aquisições/ Alienações de propriedades de investimento	-	-
Investimentos em empresas filiais e associadas	(7.882)	(29.950)
Subsídios de Investimento	-	-
Outros recebimentos/ pagamentos	-	-
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>25.087</b>	<b>(11.152)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento:</b>		
Aumento de Capital	-	80.000
Reduções de Capital e Prestações Suplementares	-	-
Dividendos pagos	(29.000)	(25.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Aquisição e venda de acções próprias	-	-
Amortização de contratos de locação financeira	-	-
Juros e custos similares	-	-
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>(29.000)</b>	<b>55.000</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(86)</b>	<b>(272)</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>	<b>941</b>	<b>1.213</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>	<b>856</b>	<b>941</b>

## Demonstração de Alterações no Capital Próprio

milhares €

	Capital	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
<b>Posição no início do período 01-Jan-2006</b>	<b>280.000</b>	<b>2.631</b>	<b>1.973</b>	<b>25.837</b>	<b>310.441</b>
Aumento capital	80.000				80.000
Alterações do justo valor, líquidas de imposto					-
Constituição de reservas					-
Pensões					-
Varição de acções próprias					-
Dividendos				(25.000)	(25.000)
Outros Ajustamentos		1.292	(1.292)		-
Aplicação de resultados			837	(837)	-
Resultado exercício				32.477	32.477
<b>Posição no fim do período 31-Dez-2006</b>	<b>360.000</b>	<b>3.923</b>	<b>1.518</b>	<b>32.477</b>	<b>397.918</b>
Aumento capital	-	-	-	-	-
Alterações do justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Varição de acções próprias	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(29.000)	(29.000)
Outros Ajustamentos	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados	-	3.477	-	(3.477)	-
Resultado exercício	-	-	-	36.479	36.479
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-
<b>Posição no fim do período 31-Dez-2007</b>	<b>360.000</b>	<b>7.400</b>	<b>1.518</b>	<b>36.479</b>	<b>405.397</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de euros)

### Nota Introdutória

A BPN - SGPS, S.A., é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 27 de Outubro de 1999, tendo por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A actividade da BPN - SGPS, S.A., está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, por ser considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As Demonstrações Financeiras da BPN - SGPS, S.A. serão objecto de consolidação com as suas Subsidiárias. Por sua vez, as contas da sociedade serão consolidadas nas contas da SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A., com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, 132, Lisboa.

### Nota 1 - Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

#### 1.1 Geral

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as normas de contabilidade ajustadas (NCA), conforme disposto no Aviso n.º1/2005 do Banco de Portugal, em conformidade com o Plano de Contas definido pela Instrução n.º23/2004, e apresentadas segundo os Modelos definidos pela Instrução n.º18/2005, estabelecidos pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo art.º 115.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º3/2005, de 21 de Fevereiro;

ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 - Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

#### 1.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

##### i) Especialização de Exercícios

A BPN - SGPS, SA segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

## ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos detidos até à maturidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao seu reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente em resultados do período.

## iii) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são valorizados pelo método do custo histórico, de acordo com a IAS 27.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando recebidos ou quando são atribuídos, desde que a data de atribuição ocorra antes da data efectiva do fecho das contas.

## iv) Imparidade

Em conformidade com as NCA, a empresa avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros apresenta sinais de imparidade.

## v) Pensões de reforma

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

## vi) Impostos correntes

A BPN - SGPS, SA está sujeita a tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2004 a 2007 poderão vir ainda a ser sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações de imposto, devido essencialmente a diferentes interpretações de legislação fiscal. Contudo, é convicção da Gerência da empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

## vii) Impostos diferidos

Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos dado não existirem situações que levem à sua contabilização.

## **Nota 2. Declaração de Conformidade**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS). As normas que não estão divulgadas não são aplicáveis.

### Nota 3 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no país</b>		
Depósitos à ordem	856	941
Cheques a cobrar	-	-
Outras disponibilidades	-	-
	856	941
<b>Juros a receber</b>	-	-
	856	941

### Nota 4 - Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Outros activos tangíveis durante o exercício de 2007 foi o seguinte:

	31.12.06		Aquisições	Alienações e abates	Trasf.	Amortiz. Exercício	Saldo 31.12.07
	Valor bruto	Amortiz. Acumuladas					
<b>Equipamento</b>							
Mobiliário e material	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	5	5	-	-	-	-	-
Equip. informático	9	7	-	-	-	1	1
	14	12	-	-	-	1	1
	14	12	-	-	-	1	1

### Nota 5 - Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Partic.efectiva (%)		Valor de Balanço		Capital Próprio		Resultado Líquido	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Banco Português de Negócios, S.A.	100,00%	100,00%	323.858	323.858	369.169	363.347	40.805	49.880
Real Seguros, S.A.	96,55%	96,53%	20.271	20.268	47.436	39.041	9.121	7.261
Fincor, SGPS, S.A.	80,00%	80,00%	4.495	4.495	2.121	1.598	711	11
Rentilusa - Locação, Comércio de Equip. e Serv., S.A.	100,00%	100,00%	4.999	4.999	4.512	5.623	-1.111	693
AVS - Corretores de Seguros, S.A.	67,00%	67,00%	4.356	4.356	2.044	1.855	614	523
Solução - Corretores e Consultores de Seguros, S.A.	69,93%	-	7.878	-	1.986	-	187	-
			365.857	357.975	427.267	411.464	50.326	58.368

## Movimento da rubrica de Investimentos em Associadas

	milhares €	
	2007	2006
Saldo a 1 de Janeiro	357.975	353.024
Aquisições	7.882	1
Alienações	-	-
Aumentos de capital	-	4.950
Saldo a 31 de Dezembro	365.857	357.975

## Nota 6 - Impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição no Balanço:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Activos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	7	8
Outros	-	-
	7	8
	7	8

Esta rubrica tem a seguinte composição em Resultados:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Imposto corrente</b>		
do ano	1	1
correção de anos anteriores	3	-
	4	1
	4	1

## Nota 7 - Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Devedores por seguro directo e resseguro	-	-
Imparidade	-	-
	-	-
<b>Devedores, outras aplicações e outros activos</b>		
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordin	6.520	6.520
Devedores diversos		
BPN, S.A.	37.006	32.000
Real Seguros, S.A.	-	701
AVS, S.A.	335	267
Outros	254	210
	44.115	39.698
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Outras despesas com encargo diferido	-	16
	-	16
	44.115	39.714

## Nota 8 - Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Recursos de IC's no país</b>		
Empréstimos	4.800	-
Juros a pagar	66	-
	4.866	-
Correcções de valor de passivos objecto de cobertura	-	-
	4.866	-

O escalonamento dos Recursos de outras IC's é o seguinte:

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	4.866	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De um a cinco anos	-	-
Mais de cinco anos	-	-
	4.866	-

## Nota 9 - Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Credores por seguro directo e resseguro</b>	-	-
<b>Credores e outros recursos</b>		
Operações de venda com acordo de recompra	-	-
Credores por operações sobre futuros e opções	-	-
Sector público administrativo	9	4
<b>Credores diversos</b>		
Credores por operações sobre valores mobiliários	-	-
Credores por fornecimento de bens	-	-
Credores por contratos de factoring	-	-
Outros credores	525	696
	534	700
<b>Encargos a pagar</b>		
Juros a pagar	-	-
Outros encargos a pagar	39	22
	39	22
	573	722

## Nota 10 - Capital

O capital social está representado por 360.000.000 acções de um Euro cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado sendo detido na totalidade pela SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A..

## Nota 11 - Outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Outras Reservas</b>		
Reservas Legais	5.335	3.711
Outras Reservas	2.065	212
	7.400	3.923
<b>Resultados Transitados</b>		
Aprovados	1.518	1.518
	1.518	1.518
	8.918	5.441

Os movimentos ocorridos nestas rubricas encontram-se reflectidas na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

## Nota 12 - Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades	5	-
	5	-
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos		
De bancos centrais	-	-
De outras IC's	70	-
	70	-
	(65)	-

### Nota 13 - Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:		
No país	37.336	32.968
No estrangeiro	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-
	37.336	32.968

O saldo desta rubrica corresponde a dividendos relativos ao exercício de 2007, por via da distribuição de resultados e/ou reservas, conforme actas de aprovação de contas das respectivas empresas participadas. Estes dividendos serão liquidados no exercício de 2008.

### Nota 14 - Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Rendimentos e receitas operacionais</b>		
Ganhos em activos não financeiros	-	-
Outros ganhos e rendimentos operacionais	2	-
Outros ganhos e rendimentos financeiros	-	-
	2	-
<b>Encargos e gastos operacionais</b>		
Perdas em derivados de cobertura		
Rendas	9	9
Perdas em investimentos em filiais	-	2
	9	11
<b>Outros impostos</b>		
Impostos indirectos	6	-
Impostos directos	-	-
	6	-
	(13)	(11)

### Nota 15 - Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização		
Remuneração de empregados	47	15
Prémios por Antiguidade	-	-
Custos com pensões de reforma e benefícios de saúde	-	-
Encargos sociais obrigatórios	11	3
Outros custos com pessoal	1	1
	59	19

## Nota 16 - Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Água energia e combustíveis	1	2
Material de consumo corrente	1	-
Outros fornecimentos de terceiros	1	-
Rendas e alugueres	14	27
Comunicações	1	1
Deslocações, estadas e representação	6	1
Publicidade e edição de publicações	75	-
Formação de pessoal	4	1
Seguros	185	-
Serviços especializados	189	204
Outros serviços de terceiros	238	222
	715	458

## Nota 17 - Transacções realizadas com entidades em relação de domínio, ou que sejam filiais da mesma empresa-mãe

	milhares €	
	2007	2006
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades	5	-
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos	(70)	-
<b>Gastos gerais administrativos</b>		
Rendas e alugueres	(14)	(7)
Seguros	(185)	-
Outros serviços de terceiros	(181)	(195)
	(445)	(202)

## Nota 18 - Passivos contingentes

Não são conhecidos passivos contingentes à data de 31 de Dezembro de 2007.

## Nota 19 - Acontecimentos após a data do balanço

Até à presente data não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras em referência à data de 31 de Dezembro de 2007.

## Balanço Consolidado (BPN - SGPS, S.A.)

milhares €

	Notas	31.12.07		31.12.06	
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	518.875	-	518.875	351.980
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	221.423	-	221.423	531.266
Activos financeiros detidos para negociação	9	126.689	-	126.689	146.065
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	10	13.653	-	13.653	2.913
Activos financeiros disponíveis para venda	11,28	542.799	541	542.258	658.418
Aplicações em instituições de crédito	12,28	208.620	-	208.620	224.356
Crédito a Clientes	13,28	5.798.283	140.910	5.657.373	4.769.635
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura	14	115	-	115	79
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento	15	18.493	-	18.493	-
Outros activos tangíveis	16	178.703	72.151	106.552	87.192
Activos intangíveis	17	63.412	21.072	42.340	27.682
Investimentos em associadas	18	166.063	-	166.063	153.626
Activos por impostos correntes	19	8.549	-	8.549	1.362
Activos por impostos diferidos	19	17.845	-	17.845	13.991
Provisões técnicas de resseguros cedido	20	22.109	-	22.109	18.644
Outros activos	21,28				
Devedores por seguro directo e resseguro		23.378	1.691	21.687	16.995
Outros		343.755	11.025	332.730	221.813
<b>Total de Activo</b>		<b>8.272.764</b>	<b>247.390</b>	<b>8.025.374</b>	<b>7.226.017</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	22			181.145	77
Passivos financeiros detidos para negociação	9			22.675	27.768
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	23			-	535
Recursos de outras instituições de crédito	24			648.201	556.672
Recursos de clientes e outros empréstimos	25			4.786.549	4.107.530
Responsabilidades representadas por títulos	26			236.533	250.835
Passivos financeiros associados a activos transferidos	27			570.753	565.279
Derivados de cobertura	14			1.295	394
Passivos não correntes detidos para venda				-	-
Provisões	28			4.073	1.813
Provisões técnicas				173.701	167.664
Passivos por impostos correntes	19			12.821	14.923
Passivos por impostos diferidos	19			2.446	3.516
Instrumentos representativos de capital				-	-
Outros passivos subordinados	29			150.465	150.000
Outros passivos	30				
Credores por seguro directo e resseguro				338.666	339.306
Outros passivos				419.848	593.546
<b>Total de Passivo</b>				<b>7.549.171</b>	<b>6.779.858</b>
<b>Capital Próprio</b>					
Capital	31			360.000	360.000
Prémios de emissão				-	-
Outros instrumentos de capital				-	-
Acções próprias				-	-
Outras reservas e resultados transitados	31			39.343	12.649
Reservas de conversão cambial				2.871	2.492
Resultado líquido do exercício	43			56.752	65.316
Dividendos antecipados				-	-
Interesses minoritários	31			17.237	5.702
<b>Total de Capital Próprio</b>				<b>476.203</b>	<b>446.159</b>
<b>Total de Passivo e de Capital Próprio</b>				<b>8.025.374</b>	<b>7.226.017</b>

## Demonstração dos Resultados Consolidados (BPN - SGPS, S.A.)

milhares €

	Notas	31.12.07	31.12.06
		Valor líquido	Valor líquido
Juros e rendimentos similares		455.629	331.915
Juros e encargos similares		267.364	168.053
<b>Margem financeira</b>	33	<b>188.265</b>	<b>163.862</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	34	3.561	725
Rendimentos de serviços e comissões	35	82.955	73.368
Encargos com serviços e comissões	35	36.087	30.097
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	36	13.874	23.049
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36	511	2.800
Resultados de reavaliação cambial	36	3.375	2.927
Resultados de alienação de outros activos	36	3.727	2.591
Prémios líquidos de resseguro	37	115.674	117.573
Custos com sinistros líquidos de resseguro	37	75.599	83.959
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	37	(1.280)	6.118
Outros resultados de exploração	38	32.514	56.543
<b>Produto da actividade</b>		<b>334.050</b>	<b>323.264</b>
Custos com pessoal	39	109.942	99.766
Gastos gerais administrativos	40	97.589	88.093
Amortizações do exercício	16,17	18.643	19.595
<b>Custos operacionais</b>		<b>226.174</b>	<b>207.454</b>
Provisões líquidas de reposições e anulações	41	(827)	(5.342)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações	41	(27.471)	(32.625)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	41	(759)	703
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	41	(5.523)	(1.358)
<b>Resultado operacional</b>		<b>73.296</b>	<b>77.188</b>
Diferenças de consolidação negativas		-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	42	6.334	8.711
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>79.630</b>	<b>85.899</b>
Impostos			
Correntes	19	19.362	26.799
Diferidos	19	(654)	(6.384)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>60.922</b>	<b>65.484</b>
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses minoritários		4.170	168
<b>Resultado líquido do exercício</b>	43	<b>56.752</b>	<b>65.316</b>
<b>Resultado por acção (euros)</b>			
Básico		0,16	0,23
Diluído		0,16	0,23

## Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados

milhares €

	31.12.07	31.12.06
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais:</b>		
Juros e comissões recebidas	524.094	639.635
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	25.463	-
Pagamento de juros e comissões	(293.173)	(352.562)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(223.943)	(213.741)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	55.795	44.471
Recuperação de créditos incobráveis	268	352
Prémios e custos com sinistros, líquidos de resseguro	39.457	43.002
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais</b>	<b>127.960</b>	<b>161.157</b>
<b>(Aumentos) Diminuições dos activos operacionais</b>		
Aplicações em instituições de crédito	(142.845)	(397.620)
Activos financeiros detidos para negociação	10.453	(42.929)
Créditos a clientes	(910.572)	(532.954)
Activos ao justo valor por resultados	(14.314)	(9.708)
Derivados de cobertura	1.304	(269)
Activos não correntes detidos para venda	(25.186)	95
Outros activos	(110.080)	(62.734)
<b>Fluxo dos activos operacionais</b>	<b>(1.191.240)</b>	<b>(1.046.119)</b>
<b>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de bancos centrais	181.062	-
Recursos de instituições de crédito	91.258	10.925
Recursos de clientes e outros empréstimos	678.539	104.179
Passivos financeiros detidos para negociação	1.418	(11.818)
Outros passivos	(188.864)	902.402
<b>Fluxo dos passivos operacionais</b>	<b>763.414</b>	<b>1.005.687</b>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(299.866)	120.725
Impostos pagos	(27.129)	(15.686)
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>(326.996)</b>	<b>105.039</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento:</b>		
Dividendos recebidos	2.918	717
Aquisição de activos disponíveis para venda	(313.236)	(285.578)
Alienação de activos disponíveis para venda	405.376	69.267
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(95.544)	(27.054)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	72.472	3.553
Aquisições/ alienações de propriedades de investimento	(97)	-
Investimentos em empresas filiais e associadas	(577)	(23.055)
Outros recebimentos/ pagamentos	36	29
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>71.347</b>	<b>(262.121)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento:</b>		
Aumento de capital	7.000	80.308
Dividendos pagos	(29.159)	(25.123)
Emissão de dívida titulada e subordinada	(13.123)	211.642
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(5.282)	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(8.739)	-
Amortização de contratos de locação financeira	(208)	(237)
Juros e custos similares	(133)	(1.414)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>(49.644)</b>	<b>265.176</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(305.293)</b>	<b>108.094</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>	<b>616.157</b>	<b>508.063</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>	<b>310.864</b>	<b>616.157</b>
<b>Caixa e Equivalentes engloba:</b>		
Caixa (Nota 7)	89.441	84.891
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito (Nota 8)	221.423	531.266
<b>Total</b>	<b>310.864</b>	<b>616.157</b>

A rubrica "Caixa e seus Equivalentes" não inclui os saldos contabilísticos credores das contas de Depósito à Ordem junto de Instituições de Crédito (I.C.'s), nem os depósitos de natureza obrigatória, realizados junto de Bancos Centrais. Os valores referentes ao exercício de 2006, foram reexpressos por forma a existir a mesma base comparativa. Assim, os fluxos respeitantes aos saldos credores junto de I.C.'s (descobertos em depósitos à ordem), considerados como parte integrante de "Caixa e seus Equivalentes", no exercício de 2006, foram reclassificados para a rubrica "Recursos de Instituições de Crédito". No que se refere aos fluxos de caixa inerentes aos depósitos de carácter obrigatório, foram reclassificados para a rubrica "Aplicações em Instituições de Crédito", em ambos os exercícios.

## Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	milhares €								
	Capital	Reserva Legal	Reservas de Justo Valor	Resultados Transitados	Outras Reservas	Res. Conv. Cambial	Resultado do Exercício	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>280.000</b>	<b>2.419</b>	<b>2.177</b>	<b>1.973</b>	<b>4.394</b>	<b>1.859</b>	<b>47.527</b>	<b>5.127</b>	<b>345.476</b>
Ajustamentos no Capital Próprio:									-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto			(5.327)						(5.327)
Diferenças de câmbio						633		-	633
Resultado líquido do exercício							65.316	(114)	65.202
Outras variações de reservas					(15.514)			689	(14.825)
Aumento de capital	80.000								80.000
Constituição de reservas		1.292		6.545	39.690		(47.527)		-
Dividendos				(7.000)	(18.000)				(25.000)
Variações de acções próprias									-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>360.000</b>	<b>3.711</b>	<b>(3.150)</b>	<b>1.518</b>	<b>10.570</b>	<b>2.492</b>	<b>65.316</b>	<b>5.702</b>	<b>446.159</b>
Ajustamentos no Capital Próprio:									-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto			(3.150)						(3.150)
Diferenças de câmbio						379		287	666
Resultado líquido do exercício							56.752	4.170	60.922
Outras variações de reservas					(6.472)			7.079	606
Constituição de reservas		1.624			34.692		(36.316)		-
Dividendos							(29.000)		(29.000)
Variação de acções próprias									-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>360.000</b>	<b>5.335</b>	<b>(6.300)</b>	<b>1.518</b>	<b>38.790</b>	<b>2.871</b>	<b>56.752</b>	<b>17.237</b>	<b>476.203</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

### Nota 1. Nota Introdutória

O BPN - SGPS, S.A. (BPN - SGPS ou Sociedade) é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 27 de Outubro de 1999, tendo por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividade económica, conforme definido legalmente. A actividade do BPN - SGPS, S.A. está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

A sociedade BPN - SGPS é a holding financeira do Grupo SLN - Sociedade Lusa de Negócios, S.A. e detém, essencialmente, participações financeiras em sociedades que desenvolvem actividade nas áreas bancária e seguradora. Durante o exercício de 2007, as alterações mais significativas ao nível da estrutura do Grupo, foram:

Empresa	Aquisição	Alienação	% Transaccionada
ALCLeasing	X		36,00%
BPN Acções Europa	X		21,46%
BPN Acções Global	X		28,19%
BPN Taxa Fixa Euro	X		30,98%
BPN Valorização Patrimonial	X		25,72%
Bypass, S.A.		X	45,00%
Inaveste	X		80,00%
Mercapital (constituição)	X		50,00%
Mexcor - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.		X	70,00%
Nacional	X		40,00%
Nseguros (constituição)	X		100,00%
Palazzo (constituição)	X		60,00%
Solução - Corretora, S.A.	X		69,93%
Taseguro	X		80,00%
Unimed, ACE	X		100,00%

Em 31 de Dezembro de 2007, as sociedades que integram o perímetro de consolidação do Grupo BPN são:

Empresa	Ano Constituição	Ano Aquisição	Sede	Actividade	Participação	Método Consolidação
African Leasing Company, S.A.R.L.	1995	2007	Moçambique	Locação Financeira	35,93%	Eq. Patrimonial
Avipronto	1992	2000	Portugal	Comércio e Criação de Aves	24,71%	Eq. Patrimonial
AVS - Consultadoria e Gestão, Lda	2002	2004	Portugal	Consultadoria e Gestão Financeira	60,30%	Integral
AVS - Corretores de Seguros	1992	2004	Portugal	Mediação Seguros	67,00%	Integral
Banco Efisa	1994	2002	Portugal	Banca Investimento	99,80%	Integral
BIZ Service, Ltda	2005	2005	Brasil	Tecnologia em Meios de Pagamento	99,80%	Integral
BPN - IFI, S.A.	2006	2006	Cabo Verde	Banca Comercial	99,80%	Integral
BPN Acções Europa	2006	2007	Portugal	Fundo Investimento Mobiliário	21,28%	Eq. Patrimonial
BPN Acções Global	2007	2007	Portugal	Fundo Investimento Mobiliário	28,07%	Eq. Patrimonial
BPN Imoglobal	2001	2001	Portugal	Fundo Investimento Imobiliário	30,15%	Eq. Patrimonial
BPN Imoreal	2002	2002	Portugal	Fundo Investimento Imobiliário	44,15%	Eq. Patrimonial
BPN Taxa Fixa Euro	2006	2007	Portugal	Fundo Investimento Mobiliário	30,73%	Eq. Patrimonial
BPN Valorização Patrimonial	1999	2007	Portugal	Fundo Investimento Mobiliário	25,52%	Eq. Patrimonial
BPN, ACE	2002	2002	Portugal	Prestação Serviços Auxiliares	98,54%	Integral
BPN, Brasil	1967	2003	Brasil	Banca Comercial	79,84%	Integral
BPN, Cayman	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca Comercial	99,80%	Integral
BPN, Crédito IFIC	2003	2003	Portugal	Crédito Especializado	99,80%	Integral
BPN, Crédito Brasil	2002	2002	Brasil	Crédito Especializado	99,80%	Integral
BPN, Gestão Activos	1991	1998	Portugal	Gestão de Activos	99,80%	Integral
BPN, Imofundos	1999	1999	Portugal	Gestão Fundos Investimento	99,80%	Integral
BPN, Internacional	1999	1999	Portugal (Madeira)	Gestão de Participações Sociais	99,80%	Integral
BPN, Madeira	2003	2003	Portugal (Madeira)	Banca Comercial	99,80%	Integral
BPN, Participações Brasil	2002	2003	Brasil	Gestão de Participações Sociais	79,84%	Integral
BPN, Participações Financeiras, SGPS	1999	1999	Brasil	Gestão de Participações Sociais	99,80%	Integral
BPN, S.A.	1993	1993	Portugal	Banca Comercial	100,00%	Integral
BPN, SGPS	1999	1999	Portugal	Gestão de Participações Sociais	100,00%	Integral
Calzeus	1994	2007	Portugal	Comércio e Produção de Vestuário e Calçado	89,73%	Integral
Coseal, Lda	1984	2005	Portugal	Mediação Seguros	65,26%	Integral
Fincor	1994	2002	Portugal	Corretagem	80,00%	Integral
FIQ - Fundo Investimento Qualificado	2003	2003	Portugal	Fundo Capital de Risco	29,94%	Eq. Patrimonial
Inaveste - Mediadora de Seguros, S.A.	1982	2007	Portugal	Mediação Seguros	62,16%	Integral
Mercapital	2007	2007	Portugal	Fundo Investimento Imobiliário	50,00%	Integral
Nacional - Mediadora de Seguros, Lda	1980	2007	Portugal	Mediação Seguros	31,08%	Eq. Patrimonial
Nossa	2004	2004	Angola	Seguradora	38,02%	Eq. Patrimonial
Nseguros	2007	2007	Portugal	Seguradora	96,55%	Integral
Palazzo	2007	2007	Portugal	Fundo Investimento Imobiliário	57,93%	Integral
Portucale Corretora de Seguros, Ltda	2005	2005	Brasil	Mediação Seguros	78,42%	Integral
Real Seguros	1989	1999	Portugal	Seguradora	96,55%	Integral
Real Vida Seguros	1988	1999	Portugal	Seguradora	100,00%	Integral
Rentilusa	2002	2002	Portugal	Aluguer Operacional de Veiculos	100,00%	Integral
Solução - Corretores e Cons. Seguros, S.A.	1957	2007	Portugal	Mediação Seguros	77,70%	Integral
Taseguro - Mediadora de Seguros, Lda	1996	2007	Portugal	Mediação Seguros	62,16%	Integral

### Nota 2. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS). As normas que não estão divulgadas não são aplicáveis.

### Nota 3. Bases de Apresentação, Comparabilidade da Informação, Princípios de Consolidação e Políticas Contabilísticas

Foram recentemente emitidas e adoptadas pela União Europeia, através de Regulamentos Comunitários, algumas normas contabilísticas, interpretações e alterações às normas já existentes, mas que o Grupo, quando aplicáveis, ainda não seguiu na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de Dezembro de 2007, pelo facto de não se encontrarem em vigor ou de não ser obrigatória a sua aplicação no exercício de 2007. As normas em causa são:

- Regulamento (CE) n.º 611/2007 de 1 de Junho de 2007

Publicação da Interpretação IFRIC 11 - "Transacções Intragrupo e de Acções Próprias" Âmbito da IFRS 2" que deve ser aplicada, o mais tardar, a partir da data de início do exercício financeiro de 2009.

- Regulamento (CE) n.º 1358/2007 de 21 de Novembro de 2007

Adopção da norma IFRS 8 - "Segmentos Operacionais". Esta Norma é aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2009.

Por outro lado, foram já emitidas pelo IASB e IFRIC, mas ainda não adoptadas pela UE, as seguintes normas e interpretações: IFRIC 12 - "Service Concession Arrangements" com data de eficácia de 1 de Janeiro de 2008, IFRIC 13 - "Customer Loyalty Programmes" com data de eficácia de 1 de Julho de 2008, e IFRIC 14 - "IAS 19 - The Limit on a Defined Benefit Asset, Minimum Funding Requirements and their Interaction" com data de eficácia de 1 de Janeiro de 2008.

Contudo, o impacto, razoavelmente calculável, destas normas e interpretações no Grupo não será material.

#### 3.1 - Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras individuais do BPN, SGPS, S.A., das suas subsidiárias e associadas, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos, que são processados em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos nos Planos de Contas emitidos pelas respectivas autoridades de supervisão.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto -Lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BPN SGPS, são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), a partir do exercício de 2006. Neste sentido, estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração preconizado pelas IFRS e vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Reporting Interpretation Comitee (IFRIC)* e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BPN SGPS estão expressas em milhares de euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, designadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que o Grupo exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas, com eventual impacto sobre as actuais estimativas e nos montantes de proveitos, custos, activos e passivos. As áreas que envolvem uma maior grau de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas na **Nota 4**.

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Grupo adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como a IAS 1 (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras - Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração em 7 de Abril de 2008.

#### 3.2 - Comparabilidade da Informação

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2006.

### 3.3 - Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BPN SGPS apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da Empresa-Mãe e das suas subsidiárias e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

Procedeu-se à uniformização das políticas contabilísticas de base, observada pelas entidades consolidantes, sempre que tal foi considerado necessário, aplicável ou materialmente relevante.

#### Entidades Subsidiárias

São consideradas subsidiárias as entidades sobre as quais o Grupo exerce controlo. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto de uma entidade ou possuindo uma percentagem sobre os seus capitais próprios inferior a 50%, detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional da entidade, de modo a obter benefícios das suas actividades. As entidades subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária, atribuíveis aos interesses minoritários, excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos contabilizados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

#### Entidades Associadas

São consideradas associadas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, poderá ainda exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver pagamentos em nome da associada.

#### Diferenças de Consolidação

As diferenças de consolidação negativas (*goodwill* positivo) resultantes das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2005 encontram-se deduzidas aos capitais próprios.

O Grupo contabiliza as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2005 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos adicionado de quaisquer custos atribuíveis à aquisição.

As diferenças de consolidação representam a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

De acordo com a IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais, o *goodwill* positivo é reconhecido no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado. O valor recuperável do *goodwill* reconhecido no activo é revisto anualmente, independentemente dos sinais de imparidade, conforme previsto na IAS 36 - Imparidade de Activos.

No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método de equivalência patrimonial.

As diferenças de consolidação positivas (*goodwill* negativo ou *badwill*) são reconhecidas directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

#### Entidades de Finalidades Especiais (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial ("SPE's"), com o principal objectivo de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indica que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 - Consolidação de Entidades de Finalidades Especiais, nomeadamente:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O Grupo tem direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade e;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

#### Participações Financeiras em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico principal onde essas subsidiárias e associadas operam.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, uma vez que esta é a moeda funcional da SLN.

As demonstrações financeiras de empresas filiais e associadas, expressas em moeda estrangeira, são precedidas da sua conversão para euros com base no câmbio de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do período em que são reconhecidos;
- As diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda da alienação.

#### Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção do Grupo nas mesmas.

### 3.4 - Políticas Contabilísticas

#### 3.4.1 Conversão cambial

Nas empresas cuja moeda de relato é o Euro, as transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

#### 3.4.2 Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema "multi-currency", isto é, nas respectivas moedas de denominação. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas, são convertidos mensalmente, com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal para o último dia útil do mês.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

##### *Posição cambial à vista*

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e dos passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

##### *Posição cambial a prazo*

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações ("Currency forwards") são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os respectivos contravalores às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

### 3.4.3 Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação ("trade date"), excepto se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

A mensuração inicial dos activos e passivos financeiros é efectuada e reconhecida ao justo valor, acrescida aos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, excepto para os activos e passivos ao justo valor por via de resultados, em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não existe relacionamento entre elas.

O justo valor corresponde ao seu valor de mercado, quando existe mercado activo ou, na ausência deste, é determinado tendo por base métodos e técnicas de avaliação. Estes métodos têm subjacentes cálculos matemáticos, baseados em teorias financeiras reconhecidas ou preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

#### Activos e passivos financeiros de negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou de recompra no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado, excepto no caso em que o derivado seja um instrumento de cobertura e eficaz, são classificados como de negociação.

Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados (justo valor através de resultados) e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados.

Estas rubricas incluem:

- Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos, incluindo posições longas (título comprados) ou curtas (títulos vendidos a descoberto) e derivados adquiridos pelo Grupo para venda ou recompra num prazo muito próximo;
- Títulos afectos às carteiras de seguros de capitalização;
- Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos e em que o Grupo tenha optado, na data da escrituração, por registar e avaliar o justo valor através de resultados.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são aqueles activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. A mensuração inicial de um activo financeiro detido para venda é efectuada pelo seu justo valor, adicionado dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição. A mensuração subsequente destes activos é igualmente ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas (excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários), até que os activos sejam desreconhecidos (vendidos) ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais contabilizados em reservas é transferido para resultados.

Esta rubrica inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) do activo, esta é incluída no cálculo da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente dividendos no caso de acções, são contabilizados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveito no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

À data de cada balanço é efectuada uma avaliação para verificar a evidência objectiva da existência (ou não) de imparidade dos activos financeiros. Em caso positivo de evidência de imparidade, a perda acumulada contabilizada nas reservas é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados para um investimento num instrumento de capital próprio (títulos de rendimento variável) classificado como disponível para venda não podem ser revertidas, por via dos resultados.

As perdas de imparidade reconhecidas por títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso exista uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido subsequentemente à determinação da imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas num instrumento de capital próprio não cotado que não seja escriturado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser fiavelmente mensurado não devem ser revertidas.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são reconhecidas em outras reservas. As variações cambiais dos restantes títulos são contabilizadas em resultados.

#### **Depósitos e outros recursos**

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Nesta categoria estão incluídos os seguros de capitalização do ramo Vida sem participação discricionária de resultados.

#### **Contabilidade de Cobertura**

São realizadas operações de derivados de cobertura de riscos de taxa de juro para cobertura de activos e passivos financeiros individualmente identificados (p.e. empréstimos).

Uma relação de cobertura existe quando:

i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;

ii) Se espera que a cobertura seja altamente eficaz;

iii) A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e

v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

De acordo com a IAS 39, para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efectividade. Deste modo, o Grupo testa a eficácia da cobertura, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se entre os 80% e 125%. Quando a efectividade está fora do intervalo referido, a contabilidade de cobertura é descontinuada, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação. Os testes à eficácia das coberturas são devidamente documentados no final de cada mês, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas.

#### **Cobertura de Justo Valor**

As variações do justo valor dos activos que se qualifiquem e classifiquem como de justo valor são reconhecidas em resultados, em conjugação com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que é referente ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou o passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

#### **Cobertura de Fluxos de Caixa**

A porção do ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura que seja determinado como uma cobertura eficaz e que se qualifique como cobertura de fluxos de caixa, é reconhecida directamente em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela ineficaz da relação de cobertura são reconhecidos em resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. No entanto, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado contabilizado em capitais próprios na data mantém-se nessa rubrica, até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

## Derivados Embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

### 3.4.4 Créditos a clientes

O crédito a clientes inclui os créditos concedidos pelo Grupo a Clientes e Instituições de Crédito, que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não exista intenção de venda.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando: (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo dos activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido, no momento inicial, ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção (comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito). Subsequentemente, o crédito é valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo deduzidas perdas de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Grupo avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

O Grupo utiliza, conforme previsto pela IAS 39, dois métodos de cálculo das perdas de imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva.

#### *(i) Análise Individual*

A avaliação da existência de perdas de imparidade a nível individual é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência da evidência objectiva de imparidade. Nesta avaliação são considerados diversos factores, nomeadamente:

- A exposição de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços de dívida futuros;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa do *'rating'* do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através de comparação do valor actual dos *'cash flows'* futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas contabilizadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das provisões por perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos *'cash flows'* futuros esperados de um crédito com garantias reais, considera os *'cash flows'* que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito idêntico, as quais são avaliadas colectivamente.

#### *(ii) Análise Colectiva*

No processo de análise de imparidade numa base colectiva os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo, de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda de imparidade de 100%, este é abatido ao activo. As recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

### 3.4.5 Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo, na sua mensuração inicial, são contabilisticamente relevados pelo modelo do custo (custo de aquisição incluindo custos directamente atribuíveis).

O Grupo optou pela aplicação da regra geral definida na IAS 16, em que os activos fixos tangíveis, na sua mensuração subsequente, são escriturados pelo seu custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimada do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil	
Imóveis	20 a 50
Obras em Edifícios Próprios	20 a 50
Obras em Edifícios Arrendados	10 a 20
Equipamentos	4 a 10
Outras Imobilizações Corpóreas	10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios arrendados, são amortizadas em prazo compatível com a sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os terrenos não são amortizados.

Os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2005 foram registados, conforme previsto na IFRS 1, pelo valor contabilístico na data de transição para as IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços e por reavaliações económicas.

### 3.4.6 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de crédito vencido são registados na rubrica de Outros Activos, uma vez que nem sempre se encontram em condições de venda imediata e o prazo de detenção destes activos pode ser superior a um ano. Estes activos são reconhecidos pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores de dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Sempre que o valor presumível de realização destes imóveis, apurado através de avaliações (líquido de custo de venda) periódicas, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são reconhecidas em resultados perdas por imparidade.

### 3.4.7 Activos intangíveis

Os activos intangíveis correspondem essencialmente a despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como custos de software adquirido, em qualquer das situações quando se espera que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três anos.

Todas as despesas referentes a emolumentos notariais, de registo de aumentos de capital e de arranque ("start up costs"); formação de pessoal; publicidade e actividades promocionais, por não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos na IAS 38 - Activos Intangíveis, não foram reconhecidos no balanço, sendo ajustados para a rubrica de outras reservas e resultados transitados (momento de transição) e para resultados (no exercício).

### 3.4.8 Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os requisitos definidos na IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

#### *Locações Operacionais*

##### Grupo como locatário

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos no período a que dizem respeito.

##### Grupo como locador

Os activos que tenham sido adquiridos para a realização de operações de locação operacional são registados na conta de Activos tangíveis, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito no Nota 3.4.5.

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de Outros Activos, por contrapartida de proveitos do exercício. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento do locador.

#### *Locações Financeiras*

##### Grupo como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito no Nota 3.4.5.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

##### Grupo como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

#### **3.4.9 Factoring**

Os activos decorrentes das operações de factoring contratadas com recurso são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos efectuados por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes das operações de factoring, contratadas sem recurso, são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o reconhecimento de um passivo na rubrica de Credores por operações de factoring. Esta rubrica é debitada pelas entregas efectuadas aos aderentes, por conta do contrato.

O valor das facturas tomadas com recurso, ao abrigo de contratos de factoring, que não foram objecto de adiantamento ao aderente são registadas na rubrica extrapatrimonial. A regularização do saldo desta rubrica ocorrerá à medida que tais facturas forem liquidadas.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registadas como elemento extrapatrimonial.

#### **3.4.10 Benefícios aos empregados**

##### **Pensões**

Até 31 de Dezembro de 1997, as entidades financeiras do Grupo, não eram subscritoras do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário. Os seus colaboradores, encontravam-se então, enquadrados no sistema de reformas da Segurança Social (S.S.). No decurso do ano de 1998, determinadas entidades financeiras do Grupo, celebraram com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro, Sul e Ilhas e Quadros e Técnicos Bancários, os acordos de adesão ao ACTV vigente. Estes acordos prevêem que sejam asseguradas as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência e demais benefícios dele decorrentes, relativamente aos colaboradores abrangidos pelo referido acordo, com efeito imediato a partir da data mencionada. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma, então assumidas, foi constituído o Fundo de Pensões, das subsidiárias do sector financeiro do Grupo, encontrando-se a sua gestão, a cargo da Companhia de Seguros, Real Vida Seguros, S.A. (entidade subsidiária do Grupo).

A Real Vida Seguros e Real Seguros (entidades subsidiárias do Grupo) dispõem igualmente de Fundo de Pensões, enquadrado nos termos do Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora. As suas características principais, são idênticas às do sector financeiro, destacando-se contudo, o facto de assegurarem exclusivamente o pagamento de pensões por velhice e invalidez.

O Plano de Pensões existente no Grupo, corresponde a um plano de benefícios definido, dado que se encontram estabelecidos os critérios de determinação do valor da pensão que o colaborador receberá no decurso da sua reforma. Este encontra-se dependente de múltiplos factores, tais como e entre outros: a idade, os anos de serviço e o valor da retribuição mensal. O Plano é substitutivo da S.S. e totalmente independente da mesma, para todos os empregados que efectuam descontos para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS), assumindo carácter complementar e dependente em relação aos benefícios do regime público, para os restantes colaboradores.

O Grupo BPN SGPS, determina anualmente o valor das responsabilidades com serviços passados através de cálculos actuariais pelo Método de "Crédito da Unidade Projectada" (Project Unit Credit), no que se refere às responsabilidades com serviços passados por velhice e Método de "Prémios Únicos Puros de Rendas Vitalícias Reversíveis e Não Reversíveis", para o cálculo dos benefícios de invalidez e sobrevivência, respectivamente. Estes cálculos são realizados individualmente para cada plano, sendo objecto de revisão por parte de Actuários independentes. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço, para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes de alterações de pressupostos actuariais e de diferenças entre os pressupostos financeiros e actuariais aplicados e os efectivamente verificados, são reconhecidos como um activo ou um passivo, sendo o seu valor acumulado imputado a resultados com base no Método do "Corredor".

O referido método, determina que os ganhos e perdas actuariais diferidos, acumulados no início do ano, que excedam os 10% do maior montante entre o Total das Responsabilidades e do Valor do Fundo, igualmente reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados, durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente, dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Grupo reconhece como custo, um valor total líquido composto por: o efeito das reformas antecipadas, que inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados; uma parte dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no Método do "Corredor"; o rendimento esperado dos activos do plano e o custo dos juros e do serviço corrente.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões, são integralmente reconhecidos como custo, no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período até estes assumirem tal condição. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevado como custo, encontra-se registado na rubrica "Outros Activos".

Efectuam-se entregas monetárias aos fundos, de acordo com o regime de financiamento determinado pelo Banco de Portugal (BdP), no Aviso N.º 4 / 2005, materializando-se: no financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actual das responsabilidades por serviços passados dos colaboradores no activo e no financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento.

Nas Demonstrações Financeiras do Grupo, o valor das Responsabilidades com Serviços Passados por Pensões de Reforma, Líquido do Valor do Fundo de Pensões, encontra-se contabilizado na rubrica "Outros Passivos".

Os resultados consolidados do Grupo, incluem os seguintes custos, no que se refere a pensões de reforma e sobrevivência:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- rendimento esperado dos fundos de pensões;
- custos com acréscimos de desvíos actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor;
- custos resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões;
- Outros.

#### **Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores do sector bancário é garantida pelo Grupo, a assistência médica, através do SAMS, que se constitui como uma entidade autónoma, sendo gerida pelo respectivo Sindicato.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, em conformidade com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Grupo, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de Férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e reconhecimento das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma, é efectuado de forma similar às das responsabilidades com pensões.

#### **Prémios de Antiguidade**

As Instituições Financeiras do Grupo, que aderiram ao ACTV, assumem o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva, no ano da atribuição.

Apesar de contemplados na IAS 19, como devendo ser considerados nas responsabilidades abrangidas pelo Fundo de Pensões, como benefícios de longo prazo, a legislação portuguesa é omissa, no que se refere a estes suportes financeiros de benefícios concedidos durante a vida activa dos participantes, contudo o Grupo procede à sua contabilização de acordo com a referida norma.

É determinado anualmente o valor actual dos benefícios com Prémios de Antiguidade, recorrendo ao Cálculo Actuarial, concretamente ao Método de "Crédito da Unidade Projectada" (*Project Unit Credit*). Os pressupostos actuariais utilizados, baseiam-se em expectativas futuras de aumentos salariais, nas promoções obrigatórias até ao nível 10 do ACTV e em tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas do Grupo. A taxa de desconto é determinada de igual modo, à associada ao valor das Responsabilidade com Serviços Passados.

O aumento das responsabilidades com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido anualmente em resultados.

## Remunerações variáveis aos empregados

Em conformidade com as disposições estatutárias de determinadas entidades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral, a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (prémios ou bónus), de acordo com proposta realizada pelo respectivo Conselho de Administração.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam, conforme previsto na IAS 1.

### 3.4.11 Provisões técnicas

O Grupo comercializa seguros do ramo vida, nas modalidades de risco, tipo universal life e de capitalização, através da sua subsidiária Real Vida. Os seguros de capitalização sem participação discricionária de resultados são reconhecidos, de acordo com o definido pela IAS 39, e incluídos na rubrica de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos. Os restantes seguros, incluindo os de capitalização com participação discricionária de resultados, são contabilizados nos termos da IFRS 4 - Contratos de Seguros, na rubrica de Provisões Técnicas.

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida e Real representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as bases técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;
- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;
- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

### 3.4.12 Provisões para outros riscos e encargos

Esta rubrica inclui as provisões para fazer face a obrigações presentes, resultantes de eventos passados, das quais se esperam a saída de benefícios económicos para liquidar a obrigação, sendo possível estimar, de forma viável, o seu montante.

Estas obrigações, regra geral, assumem a natureza de contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes das actividades do Grupo.

### 3.4.13 Impostos sobre o Rendimento

Todas as empresas do Grupo BPN SGPS são tributadas individualmente.

O BPN, SGPS, S.A., as subsidiárias e associadas com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). No entanto, a SLN - Madeira, SGPS, S.A., a BPN - Madeira, SGPS, S.A., e a Sucursal Financeira Exterior do BPN, S.A., sediadas na Zona Franca da Madeira, beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto - Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, para o período a que se reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros aos quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios.

Os lucros distribuídos ao BPN, SGPS, S.A. por empresas subsidiárias ou associadas localizadas no território nacional não são tributados na esfera deste, em virtude da aplicação do regime previsto no artigo 46.º do CIRC, que prevê a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos.

O Banco de Portugal alterou as regras contabilísticas relativas à preparação das demonstrações financeiras individuais, que são as contas relevantes para efeitos fiscais. A partir de 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras individuais das participadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal. Desta forma, o cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as novas regras contabilísticas foram baseadas em pressupostos, os quais podem ou não vir a ser confirmados pelas autoridades fiscais no futuro.

#### 3.4.14 Fundo de garantia de depósito

Conforme previsto no Decreto - Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito, ficando ainda definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes, do qual o BPN, S.A. e o Banco EFISA fazem parte integrante.

As contribuições iniciais, efectuadas no final de 1994, foram amortizadas em 5 anos, com início no exercício de 1995, por contrapartida de resultados e de acordo com o método das quotas constantes.

Relativamente aos anos de 1995 e seguintes, é fixado anualmente o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no Aviso n.º 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal. As contribuições anuais são divididas em duas componentes: uma primeira, efectivamente paga e reconhecida como custo do exercício a que diz respeito (em 2007 esta componente foi de 85%), e o restante relevado em contas extrapatrimoniais como compromissos irrevogáveis.

#### 3.4.15 Sistema de indemnizações aos investidores

Conforme previsto no Decreto - Lei n.º 222/99 de 22 de Junho, foi criado o Sistema de indemnização aos investidores, destinado a garantir a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo a Instituição, como entidade participante no sistema, em consequência de incapacidade financeira para reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta pela Instituição.

Durante o exercício de 2007, por decisão da respectiva entidade, não houve qualquer contribuição para o Sistema de Indemnização aos investidores.

#### 3.4.16 Propriedades de Investimento

São classificados como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transacção que lhes sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, o qual reflecte as condições de mercado à data de balanço.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento só são reconhecidos no activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

### **Nota 4. Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras**

Os juízos de valor que a administração fez na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo, incluindo os principais pressupostos relativos ao futuro e outras principais fontes de incerteza das estimativas, que têm efeitos significativos nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras ou que tenham riscos significativos de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o próximo ano financeiro, estão divulgados em cada um dos pontos contidos na Nota 3 que resume as políticas contabilísticas.

O Grupo aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transacção, acontecimento ou condição. Na ausência de uma norma ou interpretação específica, a administração fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com o objectivo de que a informação daí resultante seja relevante para a tomada de decisões económicas por parte de utentes e que seja fiável de tal modo que as presentes demonstrações financeiras: (i) representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo; (ii) reflectam a substância económica de transacções, acontecimentos e condições e não meramente a respectiva forma legal; (iii) sejam neutras; (iv) sejam prudentes; e (v) sejam completas em todos os aspectos materiais.

## Nota 5 - Relato por segmentos

O Grupo adopta como formato principal de relato, o Relato por Segmento de Negócios e o secundário o Relato por Área Geográfica.

### Nota 5.1 - Informação por segmentos de linhas de negócios

Em 31 de Dezembro de 2007, a contribuição dos principais segmentos de negócio apresentava o seguinte detalhe:

	Banca comercial	Banca Investimento	Gestão de activos	Crédito Especializado	Seguros	Corretagem	Outros	Total
milhares €								
<b>Demonstração dos resultados</b>								
Juros e rendimentos similares	360.433	37.567	1.361	48.480	6.570	5	1.213	455.629
Juros e encargos similares	209.725	23.047	-	30.709	1.959	-	1.924	267.364
Margem financeira	150.708	14.520	1.361	17.771	4.611	5	(711)	188.265
Rendimentos de instrumentos de capital	3.494	67	-	-	-	-	-	3.561
Rendimentos de serviços e comissões	45.533	9.392	14.079	929	8.979	4.043	-	82.955
Encargos com serviços e comissões	18.237	693	112	85	15.353	284	1.323	36.087
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(2.011)	(632)	-	-	16.500	17	-	13.874
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(798)	564	(1)	-	746	-	-	511
Resultados de reavaliação cambial	3.390	35	-	(14)	4	(65)	25	3.375
Resultados de alienação de outros activos	-	3.484	-	-	-	-	243	3.727
Prémios líquidos de resseguro	-	-	-	-	115.674	-	-	115.674
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	-	-	-	75.599	-	-	75.599
Variações provisões técnicas líquidas de resseguro	-	-	-	-	(1.280)	-	-	(1.280)
Outros resultados de exploração	4.751	1.982	(442)	16.116	(8.778)	(76)	18.961	32.514
Produto da actividade	186.830	28.719	14.885	34.717	48.064	3.640	17.195	334.050
Custos com pessoal e FST's	129.015	16.617	4.061	16.274	30.183	2.928	8.453	207.531
Amortizações do exercício	3.892	395	68	4.701	1.076	18	8.493	18.643
Provisões e imparidade	(23.159)	(6.742)	9	(6.779)	2.276	(2)	(183)	(34.580)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	-	-	-	585	6	-	5.743	6.334
Resultado antes de imposto e interesses minoritários	30.764	4.965	10.765	7.548	19.087	692	5.809	79.630
Impostos	7.977	1.436	2.969	2.025	3.481	9	811	18.708
Interesses minoritários	7	444	16	11	270	136	3.286	4.170
Resultado consolidado	22.780	3.085	7.780	5.512	15.336	547	1.712	56.752
<b>Balanço</b>								
Caixa e aplicações em IC's	907.334	19.386	-	482	18.941	223	2.552	948.918
Crédito a clientes	4.519.339	418.818	-	719.216	-	-	-	5.657.373
Activos financeiros	322.006	114.659	208	-	406.813	26	5.066	848.778
Outros activos	206.892	42.444	1.718	75.650	107.939	23.768	111.894	570.305
Total do Activo	5.955.571	595.307	1.926	795.348	533.693	24.017	119.512	8.025.374
Depósitos de Bancos Centrais	180.128	1.017	-	-	-	-	-	181.145
Depósitos de IC's	566.115	52.949	-	10.431	-	-	18.706	648.201
Depósitos de clientes	4.581.382	205.167	-	-	-	-	-	4.786.549
Outros passivos	238.429	292.698	657	710.640	471.699	21.875	197.278	1.933.276
Total do Passivo	5.566.054	551.831	657	721.071	471.699	21.875	215.984	7.549.171
Capital próprio	389.518	43.475	1.269	74.278	61.994	2.141	(96.472)	476.203
Total do Passivo e Capital Próprio	5.955.572	595.306	1.926	795.349	533.693	24.016	119.512	8.025.374

## Nota 5.2 - Informação por segmentos de áreas geográficas

Em 31 de Dezembro de 2007, a contribuição dos principais segmentos geográficos apresentava o seguinte detalhe:

	Portugal	Países da EU	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Resto do Mundo	Total
milhares €									
<b>Demonstração dos resultados</b>									
Juros e rendimentos similares	435.658	4.416	307	-	15.248	-	-	-	455.629
Juros e encargos similares	262.061	1.653	-	-	3.650	-	-	-	267.364
Margem financeira	173.597	2.763	307	-	11.598	-	-	-	188.265
Rendimentos de instrumentos de capital	3.561	-	-	-	-	-	-	-	3.561
Rendimentos de serviços e comissões	77.573	870	-	-	4.512	-	-	-	82.955
Encargos com serviços e comissões	35.475	86	-	-	526	-	-	-	36.087
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	18.372	-	-	-	(4.498)	-	-	-	13.874
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	511	-	-	-	-	-	-	-	511
Resultados de reavaliação cambial	3.336	15	-	-	24	-	-	-	3.375
Resultados de alienação de outros activos	565	-	-	-	3.162	-	-	-	3.727
Prémios líquidos de resseguro	115.674	-	-	-	-	-	-	-	115.674
Custos com sinistros líquidos de resseguro	75.599	-	-	-	-	-	-	-	75.599
Variações provisões técnicas líquidas de resseguro	(1.280)	-	-	-	-	-	-	-	(1.280)
Outros resultados de exploração	30.357	(85)	2.072	-	170	-	-	-	32.514
Produto da actividade	313.752	3.477	2.379	-	14.442	-	-	-	334.050
Custos com pessoal e FST's	193.932	2.665	-	-	10.934	-	-	-	207.531
Amortizações do exercício	17.563	200	-	-	880	-	-	-	18.643
Provisões e imparidade	(31.707)	14	-	-	(2.887)	-	-	-	(34.580)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	6.327	-	-	-	1	-	6	-	6.334
Resultado antes de imposto e interesses minoritários	76.877	626	2.379	-	(258)	-	6	-	79.630
Impostos	17.591	-	-	-	1.117	-	-	-	18.708
Interesses minoritários	4.170	-	-	-	-	-	-	-	4.170
Resultado consolidado	55.116	626	2.379	-	(1.375)	-	6	-	56.752
<b>Balanço</b>									
Caixa e aplicações em IC's	935.721	11.981	-	-	1.216	-	-	-	948.918
Crédito a clientes	5.498.796	65.933	-	-	92.644	-	-	-	5.657.373
Activos financeiros	807.219	-	-	-	41.559	-	-	-	848.778
Outros activos	540.508	1.016	-	-	28.781	-	-	-	570.305
Total do Activo	7.782.244	78.930	-	-	164.200	-	-	-	8.025.374
Depósitos de Bancos Centrais	180.128	-	-	-	1.017	-	-	-	181.145
Depósitos de IC's	623.114	8	-	-	25.079	-	-	-	648.201
Depósitos de clientes	4.679.777	97.012	-	-	9.760	-	-	-	4.786.549
Outros passivos	1.879.509	1.107	-	-	52.660	-	-	-	1.933.276
Total do Passivo	7.362.528	98.127	-	-	88.516	-	-	-	7.549.171
Capital próprio	459.033	938	1.986	-	14.240	-	6	-	476.203
Total do Passivo e Capital Próprio	7.821.561	99.065	1.986	-	102.756	-	6	-	8.025.374

## Nota 6 - Benefícios a Empregados

De acordo com o disposto no ACTV do sector Bancário e Segurador, celebrado com os respectivos sindicatos, as Entidades Financeiras que dispõem de Fundo Pensões e as Seguradoras do Grupo BPN, SGPS, assumiram o compromisso de pagar aos seus colaboradores, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (este benefício é aplicável em exclusivo às entidades financeiras). As referidas prestações, materializam-se numa percentagem crescente, de acordo com número de anos de serviço do ex-colaborador, aplicada à tabela salarial, negociada anualmente com os sindicatos, para os colaboradores no activo.

Em 1998, foi constituído o Fundo de Pensões Fechado, para determinadas entidades financeiras do Grupo, por forma a se realizar face às prestações pecuniárias referidas anteriormente. Os fundos do Grupo (actividade financeira e seguradora), têm como entidade gestora, a Companhia de Seguros, Real Vida Seguros, SA (entidade subsidiária do Grupo).

A política contabilística adoptada pelo Grupo na contabilização de Benefícios a Empregados, encontra-se descrita na Nota 3.4.10.

A melhor estimativa do Grupo, no que se refere às contribuições a efectuar no exercício de 2008, são como se apresenta:

milhares €	
<b>Contribuições Expectáveis (2008)</b>	
Velhice	10.841
Invalidez	5.330
Sobrevivência Imediata	1.419
Subsídio por Morte	364
	<b>17.955</b>

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	2007	2006	2007	2006
<b>Pressupostos Financeiros</b>				
Taxa de Desconto	4,64%	4,64%	4,64%	3,79%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	4,71%	4,71%	5,15%	3,86%
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	2,71%	2,36%	5,20%	2,73%
Taxa de crescimento das pensões	1,96%	1,79%	1,41%	1,71%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>				
<b>Tábua de Mortalidade</b>				
Homens	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80	EVK 80	EVK 80
Taxa de Rotação de Pessoal	0%	0%	-1%	0%
Métodos de Valorização Actuarial	<i>Project Unit Credit</i>		<i>Project Unit Credit</i>	

De acordo com a política contabilística adoptada pelo Grupo BPN, SGPS, a taxa de desconto utilizada para estimar responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de baixo risco (ver Nota 3.4.10).

Os métodos de cálculo, são os que serviram de base à avaliação de responsabilidades referentes a 31 de Dezembro de 2006, passando a ser consideradas as responsabilidades de 6,5% (da massa salarial) para os SAMS dos colaboradores do Regime Geral da Segurança Social (S.S.), não estando prevista qualquer alteração para o exercício de 2008.

Passou a englobar-se igualmente, o cálculo das responsabilidades com Subsídios por Morte, após reforma, para os empregados que não descontam para a S.S..

Em relação ao Fundo Pensões das entidades Seguradoras, no que concerne às Responsabilidades com Colaboradores Pré-Reformados, a avaliação actuarial passou a incluir as responsabilidades inerentes à Taxa Social Única (TSU), que corresponde a 14,6%, no caso do tempo de desconto para a Segurança Social ser inferior a 37 anos, caso contrário é de 7%.

	2007	2006
Nº de empregados em actividade	2.254	2.174
Pensionistas por sobrevivência	6	7
Pensionistas por reforma	10	9
<b>Total</b>	<b>2.270</b>	<b>2.190</b>

A aplicação da IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	milhares €	
	2007	2006
Responsabilidades totais dos serviços passados		
Responsabilidades por pensões em pagamento	2.932	2.260
Das quais: acréscimo de reponsabilidades resultantes de reformas antecipadas efectuadas no exercício]	533	447
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores e de ex-Colaboradores	94.729	80.490
	97.661	82.750
Situação patrimonial do fundo de pensões no fim do exercício	96.061	81.069
Excesso/ insuficiência de cobertura	(1.633)	(1.713)
Grau de cobertura das reponsabilidades	98,38%	97,97%
Desvios Actuariais diferidos a 31 de Dezembro	14.914	9.065
Outros	519	379
<b>Activos/ (responsab.) liq. em balanço a 31 de Dezembro</b>	<b>12.761</b>	<b>6.973</b>

Atendendo à política contabilisítica preconizada pelo Grupo e de acordo com a IAS 19 - Benefícios a Empregados, é avaliada para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões, com o objectivo de garantir que o mesmo, não ultrapassa o valor actual dos benefícios futuros esperados através da redução das contribuições estimadas.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
Responsabilidades do fundo de pensões no início do exercício	82.750	67.236
Custo do serviço corrente	8.540	7.503
Custo dos juros	4.322	3.507
(Ganhos) e perdas actuariais do ano:		
- Alterações das taxas de desconto	-	3.635
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	810	3.604
Pensões pagas pelo Fundo de Pensões no exercício	(188)	(148)
Benefícios pagos pela empresa	-	8
Acréscimo responsabilidades com subsídio de morte	1.427	-
Outros	-	(2.595)
	97.661	82.750

O valor do Fundo de Pensões nos exercício de 2007 e 2006 teve a seguinte evolução:

	milhares €	
	2007	2006
Situação patrimonial do fundo de pensões no início do exercício	81.069	66.692
Contribuições efectuadas		
pela empresa	13.810	10.674
pelos colaboradores	1.145	1.136
Rendimento dos fundo de pensões	367	2.653
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(219)	(131)
Outros	(111)	46
	96.061	81.069

Os activos do Fundo de Pensões encontram-se desagregados como se apresenta:

	milhares €	
	2007	2006
Justo valor dos activos do plano		
Acções	13.292	7.218
Outros títulos de rendimento variável	12.730	9.896
Obrigações	49.774	37.116
Imóveis	5.663	5.664
Outros	14.600	21.175
	96.061	81.069

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
Desvios actuarias em 1 de Janeiro	9.065	1.072
(Ganhos) e perdas actuarias do ano:		
- Alterações das taxas de desconto	-	3.899
- Outros (ganhos) e perdas actuarias do anc	4.386	3.474
Amortização adicional por reformas antecipadas	(44)	(103)
Outros	1.507	723
<b>Desvios actuarias em 31 Dezembro</b>	<b>14.914</b>	<b>9.065</b>
Dos quais:		
Dentro do corredor	9.301	7.865
Fora do corredor	5.613	1.200

Os montantes reflectidos em balanço do fundo tiveram a seguinte evolução:

	milhares €	
	2007	2006
(Activos)/ Passivos em 1 de Janeiro	1.930	627
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	810	7.329
Ganhos e perdas actuarias dos fundos	3.557	794
Encargos do ano:		
- Custo de serviço corrente	8.540	7.503
- Custo dos juros	4.322	3.507
- Rendimento esperado do fundo	(3.925)	(3.446)
- Outros	111	(2.557)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo/ empresa	(14.954)	(11.810)
Acréscimo Responsabilidades com subsídio de morte	1.426	-
Pensões a pagar/ pagas	31	(17)
<b>(Activos) / Passivos em 31 de Dezembro</b>	<b>1.849</b>	<b>1.930</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma e benefícios de saúde tiveram a seguinte evolução:

	milhares €	
	2007	2006
Custo dos juros	4.322	3.540
Rendimento esperado do fundo	(3.925)	(3.446)
Custo de serviço corrente	8.540	7.503
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	44	103
Prémios antiguidade	32	59
Contribuições empregados	(1.143)	(1.137)
Custos capitalizados	6.636	5.153
Correcções exercícios anteriores	(36)	31
<b>Custos com Pessoal (ver Nota 39)</b>	<b>14.470</b>	<b>11.805</b>

O custo relativo a reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
Em 1 de Janeiro	6.973	2.746
Custo do exercício	(7.802)	(6.535)
Utilização de provisões	-	(9)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela empresa	14.931	11.786
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo empregado	(1.145)	(1.136)
Outros	(195)	120
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>12.762</b>	<b>6.973</b>

Os activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço encontram-se reflectidos na rubrica de "Outros Activos" e "Outros Passivos" (ver Nota 21 e Nota 30 respectivamente).

### Prémios por Antiguidade

Conforme referido na Nota 3.4.10, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o colaborador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos inerentes ao escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercício com o prémio por antiguidade são como segue:

	milhares €	
	2007	2006
Responsabilidades em 1 de Janeiro	3.817	3.110
Custo do exercício (ver Nota 39)	607	1.079
Prémios pagos	(251)	(372)
Responsabilidades em 31 de Dezembro (ver Nota 30)	4.174	3.817

Os pressupostos actuariais no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reformas (quando aplicável).

## Nota 7 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Caixa	89.441	84.891
Depósitos à ordem em bancos centrais		
No Banco de Portugal	427.409	265.524
Em bancos centrais estrangeiros	2.025	1.565
Juros a receber	-	-
	518.875	351.980

A rubrica de Depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco de França que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

O BPN, S.A. e o Banco EFISA estão sujeitos ao Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), sendo-lhes aplicável sobre esta matéria o disposto no Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu. De acordo com este regulamento, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem em Bancos Centrais, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

## Nota 8 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	76.372	56.119
Cheques a cobrar	61.848	173.290
Outras disponibilidades	11	-
	138.231	229.409
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	76.904	295.197
Cheques a cobrar	6.031	6.628
Outras disponibilidades	240	18
	83.175	301.843
Juros a receber	17	14
	221.423	531.266

O saldo da rubrica "Cheques a cobrar" sobre instituições de crédito no país corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições residentes, os quais em geral não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

## Nota 9 - Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
De dívida pública nacional		
Obrigações		
De outros emissores públicos nacionais	1.859	48.166
De emissores públicos estrangeiros	36.660	3.206
De outros emissores nacionais		
Obrigações - dívida não subordinada	10.599	-
Obrigações - dívida subordinada	-	7.751
De organismos financeiros internacionais		
Obrigações	1.763	724
De outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada	40.618	1.102
Dívida subordinada	-	32.921
	91.499	93.870
<b>Instrumentos de capital</b>		
<b>Títulos Cotados</b>		
De emissores nacionais		
Acções	1.470	-
De emissores estrangeiros		
Acções	1.208	2.767
	2.678	2.767
<b>Outros títulos</b>	9.482	18.605
Derivados	-	-
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 9.1)	23.030	30.823
	126.689	146.065

O escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazo de vencimento foi o seguinte:

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	41.461	761
De 3 meses a 1 ano	4.886	5.896
De um a cinco anos	25.217	18.287
Mais de cinco anos	21.868	80.202
Duração indeterminada	10.227	10.096
	103.659	115.242

Conforme descrito na Nota 3.4.3 os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

## Nota 9.1 - Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (activo) e negativo (passivo)

milhares €

	2007				2006			
	Valor Nocial	Valor de Mercado	Valor de Balanço		Valor de Mercado	Valor Nocial	Valor de Balanço	
			Activos	Passivos			Activos	Passivos
<b>Derivados de negociação</b>								
<b>Cotados em Bolsa</b>								
Contratos sobre taxa de câmbio								
Futuros	260.312	(830)	3.910	3.827	506	1.171.358	2.085	-
Contratos sobre taxa de juro								
Futuros	166.382	129	418	44	-	2.543	111	-
Contratos sobre acções								
Futuros	19.171	-	1.623	-	-	27.567	1.872	-
<b>Mercado de Balcão</b>								
Contratos de taxa de câmbio								
Fx Swaps	539.072	53	17	227	114	224.533	114	-
Fx Forwards	-	-	-	-	700	17.494	700	-
Contratos de taxa de juro								
Swaps	1.516.866	2.620	12.235	9.615	2.963	1.413.686	10.169	7.206
Credit Default Swaps	-	-	-	-	7	75.930	10	3
Opções	5.000	(205)	-	205	(8.886)	165.967	1.659	10.829
Contratos sobre acções								
Opções	5.000	205	205	-	-	-	-	-
Contratos sobre outro tipo de subjacente								
Credit Default Swaps	10.000	(23)	-	23	-	-	-	-
Equity Swaps	71.000	2.474	4.622	2.148	4.525	15.737.404	14.104	9.467
Opções com Clientes	71.000	(6.217)	-	6.586	(264)	3.584	-	264
	2.663.803	(1.795)	23.030	22.675	(335)	18.840.066	30.823	27.768

A rubrica Opções com Clientes reflecte os derivados embutidos em depósitos, que de acordo com o indicado na Nota 3.4.3, são separados do contrato base e contabilizados como um derivado de negociação.

Nota 9.2 - Repartição do valor nocional dos derivados de negociação por maturidades residuais

milhares €

	2007					Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cotados em Bolsa</b>						
Contratos de taxa de câmbio						
Futuros	260.312	-	-	-	-	260.312
Contratos de taxa de juro						
Futuros	166.382	-	-	-	-	166.382
Contratos sobre acções						
Futuros	19.171	-	-	-	-	19.171
<b>Mercado de Balcão</b>						
Contratos de taxa de câmbio						
Fx Swaps	443.461	4.968	27.375	63.267	-	539.072
Contratos de taxa de juro						
Swaps	20.000	20.000	74.957	343.053	1.058.856	1.516.866
Opções	-	5.000	-	-	-	5.000
Contratos sobre acções						
Opções	-	-	-	5.000	-	5.000
Contratos sobre outro tipo de subjacente						
Credit Default Swaps	-	-	-	10.000	-	10.000
Equity Swaps	20.400	-	29.100	21.500	-	71.000
Opções com Clientes	18.111	-	26.862	26.027	-	71.000
	<b>947.837</b>	<b>29.968</b>	<b>158.295</b>	<b>468.848</b>	<b>1.058.856</b>	<b>2.663.803</b>

Repartição por categoria de contraparte

milhares €

	2007	
	Valor Nocial	% Valor Nocial
<b>Mercado de Balcão</b>		
OTC com instituições financeiras	1.901.653	71%
OTC com fundos investimento/ pensões	-	0%
OTC com empresas	253.372	10%
OTC com particulares	62.912	2%
<b>Mercados Regulamentados</b>		
Bolsas	445.866	17%
	<b>2.663.803</b>	<b>100%</b>

## Nota 10 - Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De outros emissores estrangeiros	3.311	-
	3.311	-
<b>Instrumentos de capital</b>		
De emissores estrangeiros	10.342	-
	10.342	-
<b>Outros títulos</b>	-	2.913
	13.653	2.913

A opção do Grupo BPN, SGPS de classificar os presentes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, em conformidade com a IAS 39, encontra-se em consonância com a sua política de gestão de risco, considerando que a gestão destes activos e a sua performance é avaliada, com base no seu justo valor e/ou que os instrumentos em causa contemplam derivados embutidos.

## Nota 11 - Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
De dívida pública nacional	33.329	230.282
De emissores públicos estrangeiros	10.706	2.891
De outros emissores nacionais:		
Operações de titularização	25.103	30.263
Dívida não subordinada	7.700	5.491
Dívida subordinada	54	-
De outros emissores estrangeiros:		
Dívida não subordinada	164.326	136.321
Dívida subordinada	59.858	53.154
<b>Títulos não cotados</b>		
De dívida pública nacional	208	221
De emissores públicos estrangeiros	2.356	1.053
De outros emissores nacionais:		
Dívida não subordinada	37.957	84
De outros emissores estrangeiros:		
Dívida não subordinada	6.993	10.538
	348.590	470.298
<b>Instrumentos de capital</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
De emissores nacionais		
Valorizados ao justo valor	73.649	39.989
De emissores estrangeiros		
Valorizados ao justo valor	34.140	28.933
<b>Títulos não cotados</b>		
De emissores nacionais		
Valorizados ao justo valor	242	1.971
Valorizados ao custo histórico	5.989	4.795
Imparidade	(374)	-
De emissores estrangeiros		
Valorizados ao justo valor	1.529	6.011
Valorizados ao custo histórico	9.116	-
	124.291	81.699
<b>Outros títulos</b>		
Valorizados ao justo valor	67.330	89.369
Valorizados ao custo histórico	2.047	17.052
	69.377	106.421
	542.258	658.418

No exercício de 2006 alguns investimentos em instrumentos de capital próprio foram divulgados como Investimentos em Associadas, mensurados ao custo. No entanto, e considerando o preconizado na IAS 39, os mesmos deveriam ter sido apresentados como Activos Financeiros Disponíveis para Venda. Por se tratarem de investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado e cujo justo valor não pode ser mensurado fiavelmente os mesmos são mensurados pelo custo.

De acordo com a IAS 8 e por ser considerado um erro materialmente relevante na apresentação e divulgação de elementos das demonstrações financeiras o valor dos Activos Financeiros Disponíveis para Venda do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi reexpresso com as seguintes reclassificações: (i) aumento da rubrica em 8.873 milhares de euros por contrapartida dos Investimentos em Associadas (conforme apresentado na Nota 18), e (ii) aumento da rubrica em 328.748 milhares de euros por contrapartida de Activos financeiros ao justo valor através de resultados .

A carteira de activos financeiros disponíveis para venda, conforme descrito na Nota 3.4.3, quando registada ao justo valor, tem os seus ganhos e perdas subsequentes reflectidos em capital, na rubrica reservas de justo valor.

## Nota 12 - Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Aplicações em IC's no país</b>		
Mercado monetário interbancário	-	1.550
Aplicações a muito curto prazo	799	-
Depósitos	6.975	14.666
Empréstimos	5.000	300
Outras aplicações	19	482
Juros a receber	1.442	1.365
	14.235	18.363
<b>Aplicações em IC's no estrangeiro</b>		
Aplicações a muito curto prazo	3.532	22.670
Depósitos	9.682	8.420
Empréstimos	24.004	86.286
Operações de compra com acordo de revenda	6.177	1.519
Outras aplicações	149.530	84.717
Juros a receber	1.460	2.427
Receitas diferidas	-	(46)
	194.385	205.993
	-	-
	208.620	224.356
<b>Imparidade</b>	-	-
	208.620	224.356

O escalonamento das aplicações em IC's por prazos de vencimento é o seguinte:

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	187.734	215.430
De 3 meses a 1 ano	10.883	4.476
De um a cinco anos	5.071	4.264
Mais de cinco anos	4.932	186
	208.620	224.356

## Nota 13 - Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Crédito não titulado</b>		
Interno		
Desconto	337.334	303.774
Empréstimos	1.032.918	735.957
Créditos em conta corrente	1.783.486	1.663.336
Descobertos em depósitos à ordem	139.973	99.873
Créditos tomados-factoring	142.576	126.980
Locação financeira	330.400	291.151
Outros créditos	793.920	637.269
Juros a receber	32.089	21.567
	4.592.696	3.879.907
Ao exterior		
Desconto	12.472	9.522
Empréstimos	78.681	108.759
Créditos em conta corrente	318.428	265.327
Descobertos em depósitos à ordem	56.501	32.086
Créditos tomados-factoring	90	8.442
Locação financeira	625	1.109
Outros créditos	44.444	59.948
Juros a receber	6.255	8.196
	517.496	493.389
<b>Activos titularizados não desreconhecidos</b>		
Crédito a clientes		
Crédito interno	570.111	404.862
Juros a receber	2.815	1.849
	572.926	406.711
Crédito e juros vencidos	115.202	126.885
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	(36)	(15)
	115.166	126.870
Imparidade	(140.910)	(137.242)
	5.657.373	4.769.635

O escalonamento dos créditos sobre Clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	2.275.632	1.459.181
De 3 meses a 1 ano	1.442.952	1.472.835
De 1 a 5 anos	1.005.601	1.018.153
Mais de 5 anos	1.021.696	896.523
Duração indeterminada	52.402	60.185
	5.798.283	4.906.877

A carteira de crédito a clientes do Grupo BPN, encontrava-se distribuída pelas seguintes instituições:

	milhares €				
Empresa	2007	2006	Var. anual	% no total do crédito	
BPN, S.A.	4.449.995	3.766.362	18,2%	76,7%	
Banco Efisa	336.490	258.331	30,3%	5,8%	
BPN Cayman	115.048	153.069	-24,8%	2,0%	
BPN IFI	48.917	46.886	4,3%	0,8%	
BPN Crédito, IFIC	750.851	635.680	18,1%	13,0%	
BPN Brasil	96.982	46.549	108,3%	1,7%	
<b>Total</b>	<b>5.798.283</b>	<b>4.906.877</b>	<b>18,2%</b>	<b>100,0%</b>	

O crédito apresenta a seguinte distribuição por sectores de actividade:

milhares €

	Crédito Total *		Var. Anual	Créditos reconhecidos no Balanço		% no total do crédito em Balanço 2007	Var. Anual
	2007	2006		2007	2006		
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas	82.196	62.368	31,8%	82.118	62.211	1,4%	32,0%
Indústrias Extractivas	46.591	43.841	6,3%	46.384	43.618	0,8%	6,3%
Alimentação, Bebidas e Tabacos	88.050	72.804	20,9%	86.045	69.785	1,5%	23,3%
Têxteis	83.242	89.073	-6,5%	81.444	86.182	1,4%	-5,5%
Madeira e Cortiça	54.832	36.445	50,5%	53.914	35.148	0,9%	53,4%
Papel, Artes Gráficas e Editoras	36.958	37.566	-1,6%	34.946	34.337	0,6%	1,8%
Químicas e Actividades Conexas	48.578	32.398	49,9%	47.565	30.993	0,8%	53,5%
Produtos Minerais não Metálicos	88.913	82.805	7,4%	87.995	80.899	1,5%	8,8%
Máquinas, Equipamento e Metalúrgicas de Base	95.384	69.271	37,7%	92.903	65.921	1,6%	40,9%
Fab. Mobiliário e Outras Ind. Transformadoras	101.928	86.513	17,8%	99.543	82.930	1,7%	20,0%
Electricidade, Água e Gás	16.339	17.429	-6,3%	16.301	17.358	0,3%	-6,1%
Construção	677.367	580.793	16,6%	673.179	573.862	11,6%	17,3%
Actividades Imobiliárias	959.416	812.698	18,1%	958.463	811.451	16,5%	18,1%
Comércio a Retalho (excepto de veículos)	167.383	161.561	3,6%	164.253	156.949	2,8%	4,7%
Comércio por Grosso e Agentes de Comércio	478.924	377.031	27,0%	473.643	368.449	8,2%	28,6%
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos	101.405	92.122	10,1%	100.307	90.408	1,7%	10,9%
Restaurantes e Hóteis	137.196	109.994	24,7%	136.331	108.744	2,4%	25,4%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	89.113	63.741	39,8%	83.750	55.352	1,4%	51,3%
Outras Actividades de Serviços Prestados	434.726	468.025	-7,1%	433.029	465.156	7,5%	-6,9%
Intermediação Financeira	323.444	254.302	27,2%	254.079	253.479	4,4%	0,2%
Outros	531.225	129.852	309,1%	528.218	135.242	9,1%	290,6%
Particulares	1.351.518	1.396.612	-3,2%	1.263.873	1.278.403	21,8%	-1,1%
<b>Total</b>	<b>5.994.728</b>	<b>5.077.244</b>	<b>18,1%</b>	<b>5.798.283</b>	<b>4.906.877</b>	<b>100,0%</b>	<b>18,2%</b>

\* Crédito total incluindo créditos securitizados desreconhecidos no Balanço

## Detalhe das Perdas por Imparidade

Detalhe perdas por imparidade - Ano de 2007

milhares €

Análise	Tipo de Perda Apurada	Total Exposição			Valor Imparidade	% Perda
		Vincendo	Vencido	Total		
Individual	Individual	115.089	53.412	168.501	39.060	23,2%
	Colectiva	1.982.629	32.146	2.014.776	22.470	1,1%
	Sem Perda	492.330	8.577	500.907	-	0,0%
		2.590.048	94.135	2.684.183	61.530	2,3%
Colectiva	Colectiva <sup>(1)</sup>	3.749.368	44.156	3.793.524	79.380	2,1%
	Sem Perda	72.424	-	72.424	-	0,0%
		3.821.792	44.156	3.865.948	79.380	2,1%
<b>Total</b>		<b>6.411.840</b>	<b>138.291</b>	<b>6.550.131</b>	<b>140.910</b>	<b>2,2%</b>

<sup>(1)</sup> Inclui garantias prestadas

Detalhe perdas por imparidade - Ano de 2006

milhares €

Análise	Tipo de Perda Apurada	Total Exposição			Valor Imparidade	% Perda
		Vincendo	Vencido	Total		
Individual	Individual	76.425	45.802	122.227	28.768	23,5%
	Colectiva	1.484.704	21.960	1.506.664	15.389	1,0%
	Sem Perda	153.513	-	153.513	-	0,0%
		1.714.641	67.762	1.782.403	44.157	2,5%
Colectiva	Colectiva <sup>(1)</sup>	3.029.339	27.404	3.056.743	93.086	3,0%
	Sem Perda	22.075	-	22.075	-	0,0%
		3.051.414	27.404	3.078.818	93.086	3,0%
<b>Total</b>		<b>4.766.055</b>	<b>95.166</b>	<b>4.861.221</b>	<b>137.242</b>	<b>2,8%</b>

<sup>(1)</sup> Inclui garantias prestadas

A análise consolidada inclui as seguintes entidades:

- BPN, S.A.;
- BPN Cayman;
- BPN IFI;
- Banco Efisa;
- BPN Crédito IFIC; e
- BPN Brasil.

A tabela acima apresentada tem por objectivo detalhar as perdas por imparidade de acordo com a origem das mesmas.

Face ao modelo utilizado, a carteira de crédito é dividida em dois segmentos, o segmento respeitante à análise individual e o segmento referente à análise colectiva. Esta selecção para análise individual ou não é o resultado da primeira coluna do mapa.

A análise individual foi realizada, à data de referência de 31/12/2007, para 41,0% da Carteira de crédito do BPN SGPS, S.A.; tal representou um alargamento da base de análise individual que no ano anterior se cifrou em 36,7%. Tal facto resultou fundamentalmente de se haver reduzido o nível de exposição mínima para análise individual, para a entidade BPN, S.A., no que concerne a créditos com outros indícios de imparidade de 250 mil euros para 150 mil euros.

Dos clientes com indícios de perda por imparidade, aqueles para os quais se apuraram perdas, viram o seu rácio de perda sobre total de crédito decrescer ligeiramente, entre 2006 e 2007, tendo passado de 23,5% para 23,2%.

Os clientes que foram analisados individualmente mas para os quais não foi apurada qualquer perda ao nível individual passam para análise colectiva. Caso sejam empresas do Grupo, operações de financiamento no âmbito de GDR's (Global Depositary Receipt) ou capital garantido por cauções em contratos de ALD, não são objecto da constituição de quaisquer perdas. O nível de perda apurado para clientes analisados individualmente, mas sem perda individual, é independente da sua classe de vencido, pois estes créditos são créditos equiparados aos que se encontrem em situação de crédito normal. A única distinção, nesta situação, resulta do facto de os mesmos terem ou não colaterais a garantir a operação.

Caso os clientes não sejam incluídos na análise individual são agrupados em função de dois critérios: - classe de vencido e existência de colaterais associados. Esta classificação permite estabelecer qual o coeficiente de perda colectiva a que os créditos ficam sujeitos.

Conclui-se que no ano de 2007, face a 2006, assistiu-se a uma diminuição do coeficiente de perda para este tipo de crédito de 3,0% para 2,1%.

Detalhe perdas por imparidade individual identificadas por factor - Ano de 2007

milhares €

Factores	Total Exposição Analisada			Total Exposição com Perda Individual			Perda Individual		Perda Colectiva	
	Vincendo	Vencido	Total	Vincendo	Vencido	Total	Valor	%	Valor	%
Individualmente Significativo	2.202.662	20.564	2.223.226	89.319	10.051	99.370	11.506	11,6%	18.537	0,9%
Cliente com Crédito Vencido	116.148	73.570	189.718	20.326	43.361	63.687	26.448	41,5%	1.350	1,1%
Cliente com Créditos Vencidos em OIC's	271.238	-	271.238	5.444	-	5.444	1.106	20,3%	2.583	1,0%
<b>Total</b>	<b>2.590.048</b>	<b>94.134</b>	<b>2.684.182</b>	<b>115.089</b>	<b>53.412</b>	<b>168.501</b>	<b>39.060</b>		<b>22.470</b>	

Detalhe perdas por imparidade individual identificadas por factor - Ano de 2006

milhares €

Factores	Total Exposição Analisada			Total Exposição com Perda Individual			Perda Individual		Perda Colectiva	
	Vincendo	Vencido	Total	Vincendo	Vencido	Total	Valor	%	Valor	%
Individualmente Significativo	1.463.373	15.968	1.479.340	49.063	9.956	59.019	1.555	2,6%	13.043	0,9%
Cliente com Crédito Vencido	114.529	51.794	166.323	25.948	35.847	61.795	26.823	43,4%	1.045	1,0%
Cliente com Créditos Vencidos em OIC's	136.739	-	136.739	1.413	-	1.413	389	27,5%	1.300	1,0%
<b>Total</b>	<b>1.714.641</b>	<b>67.762</b>	<b>1.782.403</b>	<b>76.425</b>	<b>45.802</b>	<b>122.227</b>	<b>28.768</b>		<b>15.389</b>	

O mapa "Detalhe perdas por imparidade individual identificadas por factor" procura explicar quais os factores que levaram os créditos a serem analisados individualmente.

No que respeita ao critério de selecção, o peso dos créditos individualmente significativos representa 82,8% do total. Os restantes dois critérios, ou seja, o crédito vencido na instituição e o crédito vencido noutra instituição, não viram os seus pesos significativamente alterados.

No entanto, quando se efectua a análise das perdas individuais associadas aos critérios, verifica-se que os clientes que possuem crédito vencido são aqueles para os quais a percentagem apurada de perda é superior. Verificou-se, entre 2006 e 2007, uma diminuição do rácio de cobertura das perdas individuais sobre o total da exposição com perda, passou de 43,4% para 41,5%, respectivamente. No total das perdas individuais, o critério anterior acumula cerca de 67,7% quando o seu peso no crédito analisado ultrapassa ligeiramente os 7,1%.

Cauções de Contratos com Imparidade Individual - Ano de 2007

milhares €

Tipo de Caução	Total Exposição com Perda Individual			Valor Perda Individual	Valor Colateral <sup>(1)</sup>	% Cobertura
	Vincendo	Vencido	Total			
Cativo de Depósito a Prazo	32.184	1.006	33.190	1.648	4.326	13,0%
Cativo de Aplicações Financeiras	2.032	16.281	18.313	1.754	7.511	41,0%
Hipoteca Imóvel	44.481	2.842	47.323	3.506	45.604	96,4%
Penhor Mercantil	3.225	20	3.245	119	3.141	96,8%
Outros <sup>(2)</sup>	33.168	33.262	66.430	32.033	n/d	
<b>Total</b>	<b>115.090</b>	<b>53.411</b>	<b>168.501</b>	<b>39.060</b>	<b>60.582</b>	<b>36,0%</b>

<sup>(1)</sup> Valor mínimo entre o total de exposição e o valor do colateral

<sup>(2)</sup> Contratos com garantias pessoais e sem garantias

Cauções de Contratos com Imparidade Individual - Ano de 2006

milhares €

Tipo de Caução	Total Exposição com Perda Individual			Valor Perda Individual	Valor Colateral <sup>(1)</sup>	% Cobertura
	Vincendo	Vencido	Total			
Cativo de Depósito a Prazo	795	703	1.498	473	457	30,5%
Cativo de Aplicações Financeiras	151	200	350	352	75	21,4%
Hipoteca Imóvel	62.443	25.065	87.508	10.418	63.505	72,6%
Penhor Mercantil	242	29	272	166	106	39,1%
Outros <sup>(2)</sup>	12.794	19.804	32.598	17.359	n/d	
<b>Total</b>	<b>76.425</b>	<b>45.802</b>	<b>122.227</b>	<b>28.768</b>	<b>64.143</b>	<b>52,5%</b>

<sup>(1)</sup> Valor mínimo entre o total de exposição e o valor do colateral

<sup>(2)</sup> Contratos com garantias pessoais e sem garantias

O mapa "Cauções de Contratos com Imparidade Individual" procura reflectir quais os colaterais associados aos contratos que possuem perdas por imparidade apuradas ao nível individual.

O principal aspecto que merece destaque é o crescimento verificado no que respeita a colaterais financeiros resultantes de cativos em Depósitos a Prazo. O valor em 2007 ascendia a 33.190 milhares de euros face aos 1.498 milhares de euros, em 2006.

## Nota 14 - Derivados de cobertura

O justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço é o seguinte:

milhares €	
2007	
Derivados de Cobertura activos	115
Derivados de Cobertura passivos	1.295
	(1.181)

As operações de cobertura de justo valor podem ser analisadas como segue:

milhares €							
2007							
	Produto Coberto	Risco Coberto	Valor Nocial	Justo valor do derivado (1)	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (2)	Var. justo valor do elemento coberto no ano (1)
<b>Cobertura de justo valor</b>							
Swaps							
Divisas	Obrigações	Taxa Câmbio	34.840	(1.263)	(1.263)	27.144	27.144
Taxa de juro	Financiamento	Taxa Juro	4.235	77	(2)	4.161	3
			39.075	(1.186)	(1.264)	31.306	27.148
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>							
Swaps							
Divisas	Obrigações	Taxa Câmbio	6.819	5	5	6.869	6.869
			6.819	5	5	6.869	6.869
			45.895	(1.181)	(1.259)	38.175	34.017

(1) Inclui Juro Corrido.

(2) Atribuível ao Risco Coberto.

As variações associadas ao justo valor dos activos e passivos e aos respectivos derivados de cobertura, encontram-se reflectidas em resultados do exercício, na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. Periodicamente, o Grupo BPN, SGPS, efectua testes à efectividade das relações de cobertura existentes. As variações de justo valor dos instrumentos de cobertura dos fluxos de caixa são reconhecidos no capital próprio (conforme referido na Nota 3.4.3).

## Repartição do valor nocial por maturidades residuais

milhares €						
2007						
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Cobertura de justo valor</b>						
Swaps						
Divisas	11.663	8.048	8.250	6.879	-	34.840
Taxa de juro	-	-	-	4.235	-	4.235
	11.663	8.048	8.250	11.114	-	39.075
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>						
Swaps						
Divisas	-	-	-	6.819	-	6.819
	-	-	-	6.819	-	6.819
	11.663	8.048	8.250	17.934	-	45.895

## Repartição por categoria de contraparte

milhares €		
2007		
	Valor Nocial	% Valor Nocial
<b>Mercado de Balcão</b>		
OTC com instituições financeiras	45.895	100%
	45.895	100%

## Nota 15 - Propriedades de Investimento

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2007	2006
Ao justo valor	18.493	-
	18.493	-

O valor de balanço das propriedades de investimento corresponde ao justo valor das mesmas, tendo por base a avaliação por peritos independentes, com experiência e qualificação profissional reconhecida.

## Nota 16 - Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2007 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.06		Alteração de Perímetro			Alienações e abates		Transferências *		Variação Cambial		31.12.07			
	Valor bruto	Amortiz. Acum.	Valor bruto	Amortiz. Acum.	Aquisições	Valor bruto	Amortiz. Acum.	Valor bruto	Amortiz. Acum.	Valor bruto	Amortiz. Acum.	Amortiz. Exercício	Valor bruto	Amortiz. Acum.	Valor Líquido
<b>Imóveis em uso</b>															
Imóveis de serviço próprio	16.204	(1.750)	896	(68)	450	-	-	510	(48)	-	-	(214)	18.060	(2.080)	15.980
Outros imóveis	2.640	(1.005)	(24)	2	264	-	-	(102)	50	9	(4)	(185)	2.787	(1.142)	1.645
Obras em imóveis arrendados	22.952	(11.693)	-	-	1.617	(250)	61	-	-	51	(44)	(2.260)	24.370	(13.936)	10.434
	41.796	(14.448)	872	(66)	2.331	(250)	61	408	2	60	(48)	(2.659)	45.217	(17.158)	28.059
<b>Equipamento</b>															
Mobiliário e material	10.915	(7.412)	(1.032)	742	399	(18)	16	(382)	329	20	(7)	(974)	9.902	(7.306)	2.596
Máquinas e ferramentas	7.190	(5.740)	(67)	26	439	(18)	18	3	-	-	-	(613)	7.547	(6.309)	1.238
Equip. informático	21.479	(16.852)	859	(952)	1.628	(206)	131	475	(338)	29	(17)	(2.202)	24.264	(20.230)	4.034
Instalações interiores	3.552	(3.063)	739	(403)	104	(78)	60	-	-	-	-	(178)	4.317	(3.584)	733
Material de transporte	2.068	(1.580)	141	(41)	253	(397)	328	(2)	-	4	(1)	(268)	2.067	(1.562)	505
Equip. segurança	2.467	(1.382)	-	-	82	(4)	4	18	(5)	-	-	(262)	2.563	(1.645)	918
Outro equipamento	46.230	(8.916)	(186)	100	23.125	(54.716)	10.666	55	9	11	(4)	(5.047)	14.519	(3.192)	11.327
	93.901	(44.945)	454	(528)	26.030	(55.437)	11.223	167	(5)	64	(29)	(9.544)	65.179	(43.828)	21.351
Equipamento em locação operacional	9.467	(4.707)	-	-	43.720	(5.112)	3.064	-	-	-	-	(4.380)	48.075	(6.023)	42.052
Equipamento em locação financeira	5.922	(4.815)	-	-	10.993	(3.956)	117	-	-	-	-	(282)	12.959	(4.980)	7.979
Activos tangíveis em curso	2.931	-	(2.262)	-	278	(1)	-	(613)	-	-	-	-	333	-	333
Outros activos tangíveis	2.256	(166)	(20)	19	4.704	-	-	-	3	-	-	(18)	6.940	(162)	6.778
	20.576	(9.688)	(2.282)	19	59.695	(9.069)	3.181	(613)	3	-	-	(4.680)	68.307	(11.165)	57.142
	156.273	(69.081)	(956)	(575)	88.056	(64.756)	14.465	(38)	-	124	(77)	(16.883)	178.703	(72.151)	106.552

\* O valor bruto de 38 milhares de euros foi reclassificado dos activos tangíveis para os activos intangíveis (ver Nota 17)

## Nota 17 - Activos intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Activos intangíveis durante o ano de 2007 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.06		Alteração de Perímetro			Alienações e abates		Transferências *		Variação Cambial		31.12.07			
	Valor bruto	Amortiz. Acumuladas	Valor bruto	Amortiz. Acum.	Aquisições	Valor bruto	Amortiz. Acum.	Valor bruto *	Amortiz. Acum.	Valor bruto	Amortiz. Acum.	Amortiz. Exercício	Valor bruto	Amortiz. Acum.	Valor Líquido
<b>Goodwill</b>	-	-	-	-	6.495	-	-	-	-	-	-	-	6.495	-	6.495
<b>Gerados internamente</b>															
Sistemas de tratamento automático	5.207	(4.983)	-	-	51	-	-	808	-	-	-	(330)	6.066	(5.313)	753
<b>Adquiridos a terceiros</b>															
Sistemas de tratamento automático	3.610	(3.168)	-	-	790	(9)	7	6.663	(4.581)	45	(27)	(906)	11.099	(8.675)	2.424
Outros activos intangíveis	10.387	(7.884)	5.396	(4.344)	932	(2.408)	1.180	(6.063)	4.581	225	(93)	(524)	8.469	(7.084)	1.385
	19.204	(16.035)	5.396	(4.344)	8.268	(2.417)	1.187	1.408	-	270	(120)	(1.760)	32.129	(21.072)	11.057
Activos intangíveis em curso	24.513	-	-	-	8.188	-	-	(1.370)	-	(48)	-	-	31.283	-	31.283
	43.717	(16.035)	5.396	(4.344)	16.456	(2.417)	1.187	38	-	222	(120)	(1.760)	63.412	(21.072)	42.340

\* O valor bruto de 38 milhares de euros foi reclassificado dos activos tangíveis para os activos intangíveis (ver Nota 16)

O Goodwill respeita à aquisição das seguintes participações:

Participada	Valor
Solução	6.495
	6.495

## Nota 18 - Investimentos em associadas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

		Partic. efectiva (%)		Valor de Balanço		Método Cons.	Método Cons.	Participante	Participante
		2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
ALC Leasing, S.A.R.L.	(1)	36,00%	-	135	-	MEP	-	Efisa	-
Avipronto-Produtos Alimentares		23,40%	24,85%	4.871	5.430	MEP	MEP	Efisa	Efisa
BPN Acções Europa	(2)	21,46%	-	1.796	-	MEP	-	Real Seguros, Real Vida	-
BPN Acções Global	(2)	28,19%	-	3.312	-	MEP	-	BPN, S.A., Real Seguros, Real Vida	-
BPN Imoglobal		30,39%	30,20%	43.094	42.587	MEP	MEP	BPN, S.A., Real Seguros, Real Vida	BPN, S.A., Real Seguros, Real Vida
BPN Imoreal		44,31%	44,20%	86.650	94.340	MEP	MEP	BPN, S.A., Real Seguros, Real Vida	BPN, S.A., Real Seguros, Real Vida
BPN Taxa Fixa Euro	(2)	30,98%	-	2.776	-	MEP	-	Real Seguros, Real Vida	-
BPN Valorização Patrimonial	(2)	25,72%	-	13.453	-	MEP	-	Real Seguros, Real Vida	-
Bypass	(3)	-	44,91%	-	12	-	MEP	-	Efisa
FCR Banco Efisa	(4)	30,00%	29,94%	9.294	9.331	MEP	MEP	Efisa	Efisa
GPD	(5)	-	71,20%	-	14	-	MEP	-	SMN
Hospiserve, Lda	(5)	-	35,60%	-	1	-	MEP	-	SMN
Marina da Barra	(6)	-	50,00%	-	1.250	-	MEP	-	BPN SA
Nacional, Lda	(1)	40,00%	-	44	-	MEP	-	Solução, S.A.	-
Nossa		39,38%	35,40%	638	661	MEP	MEP	Real Seguros	Real Seguros
				<b>166.063</b>	<b>153.626</b>				

(1) Participação adquirida no decurso do exercício de 2007

(2) No exercício de 2006 a participação foi registada como activo financeiro ao justo valor através de resultados

(3) Participação alienada no decurso do exercício de 2007

(4) Em 2007 alterou a designação. Anteriormente era Fundo Capital de Risco FIOEFisa

(5) Participação detida pela SMN, que em 2007 foi vendida ao Grupo Português de Saúde (participada da SLN, SGPS)

(6) Em 2007 esta participação foi vendida à Partinvest Imobiliária (participada da SLN, SGPS)

Os valores dos Investimentos em Associadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram reexpressos conforme divulgado na Nota 11.

O quadro seguinte apresenta os principais dados financeiros relativos às empresas associadas:

milhares €

	Activo		Passivo		Capital		Proveitos		Resultado Líquido	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
ALC Leasing, S.A.R.L.	1.148	-	772	-	(1.249)	-	-	-	1.624	-
Avipronto-Produtos Alimentares	38.200	35.698	18.528	13.891	19.569	19.569	51.815	45.016	103	2.238
BPN Acções Europa	9.251	-	882	-	8.148	-	136.925	-	221	-
BPN Acções Global	12.769	-	1.021	-	11.814	-	88.014	-	(66)	-
BPN Imoglobal	147.794	170.205	5.992	30.070	140.135	142.554	25.900	3.426	1.667	(2.420)
BPN Imoreal	253.192	319.651	57.638	106.742	184.223	207.030	40.234	15.222	11.331	5.879
BPN Taxa Fixa Euro	9.062	-	103	-	8.684	-	2.746	-	275	-
BPN Valorização Patrimonial	52.570	-	266	-	51.916	-	1.648	-	388	-
FCR Banco Efisa	31.233	31.106	252	4	31.102	30.659	1.654	1.770	(121)	442
Nossa	12.371	7.111	10.747	5.312	1.501	4.224	17.663	6.915	122	(2.425)
Nacional, Lda	116	-	5	-	76	-	69	-	35	-

## Nota 19 - Impostos

O BPN, SGPS e as suas subsidiárias, encontram-se a sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O apuramento do imposto corrente e diferido referente ao exercício findo em 2007 e do imposto diferido referente a 2006, foi efectuado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, em cumprimento da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O cálculo do imposto corrente de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 27,5%.

As declarações referentes a autoliquidação das entidades do Grupo com sede em Portugal, encontram-se sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais, ao longo de um horizonte temporal de quatro anos. Desta forma, poderão ocorrer liquidações adicionais de imposto, devido a distintas interpretações da legislação fiscal. Contudo, é convicção das Administrações das entidades do Grupo BPN, SGPS com sede em Portugal que, no que às demonstrações financeiras consolidadas se refere, não ocorrerão encargos adicionais de valor materialmente relevante.

Esta rubrica tem a seguinte composição no Balanço:

milhares €		
	2007	2006
<b>Activos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	8.150	958
Outros	399	404
	8.549	1.362
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
IRC a pagar	8.719	10.445
Outros	4.102	4.478
	12.821	14.923
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Origem e reversão diferenças temporárias	17.789	13.749
Prejuízos fiscais	56	242
	17.845	13.991
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Origem e reversão diferenças temporárias	2.446	3.516
	2.446	3.516
	11.127	(3.086)

Esta rubrica tem a seguinte composição em Resultados:

milhares €		
	2007	2006
<b>Imposto corrente</b>		
Do ano	18.991	26.781
Correcção de anos anteriores	371	18
	19.362	26.799
<b>Imposto diferido</b>		
Origem e reversão de diferença temporárias	(654)	(6.192)
Por prejuízos fiscais	-	(192)
	(654)	(6.384)
	18.708	20.415

Decomposição dos activos/passivos por impostos diferidos:

	milhares €			
	Activo		Passivo	
	2007	2006	2007	2006
Instrumentos financeiros derivados	439	-	50	-
Activos financeiros disponíveis para venda	1.119	-	30	1.521
Crédito a clientes	530	2.355	884	-
Outros activos tangíveis	356	363	-	-
Activos intangíveis	17	29	-	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	-	-
Outros investimentos	283	1	-	-
Provisões	12.889	8.735	-	-
Pensões	504	587	1.943	690
Prémios	435	148	-	-
Créditos fiscais	693	693	-	53
Prejuízos fiscais reportáveis	56	371	-	-
Taxa efectiva	367	396	-	-
Reserva de conversão	-	-	(461)	992
Outros	157	313	-	260
	17.845	13.991	2.446	3.516

Movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos, de balanço:

milhares €	
2007	
Saldo em 1 de Janeiro	10.475
Alteração de perímetro	(101)
Reconhecido em resultados	654
Reconhecido em reserva de justo valor	1.231
Reconhecido em outras reservas	1.597
Varição cambial	1.543
Outros	
Saldo em 31 de Dezembro (Activo/ (Passivo))	15.399

Origem dos Impostos Diferidos reconhecidos em reservas e resultados

milhares €		
	2007	
	Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas
Instrumentos financeiros derivados	(4)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.208
Crédito a clientes	(719)	-
Outros activos tangíveis	181	-
Activos intangíveis	(4)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	210
Outros investimentos	-	-
Provisões	698	332
Pensões	12	-
Prémios	41	160
Créditos fiscais	-	-
Prejuizos fiscais reportáveis	-	(187)
Reserva de conversão	-	1.543
Outros	449	1.105
	654	4.371

Reconciliação da taxa de Imposto

milhares €		
	2007	
	%	Valor
Resultados antes de impostos e interesses minoritários		79.630
Taxa de Imposto do BPN, SGPS	26,5%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BPN, SGPS		21.102
Dividendos excluídos de tributação	0,0%	-
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	-3,4%	(2.669)
Mais - valias não tributadas	-5,3%	(4.208)
Menos - valias não dedutíveis	0,6%	488
Custos não dedutíveis	2,1%	1.667
Alteração da taxa de imposto	0,8%	626
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuizos fiscais g	0,6%	460
Resultados em associadas não sujeitas a tributação	-0,5%	(387)
Outros	2,0%	1.629
	23,5%	18.708

## Nota 20 - Provisões técnicas de resseguro cedido

Esta rubrica tem a seguinte composição no Ramo Vida:

milhares €					
	2007	Aumentos/Reduções	2006	Aumentos/Reduções	2005
Provisão Matemática					
De Seguro Directo	29.338	(1.197)	30.535	1.272	29.263
De Resseguro Cedido	4.858	1.751	3.107	(2.131)	5.238
Provisão para Sinistros					
De Seguro Directo	6.372	423	5.949	(2.821)	8.770
De Resseguro Cedido	3.055	357	2.698	(433)	3.131
Provisão para Participação nos Resultados					
De Seguro Directo	183		183	183	-
	27.980	(2.882)	30.862	1.198	29.664

Esta rubrica tem a seguinte composição no Ramo não Vida:

milhares €

	2007	Aumentos/Reduções	2006	Aumentos/Reduções	2005
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>					
De Seguro Directo	29.288	1.398	27.890	614	27.276
De Resseguro Cedido	6.807	1.246	5.561	102	5.459
<b>Provisão para sinistros</b>					
De Seguro Directo	108.515	5.963	102.552	14.300	88.252
De Resseguro Cedido	7.389	111	7.278	3.902	3.376
Provisão para desvios de sinistralidade	24		24	24	-
<b>Outras provisões técnicas</b>					
De Seguro Directo	(19)	(550)	531	406	125
	123.612	5.454	118.158	11.340	106.818
<b>Total das Provisões técnicas</b>	<b>151.592</b>	<b>2.572</b>	<b>149.020</b>	<b>12.538</b>	<b>136.482</b>

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida e Real representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as base técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;
- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as base técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;
- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

## Nota 21 - Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2007	2006
<b>Devedores por seguro directo e resseguro</b>	23.378	21.624
Imparidade	(1.691)	(4.629)
	21.687	16.995
<b>Devedores, outras aplicações e outros activos</b>		
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	8	6
Contas caução	14	2
Suprimentos , prestações suplementares e activos subordinados	70	27
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.408	1.821
Outras aplicações	16.945	17.089
Sector público administrativo	9.180	5.268
Devedores diversos	105.437	87.833
	133.062	112.046
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(8.267)	(8.749)
	124.795	103.297
<b>Outros activos</b>		
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	30	31
Outros activos	768	443
	798	474
<b>Rendimentos a receber</b>		
Juros e rendimentos similares	3.258	1.740
Outros rendimentos a receber	2.090	3.417
	5.348	5.157
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Outras despesas com encargo diferido	14.185	11.228
	14.185	11.228
<b>Fundo de pensões (ver Nota 6)</b>		
Excesso de cobertura	-	-
Desvios actuariais	14.914	9.065
	14.914	9.065
<b>Encargos a pagar</b>		
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas) de operações activas	(1.448)	(1.121)
	(1.448)	(1.121)
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Outras operações activas (assoc. ao custo amortizado)	-	(66)
	-	(66)

(cont.)

(cont.)

milhares €

	2007	2006
<b>Outras contas de regularização</b>		
Posição cambial	10.430	28
Operações cambiais a liquidar	28.129	12.793
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	2.952	10.429
Outras operações a regularizar	66.007	28.583
	107.518	51.833
<b>Activos recebidos em dação por recuperação de créditos</b>		
Imóveis	67.944	43.222
Equipamento	1.288	556
Outros activos tangíveis	146	26
	69.378	43.804
Perdas por Imparidade para activos recebidos em dação	(2.758)	(1.858)
	354.417	238.808

As operações referentes a valores mobiliários a regularizar, referem-se a transacções associadas a títulos, registadas na trade date, em conformidade com a política contabilística descrita na Nota 3.4.3 que se encontram a aguardar a respectiva liquidação financeira.

## Nota 22 - Recursos de bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2007	2006
<b>Recursos de outros bancos centrais</b>		
Recursos a muito curto prazo	181.025	77
	181.025	77
Juros a pagar	120	-
	181.145	77

## Nota 23 - Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2007	2006
<b>Passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>		
Futuros	-	535
	-	535

## Nota 24 - Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2007	2006
<b>Recursos de IC's no país</b>		
Mercado monetário interbancário	8.951	6.133
Recursos a muito curto prazo	-	8.000
Depósitos	71.934	92.192
Empréstimos	26.586	19.555
Outros recursos	14	-
Juros a pagar	2.006	2.205
Encargos diferidos	571	(304)
	110.062	127.781
<b>Recursos de IC's no estrangeiro</b>		
Depósitos	127.413	67.662
Empréstimos	390.740	358.006
Outros recursos	18.309	954
Juros a pagar	2.982	2.269
Encargos diferidos	(1.305)	-
	538.139	428.891
	648.201	556.672

O escalonamento dos Recursos de outras IC's é o seguinte:

milhares €

	2007	2006
Até 3 meses	277.079	317.004
De 3 meses a 1 ano	76.303	125.158
De um a cinco anos	294.819	114.510
	648.201	556.672

## Nota 25 - Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Recursos de clientes</b>		
Depósitos à ordem	1.170.069	1.323.723
Depósitos a prazo	3.450.389	2.634.309
Depósitos de poupança	95.504	93.755
Depósitos obrigatórios	-	73
Cheques e ordens a pagar	29.288	26.454
Outros	7.238	7.052
Juros a pagar	37.344	26.935
Encargos diferidos	-	-
	<b>4.789.832</b>	<b>4.112.301</b>
<b>Outros</b>		
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(3.283)	(4.771)
	<b>(3.283)</b>	<b>(4.771)</b>
	<b>4.786.549</b>	<b>4.107.530</b>

O escalonamento dos Recursos de clientes e outros empréstimos é o seguinte:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Exigível à vista</b>	<b>1.233.618</b>	<b>1.386.469</b>
<b>Exigível a prazo</b>		
Até 3 meses	1.570.430	1.605.429
De 3 meses a 1 ano	1.325.753	1.003.879
De um a cinco anos	655.240	111.752
Mais de cinco anos	1.508	-
	<b>4.786.549</b>	<b>4.107.530</b>

## Nota 26 - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Certificados de depósito</b>		
Emissões	14.280	11.698
	<b>14.280</b>	<b>11.698</b>
<b>Obrigações de caixa</b>		
Emissões	25.000	40.040
	<b>25.000</b>	<b>40.040</b>
<b>Outros</b>		
Euro Medium Term Notes (EMTN)	200.000	200.000
	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>
Juros a pagar	227	1.378
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	(105)	(387)
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(2.869)	(1.894)
	<b>(2.747)</b>	<b>(903)</b>
	<b>236.533</b>	<b>250.835</b>

Durante o exercício de 2007 o Grupo BPN não procedeu à emissão de qualquer dívida ao abrigo do EMTN Programme (31 Dezembro 2006: 200 milhões de euros).

A duração residual de responsabilidades representadas por títulos é a seguinte:

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	2.099	241
De 3 meses a 1 ano	2.407	11.457
De um a cinco anos	232.027	219.097
Mais de cinco anos	-	20.040
	<b>236.533</b>	<b>250.835</b>

As características essenciais destas responsabilidades a 31 de Dezembro de 2007, para o Grupo, são como segue:

milhares €

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Moeda Original de Emissão
<b>Certificados de depósito</b>					
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jan-06	Jan-08	101% CDI	197	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-06	Jan-08	104% CDI	30	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	131	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	59	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	899	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	156	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	29	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	221	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	59	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	283	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-06	Fev-08	105% CDI	24	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-06	Mar-08	105% CDI	10	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-06	Abr-08	100% CDI	91	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-06	Abr-08	100% CDI	504	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	104% CDI	236	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	105% CDI	47	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	105% CDI	45	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	107% CDI	24	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	107% CDI	24	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Set-09	100% CDI	22	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Set-09	100% CDI	43	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Set-09	100% CDI	43	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Set-09	102% CDI	121	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Nov-09	102% CDI	117	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Nov-09	112% CDI	777	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jul-07	Jun-10	110% CDI	41	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Ago-10	110% CDI	40	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Set-10	104% CDI	399	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Out-10	110% CDI	78	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-08	105% CDI	9	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jul-06	Jun-08	107% CDI	232	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-06	Jul-08	100% CDI	6	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-06	Ago-08	105% CDI	27	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-06	Ago-08	104% CDI	21	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Out-06	Set-08	104% CDI	7	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Nov-08	100% CDI	139	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Nov-08	100% CDI	110	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	103% CDI	30	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	104% CDI	30	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jan-07	Dez-08	107% CDI	22	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jan-07	Jan-09	105% CDI	4	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jan-07	Jan-09	104% CDI	429	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-07	Jan-09	104% CDI	43	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-07	Jan-09	107% CDI	5	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-07	Fev-09	103% CDI	13	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-07	Mar-09	106% CDI	42	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-07	Mar-09	100% CDI	49	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-07	Abr-09	106% CDI	19	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Abr-09	104% CDI	124	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Abr-09	106% CDI	25	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Mai-09	100% CDI	92	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Mai-09	110% CDI	414	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Mai-09	110% CDI	621	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Mai-09	110% CDI	1.239	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	103% CDI	18	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	101% CDI	41	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	103% CDI	26	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	107% CDI	164	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	107% CDI	143	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	107% CDI	143	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	100% CDI	181	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	110% CDI	24	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	110% CDI	5	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	110% CDI	5	REAL

(cont.)

(cont.)

milhares €

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Moeda Original de Emissão
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	110% CDI	58	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	110% CDI	20	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jul-06	Jun-09	100% CDI	9	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-07	Ago-09	104% CDI	4	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-07	Ago-09	104% CDI	8	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Out-07	Set-09	103% CDI	163	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Out-07	Set-09	110% CDI	1.237	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Out-09	103% CDI	243	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Out-09	105% CDI	10	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Nov-09	104% CDI	91	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Nov-09	101% CDI	1.132	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Nov-09	100% CDI	19	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Nov-09	100% CDI	19	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Nov-09	103% CDI	260	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Nov-09	108% CDI	37	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Dez-09	105% CDI	64	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Dez-09	102% CDI	578	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Dez-09	100% CDI	81	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-07	Fev-10	100% CDI	195	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-07	Mar-08	100% CDI	21	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-07	Abr-08	100% CDI	13	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Jun-08	100% CDI	768	REAL
Periodificações, custos e proveitos diferidos				14.280	
<b>Obrigações</b>					
Obrigações de Caixa BPN Dividendos	Abr-07	Abr-09	*	5.000	EUR
Obrigações de Caixa BPN Competição Ibérica	Out-07	Out-10	**	10.000	EUR
Obrigações de Caixa BPN Private Equity	Jul-07	Jul-10	***	10.000	EUR
Periodificações, custos e proveitos diferidos				25.000	
<b>Outros</b>					
BPN_Floating Rate Notes due 2009	Set-06	Set-13	Euribor 3M + 0,35%	200.000	EUR
Periodificações, custos e proveitos diferidos				200.000	
Juros a pagar				227	
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado				(105)	
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura				(2.870)	
Periodificações, custos e proveitos diferidos					
				236.533	

\* Na Data de Reembolso, a Remuneração Variável aplicável é determinada da seguinte forma: VN x Max (3,85%, Participação x Outperformance).

\*\* A remuneração variável, a ser paga na Data de Reembolso, é igual ao máximo entre 0% do Valor Nominal e 80% do produto do Valor Nominal com a melhor performance entre o IBEX e o PSI20.

\*\*\* A remuneração, a ser paga na Data de Reembolso, é igual ao máximo entre 3% do Valor Nominal e 108% do produto do Valor Nominal com a Performance do Cabaz.

## Nota 27 - Passivos financeiros associados a activos transferidos

O BPN, S.A., lançou em 20 de Dezembro de 2006, uma operação de titularização sob a designação de Chaves SME CLO No.1. As principais características da operação, são resumidas no quadro seguinte:

Denominação	2007		Vida média		
	(milhares Euros)	Data de emissão	estimada	Garantia	Spread
- Chaves SME CLO No.1	601.100	20-12-2006	5,73	Créditos a PME's	0,20%
Montante liquidado	(30.347)				
	570.753				

Denominação	2006		Vida média		
	(milhares Euros)	Data de emissão	estimada	Garantia	Spread
- Chaves SME CLO No.1	601.210	20-12-2006	5,73	Créditos a PME's	0,20%
Montante liquidado	(35.931)				
	565.279				

A operação acima referida tem um período de revolving que termina em Dezembro de 2009, momento a partir do qual deverá começar o reembolso das Notes.

## Nota 28 - Provisões e imparidades

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante o ano de 2007 foi o seguinte:

	Saldo 31.12.06	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Transf.	Variação Cambial / Outros	Saldo 31.12.07
<b>Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda:</b>							
Instrumentos de dívida		167	-	-	-	-	167
Instrumentos de capital		600	(8)	-	-	(218)	374
Outros títulos		-	-	-	-	-	-
Créditos e outros valores a receber		-	-	-	-	-	-
<b>Imparidades em aplicações em IC's</b>		-	-	-	-	-	-
Imparidades em crédito a clientes	137.242	50.300	(22.829)	(32.825)	(24)	9.046	140.910
Imparidade em associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-	-	-	-
Imparidades em activos com acordo de recompra		-	-	-	-	-	-
Imparidades em outros activos detidos até à maturidade		-	-	-	-	-	-
Imparidades em outros activos		-	-	-	-	-	-
Imparidades em activos não financeiros	10.607	5.756	(262)	(176)	366	(5.267)	11.024
Imparidades por seguro directo e resseguro	4.629	29	-	(152)	(366)	(2.448)	1.692
Provisões para contingências fiscais		227	-	-	-	(227)	-
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	39	7	-	-	-	-	46
Outras provisões	1.774	805	(212)	(137)	24	1.773	4.027
	154.291	57.891	(23.311)	(33.290)	-	2.659	158.240

## Nota 29 - Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Empréstimos subordinados</b>		
Titulados		
Emissões	150.000	150.000
	150.000	150.000
Encargos a pagar	465	-
	465	-
	150.465	150.000

As características dos passivos subordinados são como se segue:

milhares €					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Obs.
<b>Empréstimos subordinados</b>					
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE)	Mai-2003	Mai-2013	*	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Jun-2003	Jun-2013	*	50.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Jun-2003	Jun-2013	*	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN/2005	Dez-2005	Dez-2015	**	50.000	
				150.000	
Periodificações, custos e proveitos diferidos				465	
				150.465	

\* A taxa de juro do 1º cupão foi de 4,75% sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 2%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do BdP.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

\*\* A Taxa de Juro do 1º cupão foi de 4% sendo que : a) nos cupões que se vencem de 22/12/2006 a 22/12/2010, correspondente à Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15% ; b) nos restantes cupões, correspondente à Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,5%. O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do BdP.

## Nota 30 - Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Credores por seguro directo e resseguro</b>	338.666	339.306
	338.666	339.306
<b>Credores e outros recursos</b>		
Credores por operações sobre futuros e opções	127	191
Recursos diversos	833	812
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	188.680	165.642
Sector público administrativo	13.549	9.429
Cobranças por conta de terceiros	139	119
Contribuições para outros sistemas de saúde	265	239
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	4.485	1.183
Credores por fornecimento de bens	716	6.735
Credores por contratos de factoring	41.278	36.397
Outros credores	23.109	28.768
	273.181	249.515
<b>Receitas a receber</b>		
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas) de operações passivas	-	-
	-	-
<b>Despesas com encargo acrescido</b>		
Credores e outros recursos	-	-
Outras operações passivas	(5)	(3)
	(5)	(3)
<b>Fundo de pensões (ver nota 6)</b>		
Desvios actuariais negativos	-	-
Défice de cobertura	1.633	1.713
	1.633	1.713

(cont.)

(cont.)

milhares €

	2007	2006
<b>Encargos a pagar</b>		
Juros a pagar	2.353	1.458
Prémios de Antiguidade (ver nota 6)	4.174	3.817
Outros encargos a pagar	17.697	18.855
	24.224	24.130
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
De rendas de locação operacional	435	4.273
De outras rendas	1	1
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	982	758
De compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	14	-
Outras	13.752	12.265
	15.184	17.297
<b>Outras contas de regularização</b>		
Posição cambial	9.140	924
Operações cambiais a liquidar	32.993	12.145
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	3.816	1.150
Outras operações a regularizar	59.682	286.675
	105.631	300.894
	758.514	932.852

### Nota 31 - Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social do BPN, SGPS encontrava-se representado por 360 milhões de acções, com um valor nominal de 1 euro cada, as quais se encontravam, totalmente subscritas e realizadas, pela Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, SA.

### Reserva legal

A reserva legal tem como única finalidade a cobertura de prejuízos acumulados ou o aumento de capital. A legislação portuguesa decorrente do Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, prevê que a reserva legal, seja anualmente creditada, com pelo menos 10% do lucro líquido do exercício, até ao montante do Capital Social.

### Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquida de imparidade, reflectida em resultados do exercício e/ou de exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses minoritários.

milhares €

	2007	2006
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	1	-
Imparidade acumulada reconhecida	-	-
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	1	-
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	(8.711)	(1.451)
Resultados potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(8.712)	(1.451)
Reservas por impostos diferidos	2.357	(1.703)
Resultados potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	-	-
Reservas de Justo valor total	(6.355)	(3.154)
Interesses Minoritários	55	4
<b>Reservas de Justo Valor atribuíveis ao Grupo</b>	<b>(6.300)</b>	<b>(3.150)</b>

### Interesses Minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses Minoritários é como segue:

milhares €

	2007		2006	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
AVS - Corretores de Seguros	428	224	342	197
BPN Participações Brasil	4.102	(2)	3.377	(135)
Fincor	424	142	320	2
Mercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	8.014	3.014	-	-
Pallazo - Fundo de Investimento Imobiliário	2.000	-	-	-
Real Seguros	1.643	270	1.311	237
Solução - Corretores de Seguros, SA	443	42	-	-
Outros	183	480	352	(133)
	17.237	4.170	5.702	168

## Nota 32 - Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</b>		
Garantias e avales	503.200	396.453
Cartas de crédito stand-by	5.500	2.993
Créditos documentários abertos	32.077	29.569
	540.777	429.015
<b>Activos dados em garantia</b>	36.234	32.246
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
Compromissos irrevogáveis		
Opções sobre activos	-	9.400
Contratos a prazo de depósitos	2.038	5.695
Linhas de crédito irrevogáveis	209.366	178.839
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	3.909	3.771
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidor	92	133
Outros compromissos irrevogáveis	14.650	-
Compromissos revogáveis	1.385.456	999.717
	1.615.511	1.197.555
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
De depósito e guarda de valores	6.667.974	8.209.633
De cobrança de valores	90.213	76.518
Valores administrados pela instituição	2.424.494	2.772.456
	9.182.681	11.058.607
	11.375.203	12.717.423

As garantias e avales prestados, materializam-se em operações bancárias que não implicam a mobilização de fundos por parte do Grupo.

Os créditos documentários assumem-se como compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo SLN, por conta dos seus clientes, de pagar ou delegar pagar um determinado montante ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, mediante a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou da prestação do serviço. A natureza irrevogável reside no facto de não ser possível o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, são acordos contratuais para a concessão de crédito aos clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, são contratualizados com prazos definidos ou com outros requisitos de vencimento. Todos os compromissos de concessão de crédito em curso exigem que os clientes cumpram determinados requisitos, verificados aquando da formalização dos mesmos.

Não obstante, as particularidades dos passivos e compromissos contingentes, a análise destas operações exige os mesmos requisitos de qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade do cliente e do negócio que se lhe encontra adstrito. O Grupo adoptou como política, a colateralização das referidas operações, sempre que tal se demonstrar como necessário.

Dado ser expectável que a maioria dos compromissos expire, sem que tenham sido utilizados, os seus valores não evidenciam, necessidades futuras de caixa.

Em 31 de Dezembro o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal, no âmbito do Crédito intra diário, no montante de 28.449 milhares de euros;
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (C.M.V.M.), no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores, no montante de 26 milhares de euros e
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de 3.771 milhares de euros.

### Nota 33 - Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades	9.827	4.570
Juros de aplicações em instituições de crédito	20.264	22.094
Juros de crédito a clientes	339.084	273.903
Juros de crédito vencido	4.206	3.184
Juros de outros activos financeiros	66.309	16.013
Comissões recebidas ao custo amortizado	15.939	12.151
	<b>455.629</b>	<b>331.915</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos		
De bancos centrais	79	746
De outras instituições de crédito	28.368	28.204
Depósitos de clientes	158.711	117.260
Outros recursos de clientes	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	14.652	3.639
Juros de passivos financeiros	10.013	3.669
Juros de derivados	-	-
Juros de passivos subordinados	8.805	7.089
Outros juros e encargos	42.935	4.587
Comissões pagas ao custo amortizado	3.801	2.859
	<b>267.364</b>	<b>168.053</b>
	<b>188.265</b>	<b>163.862</b>

### Nota 34 - Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Activos financeiros disponíveis para venda	3.514	629
Outros instrumentos de capital	47	96
	<b>3.561</b>	<b>725</b>

### Nota 35 - Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Serviços e comissões recebidas</b>		
Por garantias prestadas	7.025	6.287
Por compromissos assumidos perante terceiros	415	191
Por operações sobre instrumentos financeiros	-	-
Por serviços prestados	44.031	35.522
Por operações realizadas por conta de terceiros	10.863	9.536
Outras comissões recebidas	20.621	21.832
	<b>82.955</b>	<b>73.368</b>
<b>Serviços e comissões pagas</b>		
Por garantias recebidas	4	24
Por compromissos assumidos por terceiros	-	-
Por operações sobre instrumentos financeiros	21	-
Por serviços bancários prestados por terceiros	28.362	20.960
Por operações realizadas por terceiros	3.495	1.079
Outras comissões pagas	4.205	8.034
	<b>36.087</b>	<b>30.097</b>
	<b>46.868</b>	<b>43.271</b>

### Nota 36 - Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Ganhos e perdas em operações ao justo valor</b>		
Ganhos e perdas em activos financeiros detidos para negociação	12.868	21.223
Ganhos e perdas em outros activos financeiros	1.029	2.203
Ganhos e perdas em activos com acordo de recompra	-	-
Ganhos e perdas em derivados de cobertura	(2)	(251)
Ganhos e perdas em passivos financeiros	-	-
Valores objecto de operações de cobertura	(21)	(126)
	13.874	23.049
<b>Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda</b>		
Instrumentos de dívida	727	334
Instrumentos de capital	(216)	(2)
Outros títulos	-	2.468
Créditos e outros valores a receber	-	-
	511	2.800
<b>Resultados de reavaliação cambial</b>		
Ganhos em diferenças cambiais	12.682	15.726
Perdas em diferenças cambiais	9.307	12.799
	3.375	2.927
<b>Resultados de alienação de outros activos</b>		
Ganhos e perdas na alienação de crédito a clientes	3.484	2.329
Ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade	-	-
Outros ganhos e perdas em operações financeiras	-	-
Ganhos e perdas em investimentos em filiais	243	262
Ganhos e perdas em activos não financeiros	-	-
	3.727	2.591
	21.487	31.367

### Nota 37 - Resultado líquido de resseguro

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Prémios líquidos de resseguro	115.674	117.573
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(75.599)	(83.959)
Variações provisões técnicas líquidas de resseguro	1.280	(6.118)
	41.355	27.496

### Nota 38 - Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Rendimentos e receitas operacionais</b>		
Rendas	5.311	1.880
Ganhos em activos não financeiros	4.918	4.178
Outros ganhos e rendimentos operacionais	53.266	68.297
Outros ganhos e rendimentos financeiros	14.586	16.601
	<b>78.081</b>	<b>90.956</b>
<b>Encargos e gastos operacionais</b>		
Rendas	9	9
Quotizações e donativos	1.105	317
Contribuições para o FGD	817	711
Perdas em activos não financeiros	1.554	612
Outros encargos e gastos operacionais	23.664	24.987
Outros encargos e gastos financeiros	11.135	3.274
	<b>38.284</b>	<b>29.910</b>
<b>Outros Impostos</b>		
Impostos indirectos	4.770	3.720
Impostos directos	2.513	783
	<b>7.283</b>	<b>4.503</b>
	<b>32.514</b>	<b>56.543</b>

### Nota 39 - Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	4.558	3.945
Remuneração de empregados	76.876	71.888
Prémios por Antiguidade (Nota 6)	4.174	3.817
Custos com pensões de reforma e benefícios de saúde (Nota 6)	14.470	11.805
Encargos sociais obrigatórios	4.972	4.815
Outros custos com pessoal	4.892	3.496
	<b>109.942</b>	<b>99.766</b>

O aumento do valor dos custos com pensões e benefícios de saúde, no exercício findo em Dezembro de 2007, quando comparado com o exercício transacto, fica a dever-se no essencial, ao aumento dos desvios actuariais em consequência da performance do fundo (ver Nota 6).

O montante da rubrica "Outros Custos com Pessoal" engloba, 1.000 milhares de euros (173 milhares de euros a 31.12.2006), referente a indemnizações contratuais, assumidas por subsidiárias do Grupo BPN, SGPS, SA.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo tinha 2 905 colaboradores (2 699 em 31 de Dezembro de 2006).

## Nota 40 - Gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Água energia e combustíveis	3.611	3.491
Material de consumo corrente	904	1.207
Publicações	180	130
Material de higiene e limpeza	1.724	1.731
Outros fornecimentos de terceiros	2.531	1.968
Rendas e alugueres	16.686	12.983
Comunicações	11.468	12.055
Deslocações, estadas e representação	5.146	5.137
Publicidade e edição de publicações	9.625	9.187
Conservação e reparação	1.715	1.991
Transportes	136	445
Formação de pessoal	499	309
Seguros	1.404	1.361
Serviços especializados		
Avenças e honorários	4.191	3.425
Judiciais contencioso e notariado	954	712
Informática	2.432	1.202
Segurança e vigilância	201	158
Limpeza	4	-
Informações	1.330	2.276
Bancos de dados	25	21
Mão de obra eventual	975	250
Estudos e consultas	1.931	57
Consultores e auditores externos	1.502	1.897
Tratamento de valores	2.188	4.599
SIBS	1.427	300
Avaliadores externos	394	50
Outros	12.913	15.500
Outros serviços de terceiros	11.493	5.651
	97.589	88.093

## Nota 41 - Provisões e Imparidade

A rubrica de Provisões líquidas de reposições e anulações tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Provisões para contingências fiscais</b>		
Dotações	227	178
Reversões	-	-
	227	178
<b>Provisões para encargos com benefícios aos empregados</b>		
Dotações	7	11
Reversões	-	-
	7	11
<b>Outras provisões</b>		
Dotações	805	5.888
Reversões	(212)	(736)
	593	5.153
	827	5.342

A rubrica de **Imparidade do crédito** tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Crédito a clientes</b>		
Dotações	50.300	54.315
Reversões	(22.829)	(21.690)
	27.471	32.625
	27.471	32.625

A rubrica de **Imparidade de outros activo** tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Outros activos financeiros</b>		
Dotações	767	486
Reversões	(8)	(1.189)
	759	(703)
<b>Outros activos</b>		
Dotações	5.785	1.945
Reversões	(262)	(587)
	5.523	1.358
	6.282	655

#### Nota 42 - Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
Entidade associada	2007	2006
African Leasing Company, S.A.R.L.	585	-
Avipronto	25	557
AVS - Corretores de Seguros	-	(9)
Banco Efisa	-	4.208
BPN Acções Europa	47	-
BPN Acções Global	(19)	-
BPN Taxa Fixa	85	-
BPN Valorização Patrimonial	100	-
BPN Imoglobal	507	(74)
BPN Imoreal	5.021	2.605
BPN Participações Financeiras	-	32
BPN S.A.	-	1.458
BPN SGPS	-	(155)
FIQ - Fundo Investimento Qualificado - Banco EFISA	(36)	157
Nacional	14	-
Nossa	6	-
SMN-Serviços Médicos Nocturnos, S.A. (UNIMED)	-	(68)
	6.334	8.711

## Nota 43 - Resultado consolidado

Nos exercícios de 2006 e 2007, o Resultado Consolidado do BPN, SGPS, S.A., decompõe-se da seguinte forma:

	milhares €	
	2007	2006
BPN Serviços ACE	-	445
African Leasing Company, S.A.R.L.	584	-
Avipronto	25	556
AVS - Corretores de Seguros	455	393
AVS-Consultadoria e Gestão	(1)	(5)
BIZ Service - Tecn. Meios Pgto	10	(705)
BPN Brasil	1.749	(519)
BPN Crédito Brasil	(3.938)	1.674
BPN Gestão Activos	2.088	3.112
BPN - I.F.I., S.A.	1.804	1.291
BPN Imofundos	5.692	6.046
BPN Participações Brasil	(7)	118
BPN Participações Financeiras	(524)	(1.365)
BPN S.A.	19.212	25.375
BPN SGPS	(858)	(644)
Real Vida Seguros	7.771	2.019
BPN Madeira	(6)	(28)
Calzeus	(350)	-
BPN Cayman	1.771	5.470
CLIUNI	-	(129)
Portuale Corretora de Seguros	(21)	(19)
Coseal Lda	4	(9)
Banco Efisa	1.335	4.191
Fincor	569	9
FCR Banco EFISA	(36)	156
BPN Crédito IFIC	4.927	9.841
BPN Acções Global	(19)	-
BPN Acções Europa	47	-
BPN Taxa Fixa Euro	84	-
BPN Valorização	99	-
BPN Imoglobal	503	(73)
Imoreal	5.002	2.595
Inaveste - Mediadora de Seguros	53	-
Mercapital	3.014	-
Medinorte	-	(11)
MEXCOR - Soc. Med. de Seguros	-	(1)
Nacional	11	-
Nossa	5	(858)
Palazzo	-	-
Real Re	-	(92)
Rentilusa	(1.073)	219
Real Seguros	7.558	6.592
BPN Internacional	(927)	(469)
SMN-Serviços Médicos Nocturnos, S.A. (UNIMED)	-	158
Solução - Corret. e Cons. Seguros	145	-
Taseguro - Mediadora de Seguros	(5)	-
UMS	-	(17)
	<b>56.752</b>	<b>65.316</b>

## Nota 44 - Justo valor

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, a 31 de Dezembro de 2007, é como se segue:

	milhares €					
	2007			2006		
	Valor de Balanço	Ao Justo valor	Diferença	Valor de Balanço	Ao Justo valor	Diferença
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	518.875	518.875	-	351.980	351.980	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	221.423	221.423	-	531.266	531.266	-
Activos financeiros detidos para negociação	126.689	126.689	-	146.065	146.065	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	13.653	13.653	-	331.661	331.661	-
Activos financeiros disponíveis para venda	542.799	542.258	541	320.797	320.797	0
Aplicações em instituições de crédito	208.620	208.620	-	224.356	224.356	-
Crédito a Clientes	5.798.283	5.657.373	140.910	4.906.877	4.769.635	137.242
Derivados de cobertura	115	115	-	79	79	-
Investimentos em associadas	166.063	166.063	-	162.499	163.616	(1.117)
	<b>7.596.520</b>	<b>7.455.069</b>	<b>141.451</b>	<b>6.975.580</b>	<b>6.839.455</b>	<b>136.125</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	181.145	181.145	-	77	77	-
Passivos financeiros detidos para negociação	22.675	22.675	-	27.768	27.768	-
Recursos de outras instituições de crédito	648.201	648.201	-	556.672	556.672	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.786.549	4.786.549	-	4.107.530	4.107.530	-
Responsabilidades representadas por títulos	236.533	236.533	-	250.835	250.835	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	570.753	570.753	-	565.279	565.279	-
Derivados de cobertura	1.295	1.295	-	394	394	-
Outros passivos subordinados	150.465	150.465	-	150.000	150.000	-
	<b>6.597.616</b>	<b>6.597.616</b>	<b>-</b>	<b>5.658.555</b>	<b>5.658.555</b>	<b>-</b>

Os principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros constantes em balanço são:

### Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito e Aplicações em Instituições de Crédito (OIC's)

Tendo em consideração os curtos prazos de maturidade inerentes a estes instrumentos financeiros, o valor registado em balanço, é uma estimativa razoável para o respectivo justo valor.

### Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O justo valor dos presentes instrumentos financeiros, decorre de cotações de mercado, quando estas existem, caso contrário, este é estimado com base nos seus fluxos de caixa futuros, relativamente a capital e juros.

### Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado, tendo como referência a actualização dos fluxos de caixa esperados no que respeita a capital e juros, admitindo que as responsabilidades são liquidadas, nas datas definidas contratualmente. Os fluxos de caixa esperados de carteiras de crédito homogêneas, são projectados numa base de *portfolio*.

### Recursos de Bancos Centrais e Recursos de OIC's

Atendendo aos prazos curtos, associados à maturidade dos instrumentos financeiros em causa, o seu valor de balanço afigura-se como uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

O seu justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que o pagamento das prestações devidas, se verifica nas datas contratualmente acordadas. A taxa de desconto utilizada reflecte a taxa de juro efectiva, para instrumentos com características idênticas (valorização ao custo amortizado).

### Responsabilidades Representadas por Títulos e Passivos Subordinados

Para instrumentos que são objecto de cobertura (ver Nota 14), o seu justo valor encontra-se reflectido nas demonstrações financeiras. Em relação aos restantes instrumentos, o justo valor deriva de cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam, este é estimado com base na actualização dos seus fluxos de caixa futuros de capital e juros.

## Nota 45 - Activos sob gestão

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Fundos Imobiliários	1.126.296	1.180.139
Fundos Mobiliários	563.291	738.172
Gestão Descricionária	555.603	538.491
Fundo Pensões	98.176	81.069
Outros Activos sob Gestão	30.702	82.161
	<b>2.374.068</b>	<b>2.620.032</b>

O valor da rubrica "Fundo de Pensões", refere-se ao justo valor dos activos que compõem os fundos que são geridos pela Real Vida Companhia de Seguros, S.A.. Encontram-se sob a sua gestão: (i) o Fundo de Pensões das Empresas Financeiras do Grupo; (ii) o Fundo de Pensões das entidades Seguradoras do Grupo; e (iii) o Fundo de Pensões da entidade Solução, S.A. (assumida no decorrer do ano de 2007).

## Nota 46 - Gestão de riscos da actividade

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco cambial;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

### 46.1 Risco de crédito

A gestão do Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários - empréstimos, garantias e outros passivos contingentes - e em produtos de negociação - swaps, forwards e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, tal como previsto no Regulamento de Crédito do Banco, especialmente para os clientes com exposição superior aos montantes indicados no referido regulamento. Esta análise, efectuada pelos órgãos competentes, com base em informações obtidas junto de entidades bancárias, de empresas de informação (MOPE e Dun & Bradstreet) e de documentação original do cliente, destina-se a aferir sobre a capacidade financeira de cada cliente, através do cálculo da adequada taxa de esforço.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito, designadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente, nomeadamente através da Direcção de Análise e Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontra-se já apresentada na Nota 13.

### 46.2 Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação não antecipada de variáveis do mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, spreads de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

### 46.3 Risco cambial

A política de gestão de risco cambial é estabelecida pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), sendo presidido pela Administração do Banco. O referido Comité de Activos e Passivos é composto por membros da Direcção responsáveis pelos pelouros Financeiro e Comercial.

O perfil definido para o risco cambial é consubstanciado na política de minimização das exposições, procedendo-se à cobertura sistemática dos riscos originados pela actividade comercial do Banco.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), sendo presidido pela Administração do Banco. O referido Comité é composto por membros da Direcção responsáveis pelos pelouros Financeiro e Comercial. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição existentes aos riscos inerentes.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimativa das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

#### Montante Global dos Activos e Passivos expressos em Moeda Estrangeira

O contravalor em Euros em 31 de Dezembro de 2007 das rubricas do Activo, Passivo e Extrapatrimoniais, expressas em moeda estrangeira, é como segue:

milhares €

	2007							
	Dólares Americanos	lenes	Libras Esterlinas	Franco Suiços	Coroas Norueguesa	Reais Brasileiros	Outras Moedas	Total
Activo	622.221	30.170	20.181	990	79	24.254	38.871	736.765
Passivo	812.180	16.952	40.010	993	3.849	16.854	5.725	896.562
Situação Líquida	(189.959)	13.218	(19.829)	(3)	(3.770)	7.400	33.146	(159.796)
Op. Cambiais a Prazo	249.556	13.154	26.783	5	3.770	(315)	2.952	295.905
Posição cambial global	59.597	26.372	6.954	2	(0)	7.085	36.098	136.108

#### 46.4 Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A política de gestão de risco de liquidez é estabelecida pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), sendo presidido pela Administração do Banco. O referido Comité de Activos e Passivos é composto por membros da Direcção responsáveis pelos pelouros Financeiro e Comercial.

A política seguida no âmbito da gestão de risco de liquidez, assenta na gestão de balanço que procura preservar os equilíbrios fundamentais entre maturidade de activos e exigibilidade de passivos, salvaguardando-se a manutenção dos rácios de liquidez em níveis adequados. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

#### 46.5 Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por faltas e falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional encontra-se em curso a implementação de um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, controlo e mitigação desses riscos.

#### Nota 47 - Passivos contingentes

Não são conhecidos passivos contingentes à data de 31 de Dezembro de 2007.

#### Nota 48 - Acontecimentos após a data do balanço

Até à presente da data não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas em referência à data de 31 de Dezembro de 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Luís Miguel Reis de Almeida

Conselho de Administração

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa  
Vogal

Francisco Gonçalves Sanches  
Vogal

### 3. Certificações do BPN, SGPS, S.A. (contas individuais e consolidadas)





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **BPN, SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 410.836 milhares de euros e um total de capital próprio de 405.397 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 36.479 milhares de euros), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no Aviso nº1/2005 do Banco de Portugal (“NCA’S”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

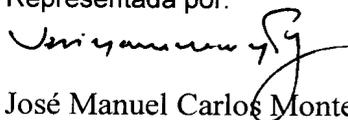
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BPN, SGPS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e as notas explicativas no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

y

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração do **BPN, SGPS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, compreendendo o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas.

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira do **BPN, SGPS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das Notas explicativas.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

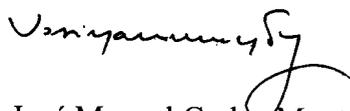
- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

**O FISCAL ÚNICO**

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

## **CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS**

### **(Relatório de Auditoria)**

#### **Introdução e responsabilidades**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da BPN - SGPS, SA (adiante também designada por BPN SGPS), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um activo líquido de 410 836 milhares de euros e um total de capital próprio de 405 397 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 36 479 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da BPN SGPS, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

#### **Âmbito**

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BPN - SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

**Ênfase**

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que se encontra em curso no grupo uma revisão geral do perímetro das entidades relacionadas.



BDO & Ammer - Sora

Lisboa, 23 de Maio de 2008

uy

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de **BPN - SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 8.025.374 milhares de euros e um total de capital próprio de 476.203 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 60.922 milhares de euros), a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Explicativas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

J. Monteiro & Associados é membro da Russell Bedford International, rede mundial de empresas independentes de auditoria e consultoria

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

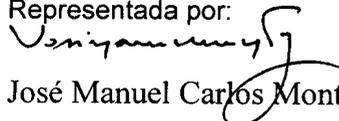
#### **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **BPN - SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações nos capitais próprios consolidados e as notas explicativas no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

g

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**  
**SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2007**

Senhores Accionistas,

No cumprimento do disposto nos estatutos do **BPN - SGPS, S.A.** e na legislação vigente, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida no Grupo BPN SGPS e emitir o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2007, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

### 1. ACTUAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

No âmbito das atribuições que nos estão cometidas, desenvolvemos a nossa actuação, nomeadamente através de reuniões e de contactos regulares com os Administradores do Grupo, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários, examinámos as demonstrações financeiras e respectiva documentação contabilística, apreciamos as Actas do Conselho de Administração e outros documentos que julgámos apropriados nas circunstâncias.

Verificámos que o perímetro de consolidação e/ou as exclusões foram definidas pelo **BPN - SGPS, S.A.**, como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas.

y

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação examinámos, igualmente, as demonstrações financeiras das principais empresas e apreciamos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização no caso de não termos procedido à emissão da respectiva certificação legal das contas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

## **2. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO**

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos na vida do Grupo, ao longo de 2007, bem como as perspectivas para 2008, com relevância para a compreensão da situação actual do Grupo BPN SGPS e satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

## **3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, obedecendo aos preceitos legais e estatutários e exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo BPN SGPS, em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado consolidado das suas operações e as alterações nos capitais próprios consolidados do exercício findo nesta data.

Os critérios valorimétricos adoptados e detalhadamente divulgados nas Notas explicativas, merecem a nossa concordância e foram alterados face ao exercício anterior, dado que a informação financeira relativa ao exercício de 2007 foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

#### 4. GERAL

Realçando o apoio dispensado pelos colaboradores do Grupo BPN SGPS, bem como a colaboração e disponibilidade manifestada pelos seus Conselhos de Administração, aos quais deixo o meu público reconhecimento, emito o seguinte:

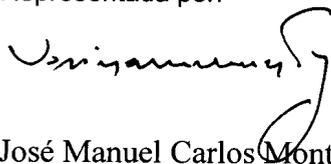
#### 5. PARECER

Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão, o Balanço Consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração do BPN - SGPS, S.A.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

#### O FISCAL ÚNICO

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

**CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS**  
**(Relatório de Auditoria)****Introdução e responsabilidades**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da BPN - SGPS, SA, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um activo líquido de 8 025 374 milhares de euros e um capital próprio de 476 203 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 60 922 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

**Âmbito**

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do

princípio da continuidade; e (v) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Não examinámos as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 de um conjunto de empresas, incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, que representam cerca de 3% do activo líquido consolidado e cerca de 10% do resultado líquido consolidado, que foram examinadas por outros Revisores Oficiais de Contas, em cujas certificações legais das contas baseámos a nossa opinião. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da BPN - SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

### **Ênfase**

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que se encontra em curso no grupo uma revisão geral do perímetro das entidades relacionadas.

  
BDO BPN - SGPS

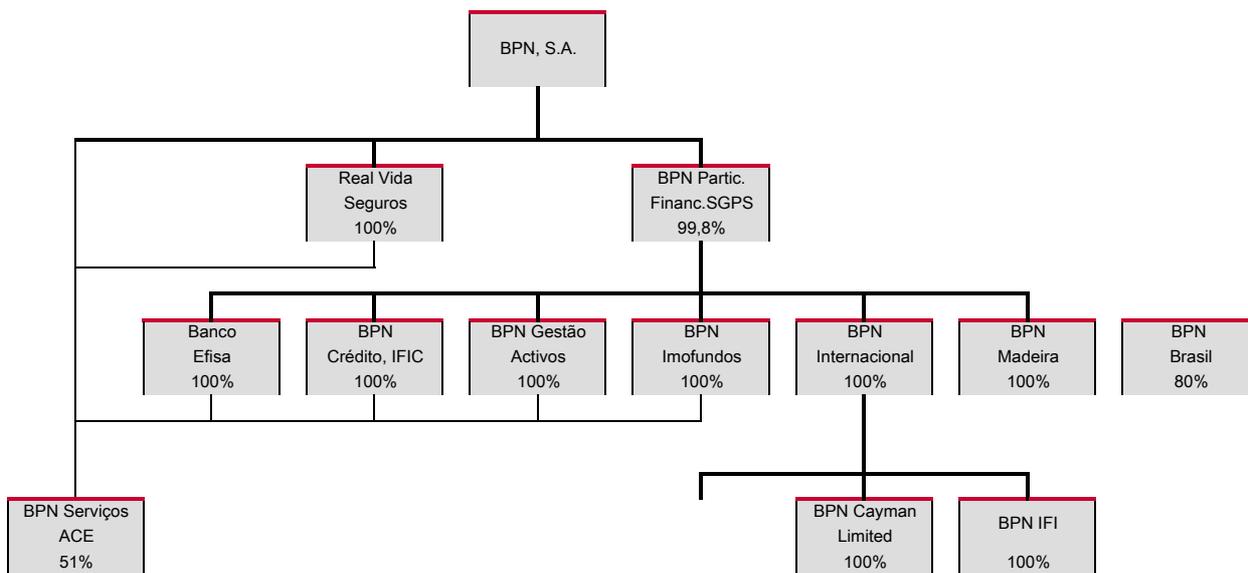
Lisboa, 23 de Maio de 2008

## 4. Mapas Financeiros do BPN, S.A.

### Indicadores Financeiros Consolidados do BPN, S.A.

O Banco Português de Negócios, S.A. é detido na sua totalidade pelo Grupo BPN, SGPS. O conjunto da sua actividade com a das empresas participadas representa cerca de 96,8% dos activos e 82,8% dos resultados consolidados do Grupo BPN, SGPS.

No entanto e porque se trata de informação relevante para análise da evolução da actividade do Banco Português de Negócios, S.A., apresentam-se de seguida os mapas financeiros respeitantes ao universo consolidado, que compreendem as empresas:



## Principais indicadores consolidados do BPN, S.A.

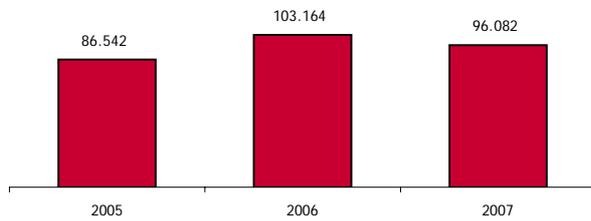
milhares € Var. %

	2007	2006	2005	07/06
<b>Demonstração dos Resultados</b>				
Margem Financeira	184.609	164.360	158.282	12,3%
Produto da Actividade	287.314	271.042	227.257	6,0%
Custos de Estrutura	190.361	168.776	149.800	12,8%
Resultados Operacionais	60.033	67.008	44.751	-10,4%
Resultados Antes de Imposto	65.526	75.686	53.841	-13,4%
Resultados Líquidos	46.986	58.937	42.773	-20,3%
EBITDA	96.082	103.164	86.542	-6,9%
<b>Balanço</b>				
Activo Líquido	7.770.125	6.980.962	5.672.756	11,3%
Situação Líquida	407.887	404.187	382.563	0,9%
Créditos sobre Clientes	5.804.990	4.965.302	4.416.577	16,9%
Gestão de Activos e Fundos de Investimento	2.266.216	2.522.073	2.470.621	-10,1%
Recursos de Clientes e outros empréstimos	4.809.198	4.126.333	4.020.125	16,5%
<b>Rácios</b>				
Rendibilidade média dos capitais próprios (ROAE)	13,3%	17,2%	12,4%	n.a.
Rendibilidade média do Activo (ROA)	0,6%	0,8%	0,8%	n.a.
<i>Cost to Income</i>	66,3%	62,3%	65,9%	n.a.
Rácio de Solvabilidade (BPN S.A.)	9,7%	9,8%	10,3%	n.a.
<b>Seguros</b>				
Prémios de seguro Vida	18.240	17.081	18.145	6,8%
<b>Número de Colaboradores</b>				
Colaboradores BPN S.A.	1.875	1.760	1.686	6,5%
<b>Número de Agências</b>				
Agências (Portugal e França)	213	205	203	3,9%

## BPN, S.A. Consolidado

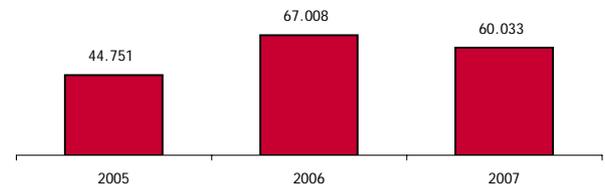
### Cash flow do exercício

milhares €



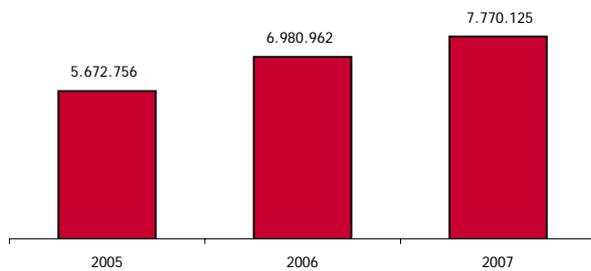
### Resultados Operacionais

milhares €



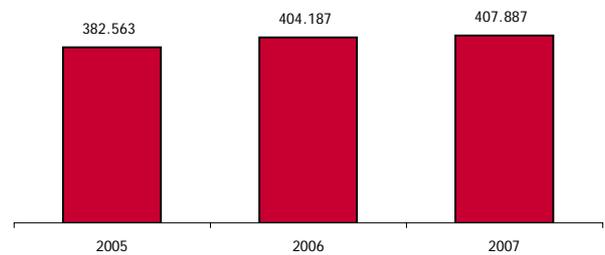
### Activo Líquido

milhares €



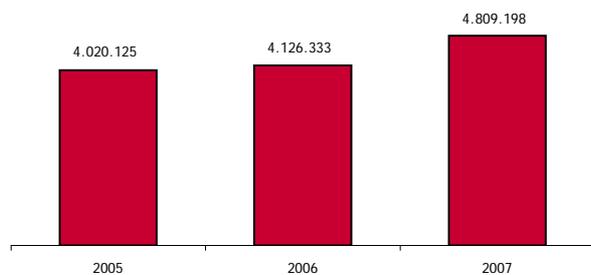
### Situação Líquida

milhares €



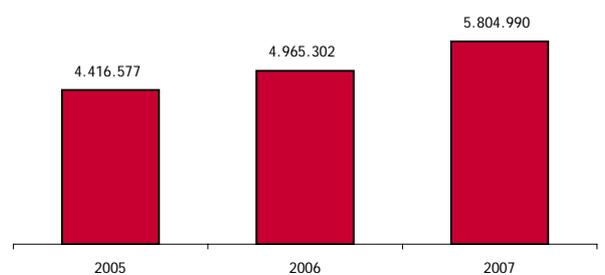
### Recursos Totais de Clientes

milhares €

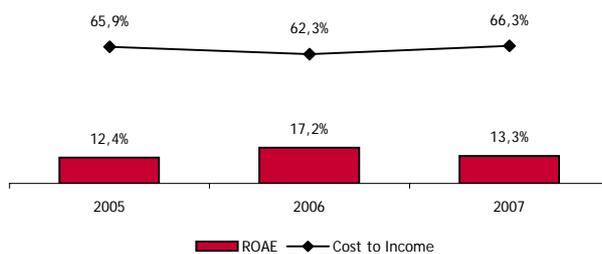


### Créditos sobre Clientes

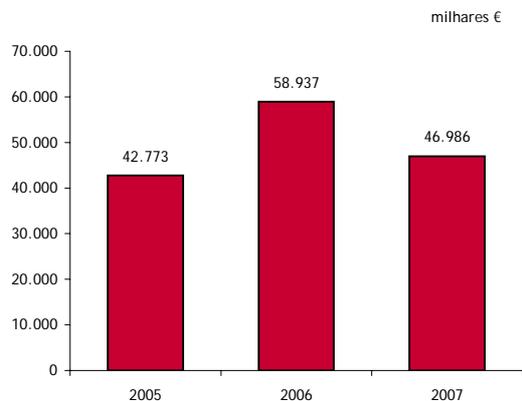
milhares €



### Rendibilidade e Eficiência



### Resultado Consolidado do Exercício



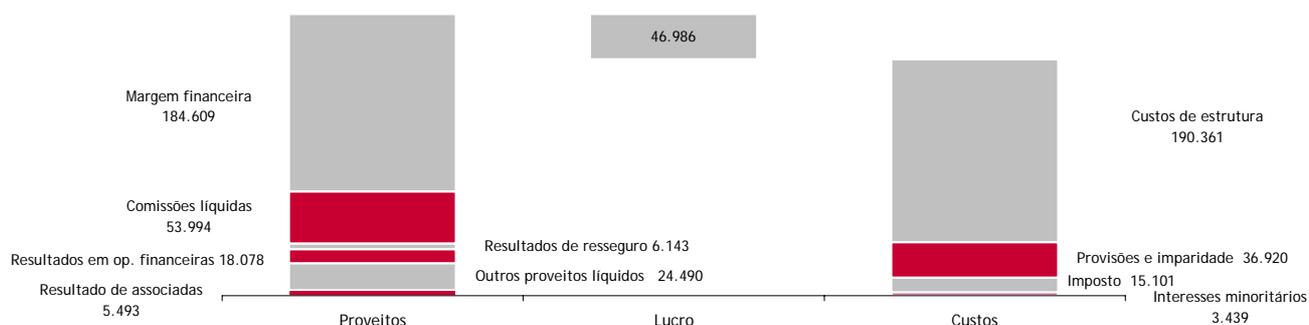
### Demonstração dos Resultados Consolidados

milhares €

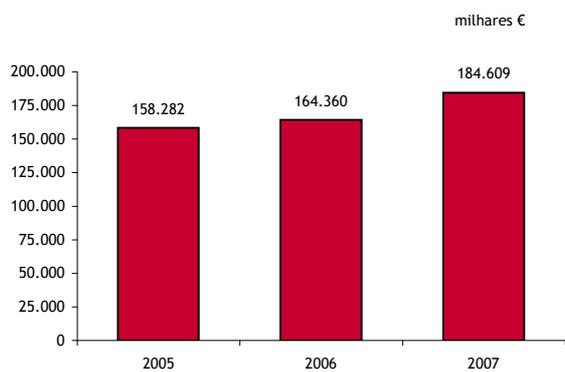
	2007	2006	2005	Δ %
<b>Margem financeira</b>	184.609	164.360	158.282	12,3%
Comissões líquidas	53.994	53.348	43.295	1,2%
Resultados em operações financeiras	14.517	24.595	13.015	-41,0%
Resultados líquido de resseguro	6.143	(8.375)	(3.670)	-173,4%
Outros proveitos líquidos	28.051	37.114	16.336	-24,4%
<b>Produto da actividade</b>	<b>287.314</b>	<b>271.042</b>	<b>227.258</b>	<b>6,0%</b>
Custos operacionais	190.361	168.776	149.800	12,8%
Provisões e imparidade	(36.920)	(35.258)	(32.706)	4,7%
Resultado de associadas	5.493	8.678	9.089	-36,7%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>65.526</b>	<b>75.686</b>	<b>53.841</b>	<b>-13,4%</b>
Imposto	15.101	16.954	11.015	-10,9%
Interesses minoritários	3.439	(205)	53	-1777,6%
<b>Resultado consolidado</b>	<b>46.986</b>	<b>58.937</b>	<b>42.773</b>	<b>-20,3%</b>

### Repartição das Rúbricas de Resultados

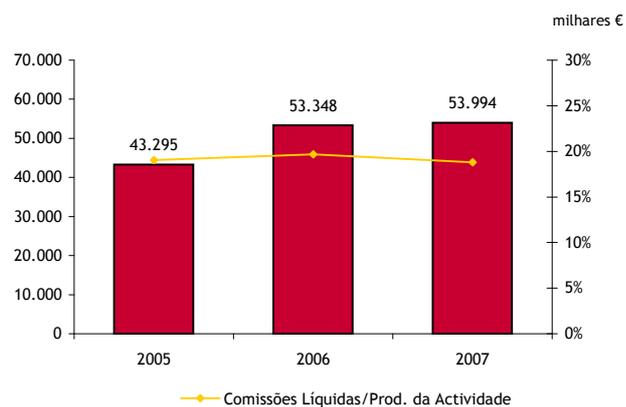
milhares €



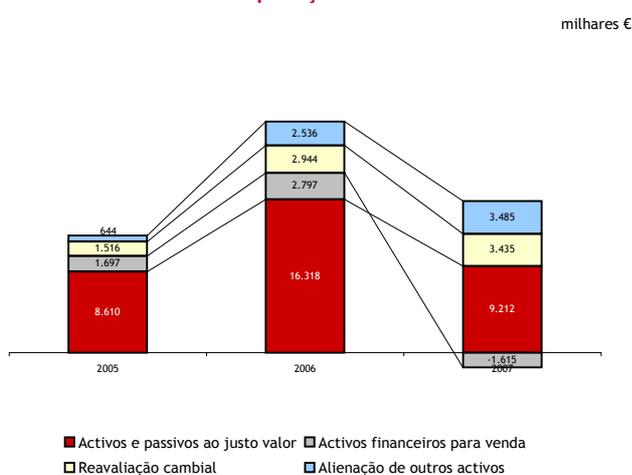
### Margem financeira



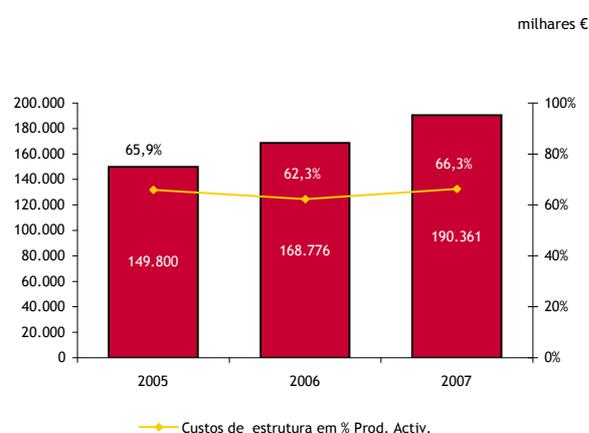
### Comissões



### Resultados em operações financeiras



### Custos de estrutura

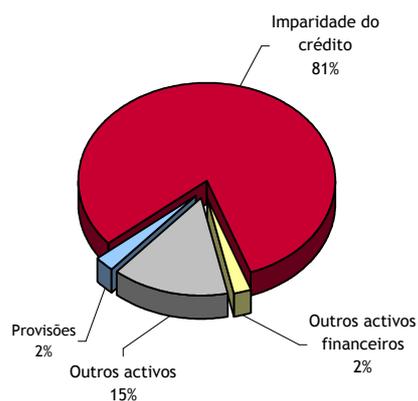


### Custos de estrutura

milhares €

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Custos com pessoal	93.135	48,9%	81.236	48,1%	14,6%
Gastos gerais administrativos	85.050	44,7%	78.571	46,6%	8,2%
Custos de funcionamento	178.185		159.807		11,5%
Amortizações	12.176	6,4%	8.969	5,3%	35,8%
Custos de estrutura	190.361	100,0%	168.776	100,0%	12,8%
Custos com pessoal em % Prod. Activ.		32,4%		30,0%	
Custos de funcionamento em % Prod. Activ.		62,0%		59,0%	
Custos de estrutura em % Prod. Activ.		66,3%		62,3%	

## Provisões e imparidade



## Imparidade

Milhares €

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Imparidade do crédito</b>					
Crédito a clientes	29.768	82,6%	32.625	100,2%	-8,8%
	29.768		32.625		-8,8%
<b>Imparidade de outros activos</b>					
Outros activos financeiros	761	2,1%	(703)	-2,2%	n.a.
Outros activos	5.502	15,3%	641	2,0%	758,3%
	6.263		(62)		-10224,5%
	36.031	100,0%	32.563	100,0%	10,6%

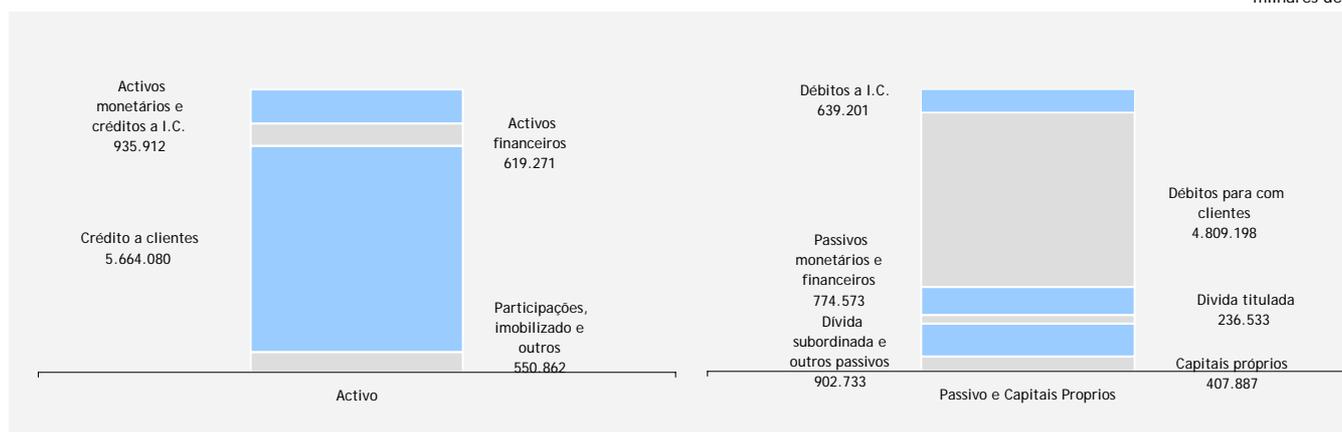
## Evolução das Rúbricas de Balanço Consolidado BPN, S.A.

milhares €

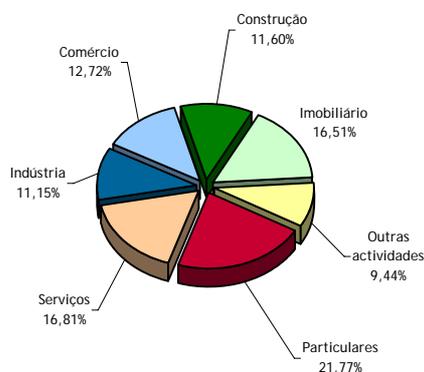
	2007	2006	2005	Δ %
<b>Activo</b>				
Activos monetários e créditos a I.C.	935.912	1.091.683	577.189	-14,3%
Activos financeiros	619.271	730.242	440.799	-15,2%
Crédito a clientes	5.664.080	4.828.060	4.286.401	17,3%
Participações, imobilizado e outros	550.862	330.977	368.367	66,4%
	<b>7.770.125</b>	<b>6.980.962</b>	<b>5.672.756</b>	<b>11,3%</b>
<b>Passivo e Capitais Próprios</b>				
Débitos a I.C.	639.201	546.224	508.914	17,0%
Débitos para com clientes	4.809.198	4.126.333	4.020.125	16,5%
Passivos monetários e financeiros	774.573	593.659	16.146	30,5%
Dívida titulada	236.533	250.835	39.543	-5,7%
Dívida subordinada e outros passivos	902.733	1.059.724	705.465	-14,8%
	<b>7.362.238</b>	<b>6.576.775</b>	<b>5.290.193</b>	<b>11,9%</b>
Capitais próprios	407.887	404.187	382.563	0,9%
	<b>7.770.125</b>	<b>6.980.962</b>	<b>5.672.756</b>	<b>11,3%</b>

## Repartição das Rúbricas de Balanço

milhares de €



## Crédito a clientes



## Crédito a clientes por segmento

milhares €

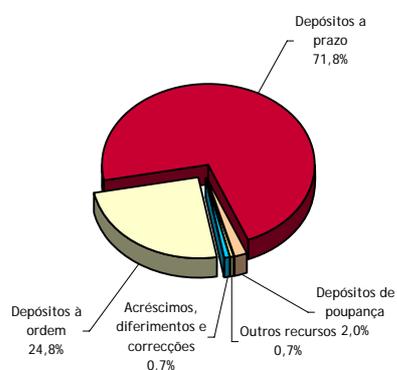
	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Particulares</b>	1.263.873	21,8%	1.278.403	25,7%	-1,1%
<b>Empresas</b>					
Serviços	976.057	16,8%	882.731	17,8%	10,6%
Indústria	647.039	11,1%	547.171	11,0%	18,3%
Comércio	738.203	12,7%	615.806	12,4%	19,9%
Construção	673.179	11,6%	573.862	11,6%	17,3%
Imobiliário	958.462	16,5%	811.450	16,3%	18,1%
Outras actividades	548.177	9,4%	255.879	5,2%	114,2%
	4.541.117		3.686.899		
Crédito bruto	5.804.990		4.965.302		16,9%
Imparidade	(140.910)		(137.242)		2,7%
<b>Total</b>	<b>5.664.080</b>		<b>4.828.060</b>		<b>17,3%</b>

## Activos Financeiros

milhares €

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor e disponíveis para venda e ao justo valor</b>					
Obrigações	394.597	52,7%	519.172	60,1%	-24,0%
Acções	121.289	16,2%	61.377	7,1%	97,6%
Outros títulos	80.988	10,8%	119.656	13,9%	-32,3%
Instrumentos derivados	22.397	3,0%	30.037	3,5%	-25,4%
	619.271		730.242		
Investimentos em Associadas	130.082	17,4%	133.274	15,4%	-2,4%
	130.082		133.274		
<b>Total</b>	<b>749.353</b>	<b>100,0%</b>	<b>863.516</b>	<b>100,0%</b>	<b>-13,2%</b>

## Recursos totais



## Recursos de clientes

milhares €

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Recursos de clientes de Balanço</b>					
Depósitos à ordem	1.191.218	24,8%	1.342.527	32,5%	-11,3%
Depósitos a prazo	3.451.888	71,8%	2.634.309	63,8%	31,0%
Depósitos de poupança	95.504	2,0%	93.755	2,3%	1,9%
Outros recursos	36.527	0,7%	33.578	0,9%	8,8%
Acréscimos, diferimentos e correcções	34.061	0,7%	22.164	0,5%	53,7%
	4.809.198	100,0%	4.126.333	100,0%	16,5%

## Capitais próprios

Milhares €

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Capital	300.000	73,6%	300.000	74,2%	-
Prémios de emissão	6.790	1,7%	6.790	1,7%	-
Reservas de reavaliação	729	0,2%	3.713	0,9%	-
Outras reservas e resultados transitados	39.722	9,7%	28.617	7,1%	38,8%
Diferenças cambiais	1.629	0,4%	2.518	0,6%	-35,3%
Resultado líquido	46.986	11,5%	58.937	14,6%	-20,3%
Interesses minoritários	12.031	2,9%	3.612	0,9%	233,1%
	407.887	100,0%	404.187	100,0%	0,9%

## Balanço Consolidado (BPN, S.A.)

milhares €

	31.12.07		31.12.06	
	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	517.593	-	517.593	349.013
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.729	-	209.729	521.635
Activos financeiros detidos para negociação	126.056	-	126.056	145.279
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	13.653	-	13.653	2.913
Activos financeiros disponíveis para venda	480.101	539	479.562	582.050
Aplicações em instituições de crédito	208.590	-	208.590	221.035
Crédito a Clientes	5.804.990	140.910	5.664.080	4.828.060
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	115	-	115	79
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Propriedades de investimento	14.915	-	14.915	-
Outros activos tangíveis	142.003	57.961	84.042	32.261
Activos intangíveis	53.880	18.452	35.428	8.719
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação	130.082	-	130.082	133.274
Activos por impostos correntes	5.729	-	5.729	858
Activos por impostos diferidos	16.456	-	16.456	13.059
Provisões técnicas de resseguros cedido	7.913	-	7.913	5.805
Outros activos				
Devedores por seguro directo e resseguro	5.800	-	5.800	3.526
Outros	259.689	9.307	250.382	133.396
<b>Total de Activo</b>	<b>7.997.294</b>	<b>227.169</b>	<b>7.770.125</b>	<b>6.980.962</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de bancos centrais			181.145	77
Passivos financeiros detidos para negociação			22.675	27.768
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			-	535
Recursos de outras instituições de crédito			639.201	546.224
Recursos de clientes e outros empréstimos			4.809.198	4.126.333
Responsabilidades representadas por títulos			236.533	250.835
Passivos financeiros associados a activos transferidos			570.753	565.279
Derivados de cobertura			1.295	394
Passivos não correntes detidos para venda			-	-
Provisões			3.433	1.074
Provisões técnicas			35.893	36.666
Passivos por impostos correntes			4.762	9.379
Passivos por impostos diferidos			4.023	3.244
Instrumentos representativos de capital			-	-
Outros passivos subordinados			150.465	150.000
Outros passivos				
Credores por seguro directo e resseguro			328.409	329.811
Outros passivos			374.453	529.156
<b>Total de Passivo</b>			<b>7.362.238</b>	<b>6.576.775</b>
<b>Capital Próprio</b>				
Capital			300.000	300.000
Prémios de emissão			6.790	6.790
Outros instrumentos de capital			-	-
Acções próprias			-	-
Reservas de reavaliação			729	3.713
Outras reservas e resultados transitados			39.722	28.617
Reservas de conversão cambial			1.629	2.518
Resultado líquido do exercício			46.986	58.937
Dividendos antecipados			-	-
Interesses minoritários			12.031	3.612
<b>Total de Capital Próprio</b>			<b>407.887</b>	<b>404.187</b>
<b>Total de Passivo e de Capital Próprio</b>			<b>7.770.125</b>	<b>6.980.962</b>

## Demonstração dos Resultados Consolidados (BPN, S.A.)

milhares €

	31.12.07	31.12.06
	Valor líquido	Valor líquido
Juros e rendimentos similares	451.636	332.516
Juros e encargos similares	267.027	168.156
<b>Margem financeira</b>	<b>184.609</b>	<b>164.360</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	3.561	725
Rendimentos de serviços e comissões	76.168	67.907
Encargos com serviços e comissões	22.174	14.559
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	9.212	16.318
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(1.615)	2.797
Resultados de reavaliação cambial	3.435	2.944
Resultados de alienação de outros activos	3.485	2.536
Prémios líquidos de resseguro	10.253	10.206
Custos com sinistros líquidos de resseguro	5.340	13.978
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	(1.230)	4.603
Outros resultados de exploração	24.490	36.389
<b>Produto da actividade</b>	<b>287.314</b>	<b>271.042</b>
Custos com pessoal	93.135	81.236
Gastos gerais administrativos	85.050	78.571
Amortizações do exercício	12.176	8.969
<b>Custos operacionais</b>	<b>190.361</b>	<b>168.776</b>
Provisões líquidas de reposições e anulações	(889)	(2.695)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações	(29.768)	(32.625)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(761)	703
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(5.502)	(641)
<b>Resultado operacional</b>	<b>60.033</b>	<b>67.008</b>
Diferenças de consolidação negativas	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	5.493	8.678
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>65.526</b>	<b>75.686</b>
Impostos		
Correntes	15.512	23.146
Diferidos	(411)	(6.192)
<b>Resultado após impostos</b>	<b>50.425</b>	<b>58.732</b>
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	-	-
Interesses minoritários	3.439	(205)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>46.986</b>	<b>58.937</b>
<b>Resultado por acção (euros)</b>		
Básico	0,16	0,20
Diluído	0,16	0,20

**5. Certificações do BPN, S.A.  
(contas individuais e consolidadas)**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

uj

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 6.684.525 milhares de euros e um total de capital próprio de 369.168 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 40.805 milhares de euros), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no Aviso nº1/2005 do Banco de Portugal (“NCA’S”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

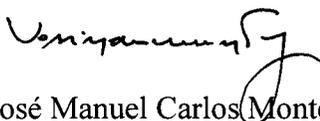
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e as notas explicativas no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Senhores Accionistas,

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, compreendendo o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas.

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das Notas explicativas.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

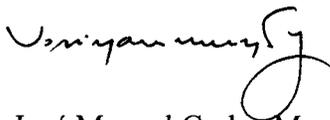
- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

**O FISCAL ÚNICO**

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

## **CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS**

### **(Relatório de Auditoria)**

#### **Introdução e responsabilidades**

1. Examinámos as demonstrações financeiras do BPN – Banco Português de Negócios, SA (adiante também designado por BPN), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um activo líquido de 6 684 525 milhares de euros e um total de capital próprio de 369 168 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 40 805 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do BPN, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

#### **Âmbito**

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BPN – Banco Português de Negócios, SA, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

**Ênfase**

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que se encontra em curso no grupo uma revisão geral do perímetro das entidades relacionadas.



Lisboa, 21 de Maio de 2008



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total 7.770.125 milhares de euros e um total de capital próprio de 407.887 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 50.425 milhares de euros), a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Explicativas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

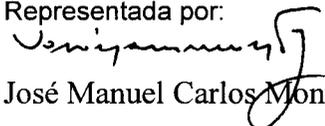
## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações nos capitais próprios consolidados e as notas explicativas no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por:

  
José Manuel Carlos Monteiro



**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**  
**SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2007**

Senhores Accionistas,

No cumprimento do disposto nos estatutos do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.** e na legislação vigente, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida no Grupo BPN e emitir o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2007, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

### **1. ACTUAÇÃO DO FISCAL ÚNICO**

No âmbito das atribuições que nos estão cometidas, desenvolvemos a nossa actuação, nomeadamente através de reuniões e de contactos regulares com os Administradores do Grupo, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários, examinámos as demonstrações financeiras e respectiva documentação contabilística, apreciamos as Actas do Conselho de Administração e outros documentos que julgámos apropriados nas circunstâncias.

Verificámos que o perímetro de consolidação e/ou as exclusões foram definidas pelo **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas.

g

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação examinámos, igualmente, as demonstrações financeiras das principais empresas e apreciamos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização no caso de não termos procedido à emissão da respectiva certificação legal das contas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

## **2. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO**

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos na vida do Grupo, ao longo de 2007, bem como as perspectivas para 2008, com relevância para a compreensão da situação actual do Grupo BPN e satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

## **3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, obedecendo aos preceitos legais e estatutários e exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo BPN, em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado consolidado das suas operações e as alterações nos seus capitais próprios consolidados do exercício findo nesta data.

Os critérios valorimétricos adoptados e detalhadamente divulgados nas Notas explicativas, merecem a nossa concordância e foram alterados face ao exercício anterior, dado que a informação financeira relativa ao exercício de 2007 foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

#### 4. GERAL

Realçando o apoio dispensado pelos colaboradores do Grupo BPN, bem como a colaboração e disponibilidade manifestada pelos seus Conselhos de Administração, aos quais deixo o meu público reconhecimento, emito o seguinte:

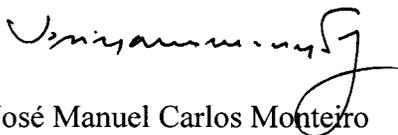
#### 5. PARECER

Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão, o Balanço Consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

#### O FISCAL ÚNICO

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

## **CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

### **(Relatório de Auditoria)**

#### **Introdução e responsabilidades**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do BPN – Banco Português de Negócios, SA, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um activo líquido de 7 770 125 milhares de euros e um capital próprio de 407 887 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 50 425 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **Âmbito**

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do

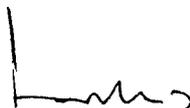
princípio da continuidade; e (v) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Não examinámos as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 de um conjunto de empresas, incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, que representam cerca de 2% do activo líquido consolidado e cerca de 13% do resultado líquido consolidado, que foram examinadas por outros Revisores Oficiais de Contas, em cujas certificações legais das contas baseámos a nossa opinião. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BPN – Banco Português de Negócios, SA, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

### **Ênfase**

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que se encontra em curso no grupo uma revisão geral do perímetro das entidades relacionadas.

  
*BDO BPN & Associados - S.A.*

Lisboa, 21 de Maio de 2008